



ELAINE SANTOS TEIXEIRA CRUZ

**GESTÃO SOCIAL DA ÁGUA MINERAL NO MUNICÍPIO DE
CAMBUQUIRA – MINAS GERAIS**

**LAVRAS-MG
2017**

ELAINE SANTOS TEIXEIRA CRUZ

**GESTÃO SOCIAL DA ÁGUA MINERAL NO MUNICÍPIO DE CAMBUQUIRA –
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
em Administração, área de concentração em Organizações,
Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS-MG
2017**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Teixeira Cruz, Elaine Santos.

Gestão Social da água mineral no município de Cambuquira -
Minas Gerais. / Elaine Santos Teixeira Cruz. - 2017.

186 p. : il.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2017.

Bibliografia.

1. Gestão Social. 2. Água Mineral. 3. Cambuquira. I. Pereira,
José Roberto. . II. Título.

ELAINE SANTOS TEIXEIRA CRUZ

**GESTÃO SOCIAL DA ÁGUA MINERAL NO MUNICÍPIO DE CAMBUQUIRA –
MINAS GERAIS**

**SOCIAL MANAGEMENT OF MINERAL WATER IN THE MUNICIPALITY OF
CAMBUQUIRA - MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
em Administração, área de concentração em Organizações,
Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 28 de abril de 2017.

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão - UFLA.

Prof. Dr. Arnaldo Freitas de Oliveira Júnior - CEFET/MG.

Profa. Dra. Eloísa Helena de Souza Cabral - UFLA.

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS-MG
2017**

Aos “meus anjos pilares” de parceria, vida e sonhos.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde renovada na véspera da defesa e, principalmente, pela graça da presença do Espírito Santo em todos os momentos da minha existência: Toda honra e toda glória a ti, Senhor. Agradeço à mãe poderosa Nossa Senhora Aparecida e Santa Catarina de Alexandria - Protetora dos Estudantes, por todas as graças alcançadas e pela luz que direcionam em minha vida.

Aos meus pais, Anadora e Dirceu, por toda dedicação, confiança, amor e por me incentivarem a trilhar um caminho de estudos que vocês não tiveram condições de continuar. Mamãe, obrigada por ser o maior exemplo de mulher guerreira que eu poderia ter e por me ensinar a viver sempre com coragem e alegria. Papai, obrigada por me mostrar tanta lucidez e inteligência mesmo em sua condição de esquizofrênico: você não precisa ser o meu herói, você é meu exemplo de gênio.

Aos meus irmãos, Diego e Tiago e aos meus sobrinhos Gabriel, Isabela, Cassiano e Lauro por toda alegria, apoio, carinho, amor e momentos tão especiais vividos juntos durante esses dois anos. Em especial ao meu irmão Diego por sempre estar “na fila da frente” para torcer por mim.

Agradeço a todos os meus familiares e amigos que sempre me apoiaram e, carinhosamente, me motivavam a seguir em frente. Em especial, gostaria de agradecer a minha prima-irmã-terapeuta Caca, por não medir esforços e amor para que eu chegasse “nas respostas certas para a vida”.

Ao meu orientador, Professor José Roberto Pereira, por ter me dado de presente o tema deste trabalho, por todo incentivo, parceria e por ter sido tão compreensível no momento em que fraquejei.

Aos meus colegas e grandes amigos que tornaram a caminhada do mestrado mais leve: Jéssica, André e Valderí. Jess, obrigada por toda parceria profissional e pessoal, por todas as conversas, risos e choros juntas. Obrigada a você e aos seus pais - Abel e Angélica, por todas as caronas divertidas. Valds e Spuri, muito obrigada por toda contribuição neste trabalho, por toda atenção, partilha de conhecimento e por me motivarem a continuar mesmo quando o fôlego estava no fim. Vocês três são os amigos e colegas profissionais mais dedicados que alguém poderia ter. E sobre estudarmos Habermas juntos, ninguém duvida que “é conversando que a gente se entende.”.

Aos meus colegas da turma do mestrado 2015/1, colegas do PPGA e aos novos amigos de Lavras, agradeço pelas experiências compartilhadas, pelos festejos e amizade, em especial: Juliana, Érica Marques, Marcello, Gabi, Paiva, Déborah, Zeca, Míriam, Kelly, Alice, Jussara e Ana Flávia.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), ao Departamento de Administração e Economia (DAE) e ao Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) agradeço pela oportunidade concedida para a realização desse mestrado. Em especial, agradeço aos professores pelo tempo e conhecimentos compartilhados.

Ao Professor Dany Flávio Tonelli, agradeço por todas as contribuições e por toda atenção e orientação durante o estágio docência.

Agradeço a Professora Eloísa Helena de Souza Cabral por todas as contribuições na qualificação, pela amizade e, por mais uma vez, fazer parte desse projeto compondo a banca de defesa. Também agradeço aos professores José de Arimatéia Dias Valadão e Arnaldo Freitas de Oliveira Júnior, pela disponibilidade em participarem da banca e, sem sombra de dúvidas, pelas contribuições.

Agradeço aos colegas do Núcleo de Estudo em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS) e INCUBACOOOP por toda parceria e conhecimento compartilhado, em especial a bolsista do projeto Thatiana Stacanelli.

Agradeço a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em especial o Instituto de Ciência e Tecnologia e meus alunos, por todo incentivo, cooperação e flexibilidade.

Agradeço a todos os servidores da UFLA, em especial, meu muito obrigada à Deila Pereira, por toda dedicação, amizade e prontidão em ajudar. O cantinho da secretaria do PPGA não é o mesmo sem você.

Agradeço imensamente a abertura dada pelo município de Cambuquira para realização deste trabalho. Em especial: ONG Nova Cambuquira, Dóris Fonseca Oliveira, Ana Paula Lemes de Souza, Marília Noronha, Vanessa Mannes, Sylvio Britto, Áurea Souza, Prefeitura Municipal de Cambuquira, Grande Hotel Brasília, Hotel Cambuquira e Hotel Santos Dumond.

Finalmente, agradeço ao meu grande “companheiro de rodinhas”, Adriano. Muito obrigada por todas as madrugadas de estudos juntos, por ficar ao meu lado acordado me apoiando mesmo com sono, obrigada por cada brinde de café ao iniciar e cada brinde de cerveja ao finalizar os trabalhos. Meu amor, sem você ao meu lado e todo seu companheirismo jamais conseguiria finalizar esse ciclo que é parte dos nossos sonhos.

Ela é tão santa, tão gentil, tão boa,
Que em cada gota de água que ela escoa
Dá-nos a força que nos traz a vida.
(BRANDÃO, 1940, p.238)

RESUMO

A problemática relacionada à gestão da água, principalmente a exposição do problema da escassez de água divulgada pela mídia e organizações oficiais, norteou de uma forma ampla o tema deste trabalho. Todavia, este estudo tem como foco não a água dos rios e os recursos hídricos definidos pela Lei das Águas, mas a água mineral definida conforme Código de Águas Minerais referente ao Decreto-lei nº 7.841 de 8 de agosto de 1945. Como *locus* de estudo foi delimitado o município de Cambuquira, que é um município brasileiro localizado na região sul do estado de Minas Gerais e a sua escolha como *locus* de pesquisa deve-se ao fato de estar inserido em uma das mais importantes estâncias hidrominerais do Brasil, apresentando uma configuração institucional específica em torno do uso da água com a presença de organizações públicas estatais e não estatais, ações históricas do Ministério Público, organizações não governamentais, associações comunitárias, organizações privadas, entre outras. Inicialmente, foram apresentadas as abordagens sobre gestão social e as categorias da abordagem habermasiana da gestão social. Em seguida, foram discutidos os conceitos de esfera pública e esferas públicas em Habermas apresentando os momentos da categoria esfera pública, bem como apreciações críticas e reconstrutivas da esfera pública em seus momentos – além dos avanços recentes das discussões sobre esfera pública e gestão social. Este trabalho orienta-se pela seguinte questão: Como se formou a estrutura argumentativa em torno dos diferentes interesses públicos, estatal e não estatal, e privados que buscam legitimidade para sustentar ou influenciar as decisões em relação à gestão da água no município de Cambuquira, Minas Gerais? Quais são os discursos mobilizados nas esferas públicas sobre a água mineral? Dessa forma, foi utilizada a Análise de Discurso Crítica - ADC e, especificamente, o significado acional do discurso. Partindo da premissa de que os sentidos e os discursos na ADC configuram-se como ações construídas historicamente, apresentamos a contextualização histórica da formação do município de Cambuquira. Após coleta e interpretação dos dados com base na ADC, no capítulo de resultados estão ilustrados os discursos dominantes em torno dos diferentes interesses públicos, estatais ou não estatais, e privados em relação a gestão da água no município de Cambuquira. Com base na coleta e análise das informações e na utilização da triangulação das informações foram encontrados diferentes discursos em torno da água mineral em Cambuquira como: saúde, bem comum, minério/mercadoria, patrimônio natural, bem cultural e produto turístico. Estes são discursos, pois, não são apenas “palavras”, mas sentidos e representações construídas em torno da água mineral que, em menor e maior grau esteve presente ao longo dos últimos 30 anos. Observa-se também que o discurso do bem comum emerge, especialmente, por meio da ONG Nova Cambuquira e institucionaliza-se com o título *Blue Community* para Cambuquira. Destacamos também que nos “eventos” dos editais de 2001 e 2006 os discursos voltados para a noção da água mineral como bem comum, bem cultural, patrimônio natural e saúde contrapuseram-se à noção da água mineral apenas como minério/mercadoria e influenciaram bloqueando os editais. Dessa forma, a sociedade civil influenciou as propostas do sistema em termos habermasianos.

Palavras-chave: Gestão Social; Esfera Pública; ADC; Água mineral; Cambuquira; ONG Nova Cambuquira.

ABSTRACT

The issue related to water management, especially the exposure of the problem of water scarcity reported by the media and official organizations, has largely guided the theme of this work. However, this study focuses not on water from the rivers and water resources defined by the Water Law, but the mineral water defined according to the Mineral Water Code. As a study locus, the municipality of Cambuquira, which is a Brazilian municipality located in the southern region of the state of Minas Gerais, was delimited and its choice as a research locus is due to the fact that it is inserted in one of the most important hydromineral resorts in Brazil, presenting a specific institutional configuration around the use of water with the presence of state and non-state public organizations, historical actions of the Public Ministry, non-governmental organizations, community associations, private organizations, among others. Initially, the approaches on social management and the categories of the Habermasian approach to social management were presented. Next, we discussed the concepts of public sphere and public spheres in Habermas presenting the moments of the public sphere category, as well as critical and reconstructive assessments of the public sphere in its moments - in addition to the recent advances in discussions on public sphere and social management. This work is guided by the following question: How was the argumentative structure formed around the different public, state and non-state, and private interests that seek legitimacy to sustain or influence decisions regarding water management in the municipality of Cambuquira, Minas Gerais? What are the discourses mobilized in the public spheres about mineral water? Thus, we used the Critical Discourse Analysis - ADC and, specifically, the ational meaning of the discourse. Starting from the premise that the senses and the discourses in the ADC are configured as actions historically constructed, we present the historical contextualization of the formation of the city of Cambuquira. After collecting and interpreting the data based on the ADC, the results chapter shows the dominant discourses around the different public interests, state or non-state, and private in relation to water management in the municipality of Cambuquira. Based on the collection and analysis of information and the use of information triangulation, different discourses about the mineral water in Cambuquira were found: health, common good, ore / commodity, natural heritage, cultural heritage and tourism product. These are discourses, therefore, are not only "words" but meanings and representations built around the mineral water that, to a lesser degree and greater degree has been present during the last 30 years. It is also observed that the discourse of the common good emerges, especially, through the ONG Nova Cambuquira and is institutionalized under the title Blue Community for Cambuquira. We also emphasize that in the "events" of the 2001 and 2006 bidding public notice the discourses focused on the notion of mineral water as a common good, cultural, natural heritage and health were opposed to the notion of mineral water as only ore/commodity, blocking the bidding public notice. So the civil society has influenced the proposals of the system in Habermasian terms.

Keywords: Social Management; Public Sphere; ADC; Mineral Water; Cambuquira; ONG Nova Cambuquira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relações atuais no campo das águas envasadas.	15
Figura 2 - Relações teóricas entre as abordagens da Gestão Social.	27
Figura 3 - Campos da gestão social.	29
Figura 4 - Aproximação teórica para a gestão social.....	34
Figura 5 - Sistematização do <i>locus</i> da gestão social.....	39
Figura 6 - Mundo-da-vida e sistema - esfera pública e colonização.	46
Figura 7 - Mudanças no papel da esfera pública.	50
Figura 8 - DRPE – Cambuquira: “Ordenamento de Preferências”.	65
Figura 9 - DRPE – Cambuquira: “Caminhada Transversal”.	66
Figura 10 - DRPE – Cambuquira: “Diagrama de Venn”.....	67
Figura 11 - DRPE – Cambuquira: “Entra e Sai”.	68
Figura 12 - DRPE – Cambuquira: “Eleição de Prioridades”.....	69
Figura 13 - Possibilidade inicial de delineamento das esferas públicas e seus gêneros discursivos.	75
Figura 14 - Vista de uma das fontes de água mineral em Cambuquira no período de 1896 a 1912 (Fotógrafo Armindo Costa).	80
Figura 15 - Vista parcial de Cambuquira no período de 1896 a 1912 (Fotógrafo Armindo Costa).	81
Figura 16 - Fonte Regina Werneck.....	83
Figura 17 - Fonte Regina Werneck.....	83
Figura 18 - Fonte Dr. Fernandes Pinheiro (Fotógrafo Armindo Costa).	84
Figura 19 - Fonte Dr. Augusto Ferreira (Fotógrafo Armindo Costa).	84
Figura 20 - Fonte Roxo Rodrigues.	85
Figura 21 - Fonte Dr. Souza Lima (Fotógrafo Armindo Costa).	86
Figura 22 - Fonte do Marimbeiro.	87
Figura 23 - Fonte do Laranjal.	88
Figura 24 - Vista parcial do Parque das Águas (Fotógrafo Armindo Costa).	89
Figura 25 - Antigo Balneário do Parque das Águas – Início do século XX (Fotógrafo Armindo Costa).....	90
Figura 26 - Grupo de veranistas em 16/03/1920.	92

Figura 27 - Propaganda da água mineral de Cambuquira, Lambari e Caxambu na Revista Fon-Fon.	93
Figura 28 - Propaganda da água mineral de Cambuquira e Lambari na Revista Fon-Fon.....	94
Figura 29 - Medalha do XX Jogos Abertos em Cambuquira.	95
Figura 30 - Time de Voleibol de Cambuquira em 1947.....	95
Figura 31 - Brasão e Bandeira do município de Cambuquira.	96
Figura 32 - Panfleto do Parque das Águas de Cambuquira.....	98
Figura 33 - Atual entrada do município de Cambuquira (2017).	99
Figura 34 - Primeira edição do Jornal Encontro – O Jornal de Cambuquira.	101
Figura 35 - Editorial do Encontro – O Jornal de Cambuquira.	104
Figura 36 - Garrafa da água mineral de Cambuquira.	107
Figura 37 - Convite para “Caminhada pelas águas”.....	111
Figura 38 - Marca do projeto “Águas da Mantiqueira de Minas”.	124
Figura 39 - Reportagens que deram destaque as Águas Minerais de Minas.	127
Figura 40 - Matéria sobre 1º Fórum Nossa Água e Blue Community.	131
Figura 41 - Certificado Comunidade Azul.	132
Figura 42 - Projeto Mover Cambuquira, Cidade Azul se apresenta à comunidade.....	133
Figura 43 - Divulgação do título de Cambuquira como primeira Comunidade Azul da América Latina.	134
Figura 44 - Garrafinha de água da Fonte Roxo Rodrigues.....	135
Figura 45 - Discursos, atores e interesses mobilizados na esfera pública em torno da água mineral.	142
Figura 46 - Analogia entre ciclo da água e formação das esferas públicas.	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes de águas minerais de Cambuquira.	6
Quadro 2 - Diversidade de conceitos de gestão social.	22
Quadro 3 – Contribuições ao campo da gestão social.	24
Quadro 4 - Principais autores e perspectivas de Gestão Social.	25
Quadro 5 - Análise comparativa entre gestão estratégica e gestão social.	33
Quadro 6 - Elementos da gestão social e aproximações com os estudos de governança pública.	37
Quadro 7 - Mapeamento das discussões sobre esfera pública pela gestão social.....	52
Quadro 8 - Agenda de coleta de informações de campo.	60
Quadro 9 - Proposta metodológica de análise das esferas públicas.	77
Quadro 10 - Breve histórico da Crenoterapia no Brasil.	90
Quadro 11 - Breve cronograma do município de Cambuquira.	91
Quadro 12 - Discursos, atores e gêneros.	143
Quadro 13 - Interesses, atores, argumentos e elemento de legitimidade.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os dez autores mais prolíficos da Rede de Pesquisadores de Gestão Social.	26
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Locus e problematização do tema de pesquisa.....	5
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 Justificativa e Relevância da Pesquisa.....	11
1.4 Organização da Dissertação	18
2 GESTÃO SOCIAL	19
2.1 Perspectivas de Gestão Social.....	19
2.2 Categorias da Abordagem Habermasiana da Gestão Social.....	30
2.3 Esfera Pública e Esferas Públicas em Habermas	41
2.3.1 Gestão social e Esfera Pública: Avanços Recentes	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1 Tipo e natureza da pesquisa	57
3.2 Locus da pesquisa	58
3.3 Procedimentos para coleta e organização dos dados.....	59
3.4 Análise e Interpretação das Informações: Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough	70
3.3.2 Discurso e o Significado Acional do Discurso em Pesquisas sobre Esferas Públicas	71
4 A GESTÃO DA ÁGUA MINERAL EM CAMBUQUIRA.....	79
4.1 Quando uma cidade é construída em torno de fontes de água mineral	79

4.2 As águas minerais de Cambuquira: uma visão história a partir os gêneros discursivos	
.....	100
4. 3 Gestão Social e Esfera Pública em torno das Águas Minerais de Cambuquira	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

A problemática relacionada à gestão da água, principalmente a exposição do problema da escassez de água divulgada pela mídia e organizações oficiais, norteou de uma forma ampla o tema deste trabalho. Todavia, este estudo tem como foco não a água dos rios, lagos, enfim, os recursos hídricos definidos pela Lei das Águas (Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997), mas, a água mineral definida conforme Código de Águas Minerais (Decreto-lei nº 7.841 de 8 de agosto de 1945) como “aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa” (BRASIL, 1945).

Como *locus* de estudo foi delimitado o município de Cambuquira, localizado na região sul de Minas Gerais, que faz parte do Circuito Turístico das Águas.

Os Circuitos Turísticos são entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, em desenvolvimento pelo Governo do Estado de Minas Gerais desde o ano de 2001, os Circuitos Turísticos obtiveram seu reconhecimento com a publicação do Decreto de Lei nº 43.321/2003. Esta política é um modelo de gestão das regiões turísticas que segue as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, estabelecido pelo Ministério do Turismo. Os Circuitos Turísticos abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional. O trabalho destas entidades se dá por meio da integração contínua dos municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional e protagonizando o desenvolvimento por meio de alianças e parcerias. (SECRETARIA DE TURISMO DE MINAS GERAIS, 2017).

O Circuito Turístico das Águas é formado, atualmente, por dez municípios: Baependi, Cambuquira, Campanha, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Lambari, Maria da Fé, Soledade de Minas e Três Corações. Atualmente, a sede do circuito é no município de Baependi. (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS, 2017).

Apesar de serem referenciados como destino turístico pelas fontes de águas minerais (pelos balneários, parques das águas, fontes de água mineral, entre outros) existe uma diversidade de conflitos envolvendo a exploração e gestão da água mineral nos municípios pertencentes ao circuito ou que já fizeram parte dele (GUIMARÃES, 2009; CARNEIRO; ASSIS, 2012; JORNAL ARAXÁ, 2015; LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015). Segundo Carneiro e Assis (2012) um dos casos de conflito mais conhecido diz respeito ao município de

São Lourenço. O município de São Lourenço se desligou do Circuito Turístico das Águas em 2014¹.

Carneiro e Assis (2012) afirmam que parte dos atores sociais envolvidos no caso do município de São Lourenço defendem que a água, enquanto um direito humano, deve ser gerida pelo poder público ou via regulamentação estatal, enquanto outra parcela de atores defende que a água é uma mercadoria que deve gerar lucro. Ainda de acordo com Carneiro e Assis (2012), desde o ano 1992 que a empresa Nestlé Waters possui a propriedade do Parque das Águas do município de São Lourenço e o direito da exploração das águas minerais existentes no local. Contudo, existem resistências ao processo:

[...] a mobilização da sociedade local contra a exploração das águas minerais pela transnacional Nestlé, ocorre há dezessete anos por meio da associação Amar'Água. A associação Amar'Água tem como um dos principais objetivos transformar o Parque das Águas em um Geoparque, garantindo a proteção do subsolo [...]. (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015, p. 6).

Ao estudar a luta pela água em São Lourenço, Lobato et al. (2016), em especial, nas relações entre a Amar'Água e a transnacional Nestlé, destacam as relações entre a transnacional e o grupo de ativistas locais:

Na medida em que as análises aprofundaram-se, identificou-se, em diversos momentos, a invisibilização do grupo e suas demandas ou denúncias - em função da configuração assimétrica do poder pendente para a transnacional Nestlé - passando a ocupar a posição de outsider em relação à transnacional. Em contrapartida, a Nestlé, considerada previamente como *outsider*, como o "outro" que se instala no território do estabelecido, em outros momentos, passou a ocupar a posição de estabelecido na figuração proposta em análise, uma vez que são percebidos como privilegiados pelos membros do grupo Amar'Água como beneficiários de vantagens indevidas. (LOBATO et al., 2016, p. 6).

Guimarães (2009) mostra que os municípios de Lambari, Caxambu e Cambuquira também são marcados por estes conflitos envolvendo diretamente e indiretamente atores como organizações da sociedade civil, prefeituras, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Ministério Público, ativistas, moradores locais e outros. No caso de Cambuquira, a ONG Nova Cambuquira é a entidade que mais se destacou na participação ativa no que tange a preservação das fontes de água mineral. Sobre a ONG cabe notar que:

A ONG Nova Cambuquira é uma organização não governamental criada em 2001, declarada de utilidade pública municipal e estadual e trabalha de modo a fazer melhorias para a cidade de Cambuquira – para isso a ONG desenvolve

¹ Entramos em contato em 17 de abril de 2017 na sede do circuito no município de Baependi, mas não especificaram o motivo do desligamento do município de São Lourenço.

o seu trabalho em parceria com o Ministério Público, órgão no qual é consultado para sanar dúvidas referentes a processos de ações civis e públicas em andamento. Tem em seu principal objetivo o bem mais precioso de Cambuquira – suas águas minerais. Além de trabalhar visando o desenvolvimento social e econômico municipal (SOUZA, 2016). Atualmente a ONG Nova Cambuquira conta com cerca de 10 membros na diretoria e com um conselho consultivo no intuito de viabilizar conquistas para o município de Cambuquira. A ONG possui um histórico de conquistas, dentre os feitos o que mais se destaca é o selo de comunidade azul, no qual garante uma proteção maior para as águas (SOUZA, 2016). (SALES, 2017, p. 24).

Em estudo recente, Sales (2017, p. 32) mostra que são desenvolvidas “medidas para garantir a água como bem público e capitalizar diretrizes para a segurança e conservação deste bem no âmbito municipal” em Cambuquira e que isso ocorreu especialmente por meio da ONG Nova Cambuquira que justifica a proteção da água mineral como um bem comum. Sales (2017) também destacou os vários conflitos envolvendo a água mineral no município em que a questão central é sobre sua exploração - engarrafamento, especificamente - ou outras formas de gestão dessas águas que envolve por exemplo o turismo, a crenoterapia, etc.

No que tange a água de uma forma geral e não somente a água mineral, os conflitos não são visíveis somente no Brasil, mas - principalmente - em toda a América Latina, onde “os ativistas que participam das lutas contra a mercantilização da água e a privatização dos serviços têm construído um conhecimento que é difundido tanto por meio dos espaços acadêmicos formais, quanto de veículos alternativos de comunicação, especialmente a internet” (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008, p. 189). Adiante, um dos conflitos mais conhecidos e não restrito a água mineral foi a “Guerra da água” da Bolívia (FLORES, 2009). Como consequência, “o caso de Cochabamba se tornou um símbolo da luta contra a mercantilização da água na América Latina e em todo o mundo” (FLORES, 2009, p. 60) e se tornou referência para outras lutas desta natureza em diversos países. Dessa forma:

Nas últimas décadas, o tema da água tem estado cada vez mais presente nas agendas políticas dos diversos níveis de governo, em diretrizes e condicionalidades de instituições multilaterais de fomento ao desenvolvimento, e em análises científicas e acadêmicas de diversas áreas do conhecimento. Apesar da sua relevância e da multiplicidade e diversidade de atores que têm se envolvido com o assunto, o que se observa nesses espaços é um consenso que orienta as ações de governos e dos demais atores em arenas decisórias e deliberativas, assim como as análises científicas. As condicionalidades impostas pelo fomento ao desenvolvimento, as políticas públicas, as pesquisas, a organização de comitês e conselhos participativos, as propostas acadêmicas, enfim, a rica multiplicidade daquilo que compõe o espaço de discussão sobre a água cresce de forma convergente e consensual. Parte desse consenso decorre da adoção acrítica de referenciais que impedem a percepção de fenômenos como a privação do acesso à água ou que os tratam como meros problemas de gestão. (FLORES; MISOCZKY, 2015, p. 238).

Nessa direção, argumentamos neste trabalho em prol do entendimento da água e da água mineral também como um bem comum, direito humano fundamental e que deve ser gerida de forma sustentável – sendo ela dotada de valores culturais, sociais, ambientais, tradicionais e medicinais. Tais elementos indicam que a gestão social constitui uma base teórica apropriada para explicar os interesses e as esferas públicas formadas em torno da gestão da água mineral no município de Cambuquira. A questão da água envolve diferentes dimensões inter-relacionadas, pois “[...] a escassez de água nos últimos anos trouxe à tona a necessidade de pensar e planejar de forma mais efetiva a utilização desse recurso comum dentro de uma temática mais ampla que é a questão da ‘justiça da água’” (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015, p. 2). Na nossa discussão a questão de “justiça da água” passa pela administração pública e pela gestão social. Portanto, o desenvolvimento de ações gerenciais no intuito de atingir o problema da água depende também dos processos de resistência da sociedade civil, de justificação dos diferentes modos de se relacionar com a água, da institucionalização de leis e políticas públicas com foco em outras dimensões que não somente a da exploração, dentre outras questões. Isso, por sua vez, segundo Habermas (1997b), possui seu nexo democrático na influência da esfera pública mobilizada pela sociedade civil acerca do tema em pauta. Tal influência, pode conforme Habermas (1997b), em certas circunstâncias, fazer com que leis específicas sejam aprovadas, alterar políticas públicas e decisões político-administrativas. Portanto, a esfera pública pode contribuir com mudanças sociais desde ao nível informal das atitudes e comportamentos individuais até o nível institucional das diretrizes e leis instituídas.

No que tange ao arranjo brasileiro de gestão das águas, mudanças institucionais são sugeridas na literatura por autores como Gesicki e Sindico (2013), Portugal Júnior, Reydon e Portugal (2015) e Portugal Júnior (2016), especialmente, em decorrência do entendimento legal da água como minério (recurso mineral). No Brasil, a exploração de águas minerais é normatizada pelo Código de Águas Minerais, Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 que regula o aproveitamento comercial das fontes de águas minerais ou de mesa (BRASIL, 1945). Esta Lei define também o conceito de águas minerais em seu Art. 1º como “composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns” (BRASIL, 1945) e a própria questão das águas minerais serem medicamentosas. Pesquisadores como Gesicki e Sindico (2013), Portugal Júnior, Reydon e Portugal (2015) e Portugal Júnior (2016) acusam que tanto a definição legal, quanto ao entendimento sobre essas águas não estão mais atualizadas.

Devido ao entendimento da água como minério, a água mineral está sob a competência do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Dessa forma, o DNPM é o órgão

responsável em regulamentar a pesquisa de lavra de água mineral, de acordo com a página oficial do Ministério de Minas e Energia:

[...] a pesquisa de lavra de água mineral e potável de mesa para consumo humano, bem como destinada a fins balneários, far-se-ão pelos Regimes de Autorização de Pesquisa e de Concessão de Lavra, conforme previstos no Código de Mineração, bem como no Código de Águas Minerais, respectivos regulamentos e legislações correlatas complementares. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA).

Esse arranjo institucional, em Minas Gerais, envolve a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, responsável por gerir a água e fazer concessões, como empresa pública integrante da Administração indireta do estado de Minas Gerais. De forma geral todo o arranjo instituído no Brasil é insustentável e deveria ser reformulado com mudanças institucionais grandes. Enquanto elas não acontecem, nos municípios pertencentes ao Circuito Turístico das Águas – como é o caso de Cambuquira – conflitos diversos são engendrados, interesses são colocados em circulação, discursos são (re)produzidos e formas de gestão dessas águas são debatidas nas diversas esferas locais.

1.1 *Locus* e problematização do tema de pesquisa²

Cambuquira é um município brasileiro localizado na região sul do estado de Minas Gerais e a sua escolha como *locus* de pesquisa deve-se ao fato de estar inserido em uma das mais importantes estâncias hidrominerais do Brasil, apresentando uma configuração institucional específica em torno do uso da água com a presença de organizações públicas estatais e não estatais, ações históricas do Ministério Público, organizações não governamentais, associações comunitárias, organizações privadas, entre outras.

Segundo dados do IBGE (2016), Cambuquira possui 13.040 habitantes em uma área de 246,380 km². O PIB *per capita* (preços correntes de 2012) foi de 10.781,88 reais e com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2010 (IDHM 2010) em 0,699 (IBGE, 2010). A economia do município de Cambuquira gira em torno da cultura do café, pecuária, turismo e indústria de água mineral para exportação. A maior parte do Produto Interno Bruto no município advém de serviços (R\$ 77.881,00) (IBGE, 2015). O município é considerado turístico e, como exposto no início desta introdução, faz parte do Circuito Turístico das Águas de Minas Gerais. As principais atrações do município são: o Parque das Águas, com cinco fontes de água mineral (ferruginosa, magnesiana, sulfurosa, alcalina-gasosa e com lítio); as

² As incursões a campo e a coleta de dados ratificam o contexto empírico das fontes midiáticas citadas nesta seção.

fontes do Marimbeiro e do Laranjal (nas cercanias da cidade) e o Pico do Piripau. Apesar de ter sido ponto turístico amplamente conhecido o município passa atualmente por um longo período de baixa no turismo, marcado pelo discurso de “decadência do turismo” que se ouve e se observa na cidade. No Quadro 1 são apresentados os tipos e características das fontes de águas minerais de Cambuquira.

Quadro 1 - Fontes de águas minerais de Cambuquira.

Fonte	Descrição
1. Regina Werneck	Apelidada de Fonte Maria, popularmente conhecida como “Gasosa”, tem essa denominação em homenagem à esposa do engenheiro responsável pela captação, Américo Werneck (BRANDÃO, 1958). Classificada como bicarbonatada sódica (MINAS GERAIS, 1999) ou, ainda, fluoretada seleniada e carbogasosa (DNPM, 2016). A água é indicada como auxiliar na nefrite aguda ou crônica, gastrite, doenças do fígado e inflamações nos canais biliares (BONTEMPO, 2002).
2. Comendador Augusto Ferreira	Popularmente conhecida como “Magnesiana”, é bicarbonatada mista (MINAS GERAIS, 1999) ou, ainda, seleniada carbogasosa (DNPM, 2016), captada a 2,70 metros de profundidade. A água é indicada como estimulante da função renal, auxiliando no tratamento de uricemia, reumatismo, litíase e colite (BONTEMPO, 2002).
3. Doutor Sousa Lima	Conhecida como “Sulfurosa”, leva o nome do engenheiro que fazia parte da empresa responsável pelo Parque, entre 1898 e 1899. Supõe-se que o contato desta água com a pirita, incrustada nos cristais de quartzo, provoca desprendimento de gás sulfídrico (BRANDÃO, 1958). É classificada como bicarbonatada cálcica, e sua captação é feita a 0,7 metros (MINAS GERAIS, 1999). A água da fonte é diurética e utilizada em tratamento de colites, gastrites e acidez gástrica, podendo ser laxativa por estimular do peristaltismo intestinal (BONTEMPO, 2002).
4. Roxo Rodrigues	Apelidada de “Bica de Prata”, pois seu tubo terminal (parte visível) era feito desse metal (BRANDÃO, 1958). É mais conhecida como “Barracão”, graças à estrutura do fontanário. Tem uma profundidade de 7,0 metros e é classificada como bicarbonatada mista (MINAS GERAIS, 1999) ou, ainda, fluoretada seleniada e carbogasosa (DNPM, 2016). A água da fonte Roxo Rodrigues é indicada para distúrbios emocionais por conter lítio (BONTEMPO, 2002).
5. Doutor Fernandes Pinheiro	Chamada de “Férrea”, também detém a denominação do engenheiro que fazia parte da comissão científica que investigava as águas do Parque (BRANDÃO, 1958). É classificada como bicarbonatada cálcica ferruginosa (MINAS GERAIS, 1999) ou, ainda, fluoretada fracamente radioativa e carbogasosa (DNPM, 2016). Os recipientes para coleta sempre apresentam paredes internas coloridas por um depósito cor de ferrugem, por isso é indicada nos casos de anemia (BONTEMPO, 2002). A fonte apresenta vazões espontâneas e intermitentes graças às emissões gasosas (MINAS GERAIS, 1999). Esta é a fonte radioativa da estância (MOURÃO, 1976).
6. Marimbeiro	As águas são classificadas como bicarbonatadas cálcicas ferruginosas, sendo que todas as fontes são captadas a 20 m de profundidade (MINAS GERAIS, 1999). As águas das três bicas são indicadas para o aparelho digestivo, tratamento de colites, cálculos renais, arteriosclerose e disfunções hepáticas (BONTEMPO, 2002).

Fonte: Adaptado de Guimarães (2009).

Guimarães (2009) argumenta que, historicamente, o povoamento de Cambuquira se iniciou com a descoberta das fontes de água mineral e, quando se tornou distrito em 1872, ganhou o nome de ‘Águas Virtuosas de Cambuquira’. O município de Cambuquira teve seu desenvolvimento a partir das fontes de água mineral, do turismo e da crenoterapia, que consiste no tratamento de saúde a partir da utilização da água mineral como fonte medicamentosa. Um relato histórico nos mostra isso:

À medida que novas terras iam sendo desbravadas, ao conhecimento dos povos civilizados iam chegando as notícias de águas miraculosas, que um capricho do acaso indicava como poderoso agente curativo de determinadas afecções, o empirismo fazia aproveitá-las pelos carecedores de saúde, que a outros iam levando a boa nova, atraída a atenção dos cientistas ao estudo da nova maravilha. (BRANDÃO, 1940, p. 07).

Atualmente, apesar do decréscimo do turismo, dentro do Parque das Águas funciona o Spa das Águas (gerido por empresa privada; terceirizada pela prefeitura) que foi reaberto em 2012 (G1, 2012) e nele são oferecidos diferentes tratamentos estéticos.

Outro momento que merece destaque é que em 11 de março de 2014, o município de Cambuquira recebeu o certificado de Comunidade Azul pelo grupo canadense *Blue Community Bayfield* que reconhece a água como um direito humano. O certificado de Comunidade Azul é concedido as cidades ao redor do mundo que demonstram respeito pela água como direito humano e Cambuquira é a primeira comunidade da América do Sul a receber o certificado:

Uma ‘Comunidade Azul’ é uma comunidade que trata a água como se ela não pertencesse a ninguém, mas como responsabilidade de todos. Porque a água é essencial à atividade humana, ela deve ser administrada pelos princípios que permitem um uso razoável, uma distribuição igual e um tratamento responsável para preservá-la para a natureza e para as gerações futuras. A cidade de Cambuquira, no Brasil, conquistou a designação de ‘Comunidade Azul’ por 1) reconhecer a água como um direito humano; 2) promover serviços de água e esgoto que sejam de propriedade pública e financiados e operados publicamente; e 3) banir a venda de água engarrafada em instalações públicas e em eventos municipais. O Conselho de Canadenses e o Sindicato Canadense dos Funcionários Públicos parabenizam a cidade de Cambuquira por esta conquista importante. (CERTIFICADO BLUE COMMUNITY, 2014³).

Segundo Sales (2017), o selo faz parte de medidas articuladas pela ONG Nova Cambuquira para legitimar o entendimento da água como bem comum e de livre acesso. Para a autora, ONG Nova Cambuquira justifica a proteção da água mineral por ela ser um bem comum. Sales (2017) também destacou que, acerca dos vários conflitos envolvendo a água mineral no município, a questão central é sobre sua exploração por grandes empresas *versus* outras formas de gestão dessas águas que envolve, por exemplo, o turismo ecológico, a crenoterapia, a preservação da água como patrimônio natural e cultural, dentre outras.

As fontes das águas minerais de Araxá, Lambari, Caxambu e Cambuquira foram exploradas pela Empresa Superágua S/A até 2005, quando o contrato de arrendamento com a Codemig foi encerrado. Com o retorno da atividade para a Codemig, foi criada por ela a Codeáguas. Atualmente, a empresa que faz o envazamento da água mineral da fonte Roxo

³ Disponível em: <<http://docsnovacambuquira.000webhostapp.com/index.php/sobre/cidade-azul>>.

Rodrigues é a Codeáguas, que se incorporou a Águas Minerais de Minas (AMM), antiga subsidiária da Copasa. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015; SOUZA, 2017).

Em 2006, a Codemig abriu um edital de licitação para novo arrendamento dos direitos hidrominerais, mas o edital foi questionado pelo Ministério Público e por organizações não governamentais dos municípios onde as fontes estão localizadas e acabou alterado. Em dezembro de 2005,

A Codemig abriu novo edital (Concorrência n. 04/05) para arrendamento dos direitos minerário, equipamentos e instalações de envasamento das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá. A minuta do contrato impôs novas obrigações à contratada. Aberto os envelopes no dia 16 de fevereiro, não houve habilitantes. (GUIMARÃES, 2009, p. 162-163).

Com as mudanças, que previam uma exploração em menor escala, nenhuma empresa se habilitou e os parques minerais acabaram sendo entregues à Copasa. Anteriormente, em 2001, outro edital já tinha sido barrado em circunstâncias próximas com atuação da sociedade civil organizada, ativistas e do Ministério Público, quando em 28 de dezembro de 2001, o Governador Itamar Franco anulou a licitação (GUIMARÃES, 2009). Segundo apurou a reportagem (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015), a Codemig deve abrir uma nova licitação e a população local teme a vinda de multinacionais como ocorreu em São Lourenço, Minas Gerais. O que veio a ocorrer no início de 2017.

Como o edital de 2005 não terminou com a contratação de uma empresa, em 2007 a exploração das águas passou para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) por meio da subsidiária Copasa – Águas Minerais de Minas (GUIMARÃES, 2009). A Codemig é detentora da concessão das fontes das quatro estâncias hidrominerais: Araxá, Lambari, Caxambu e Cambuquira. Em 2007, as concessões foram repassadas para a Copasa, que criou uma subsidiária, a “Águas Minerais de Minas”, para explorar essas águas minerais. Devido a isso, em janeiro de 2007 foi “Publicada no Diário Oficial Lei autorizativa de criação da Copasa – Águas Minerais de Minas, subsidiária da Copasa para exploração das águas minerais do Circuito das Águas” (GUIMARÃES, 2009, p. 163).

No dia 14 de maio de 2015, a Copasa anunciou o fim do contrato com a Codemig. No entanto, no dia 1º de junho de 2015, as duas empresas fecharam um contrato tampão para a continuidade do envase até que outra empresa assuma a exploração das águas (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015). Conforme já colocado, a Águas Minerais de Minas (subsidiária da Copasa) tinha concessão para explorar as fontes de água mineral de Cambuquira desde 2007.

Diante disso, foi realizada uma audiência em 09/06/2015 pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) com o

intuito de que as estatais que geriam a água no município informassem a situação atual da mesma. Entretanto, nenhum representante da Copasa ou Codemig participou da audiência e a ausência de representantes destas instituições motivou a apresentação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) para que elas encaminhassem à comissão informações sobre as circunstâncias do fim do contrato (JORNAL ARAXÁ, 2015).

Autor do requerimento que motivou a audiência, o deputado Dalmo Ribeiro Silva questionou o porquê da Codemig ter realizado um contrato tampão com a Copasa pelo prazo de um ano, considerando que o fim do contrato de concessão entre as empresas tinha sido anunciado poucos dias antes. Na busca de esclarecimentos sobre a questão, o parlamentar apresentou um requerimento para que as empresas enviassem à comissão as cópias dos contratos firmados para exploração das águas minerais, bem como os termos do fim do contrato e também do contrato tampão (JORNAL ARAXÁ, 2015).

A Copasa justificou inviabilidade econômica na gestão das quatro estâncias hidrominerais e que acredita ser uma alternativa viável a realização de licitação da exploração das águas como aconteceu em São Lourenço. Esse posicionamento é um dos motivos que preocupam a ONG Nova Cambuquira, pois a luta desta organização é justamente proteger a água mineral de ser explorada nos moldes que ocorreu no município de São Lourenço, isto é, por uma multinacional.

Atualmente o Parque das Águas em Cambuquira é gerido pela prefeitura do município, no entanto a Codemig é a detentora da concessão das fontes de águas minerais da marca Cambuquira. Segundo dados da página oficial da estatal (CODEMIG, 2016), o Estado de Minas Gerais ocupa o segundo lugar no ranking nacional do total de água mineral produzida no Brasil, o que equivale a 10% em relação ao território brasileiro. Finalmente, há mais de 10 anos sem grandes movimentações, em 7 de fevereiro de 2017, a Codemig lançou a “consulta pública” sobre a licitação para o projeto de exploração de águas minerais” (Nº da Licitação: 01/07 Consulta Pública) em que disponibilizava a minuta do futuro edital para o “projeto de exploração de águas minerais”. Em resumo, a partir disso, os participantes da ONG Nova Cambuquira mobilizaram abaixo-assinado, manifestações e outras práticas de resistência ao edital – em articulação com outras organizações da sociedade civil do município de Caxambu (que também faz parte do edital a ser lançado). Destacamos nesse processo articulações com vereadores e prefeitos locais. Até o presente momento, ainda não houve um desfecho sobre a situação, mas o Ministério Público entrou com Ação Civil Pública pedindo o cancelamento do edital.

Esse é o contexto empírico da pesquisa, onde a gestão da água se torna um elemento essencial da sustentabilidade do município, bem como da coordenação de conflitos e interesses em prol do direito à água mineral, enquanto bem comum, por um lado, e do seu envasamento - especificamente da possibilidade de ser uma grande empresa - por outro. Portanto, o *locus* de pesquisa revela inicialmente que a gestão das águas minerais envolve uma diversidade de lógicas (COSTA; GUARIDO FILHO; GONÇALVES, 2013), interesses, racionalidades e argumentos que se articulam em formas cooperativas e conflitivas nas esferas públicas (PERLATTO, 2015) locais, sendo que a análise de como isso se articula somente pode ser respondida por meio da pesquisa empírica, conforme procedemos aqui mediante a análise de discurso crítica.

A partir de Fairclough (2005), Silva e Gonçalves apresentam algumas questões de pesquisa em organizações e gestão a partir da análise de discurso crítica e que pode se direcionar para as seguintes questões: “[...] como ocorre a emergência de novos discursos? Como eles são articulados com os elementos dos discursos existentes? [...] quais discursos se tornaram hegemônicos [...]? [...] Como ocorre a disseminação do(s) discurso(s) hegemônico(s) entre as escalas local, nacional e internacional? [...]” (SILVA; GONÇALVES, 2017, p. 17).

Diante do exposto este trabalho se orienta pela seguinte questão: **Como se formou a estrutura argumentativa em torno dos diferentes interesses públicos, estatal e não estatal, e privados que buscam legitimidade para sustentar ou influenciar as decisões em relação à gestão da água no município de Cambuquira, Minas Gerais?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar e analisar a estrutura argumentativa e os discursos em torno dos diferentes interesses públicos, estatais e não estatais, e privados, que buscam legitimidade para sustentar ou influenciar as decisões relacionadas à gestão da água mineral no município de Cambuquira, Minas Gerais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os atores sociais e os conflitos mobilizados em torno da gestão da água mineral em Cambuquira;
- Identificar e analisar os interesses de entidades articuladas em volta da gestão da água mineral em Cambuquira;
- Analisar as esferas públicas que se formaram em torno da água mineral, em Cambuquira, nos últimos 30 anos, por meio da intersubjetividade entre atores sociais

que representam os interesses e ações gerenciais do Estado, da sociedade civil e do mercado.

1.3 Justificativa e Relevância da Pesquisa

A primeira justificativa quanto a relevância da pesquisa é que os conflitos relacionados à água mineral e a gestão da água mineral não se limitam a uma questão de natureza técnica ou mesmo tecnológica, mas se apresentam, principalmente, como uma questão gerencial, ambiental, cultural, política e social. Sobre a questão ambiental, Pimentel Pequeno (2014, p. 12) considera que ela é “um dos mais desafiadores e inquietantes problemas enfrentados” atualmente. Essa problemática é, segundo ele, “física” dado que o “equilíbrio sistêmico está ameaçado pelo efeito agressivo e devastador de algumas práticas humanas, gerando tensão, conflito, incertezas, dúvidas, [e] controvérsias” (PIMENTEL PEQUENO, 2014, p. 12). A questão é também política, cultural e social (pois envolve questão como água para quem? e para que?) (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015).

Disso deriva também a relevância de considerar os direcionamentos da gestão social dado o entendimento dela como ação gerencial dialógica voltada para o bem comum e o interesse público não estatal (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). No caso da gestão da água, o processo democrático pode ser compreendido inicialmente pelas relações como igualdade, equidade, reciprocidade e de troca de papéis (HABERMAS, 1997a; 1997b), e, dessa forma, se relaciona com a possibilidade de argumentação sobre o ponto de vista de todos os envolvidos (HABERMAS, 1989). Nesse sentido, as normas para serem legítimas no que tange ao uso dos recursos/bens hídricos deve retirar sua validade da aceitação por todos os envolvidos. Ainda mais em situações permeadas por conflitos - como neste estudo - a possibilidade da gestão social “[...] se candidatar a realizar e aprender a fazer esses diálogos entre demandas oriundas” de diferentes atores sociais e organizações (ALCÂNTARA, 2015, p. 278). Da mesma forma, para Cançado, Sausen e Villela (2013, p. 86): “[...] a gestão social aponta a necessidade de interlocuções entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, levando à busca de um equilíbrio entre os imbricados e interdependentes interesses”. Ou ainda:

O termo Gestão Social, como vem sendo utilizado por pesquisadores, reunidos na Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS), tem como objeto de estudo a **gestão de problemas sociais e ambientais** que necessitam de uma **visão intersetorial e interorganizacional**, considerando seu espaço de articulação em um contexto de constante fortalecimento democrático, onde **múltiplos atores** compartilham interesses, visões e ações dentro de um território. (MENDONÇA et al., 2012, p. 1392; grifo nosso).

Outra justificativa é que a água, segundo a atual Legislação brasileira é um bem público. No entanto, as águas minerais não são consideradas bem público dado seu entendimento como recurso mineral. Portanto, no Brasil, a exploração de águas minerais é normatizada pelo Código de Águas Minerais, Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 que regula o aproveitamento comercial das fontes de águas minerais ou de mesa (BRASIL, 1945). Mesmo no que se refere as ‘águas comuns’ conforme hoje legisladas pela denominada Lei das Águas existem limitações e debates. Segundo Costa, Guarido Filho e Gonçalves (2013) as legislações sobre as águas foram construídas com foco nos aspectos econômicos e com ênfase na geração de energia elétrica (COSTA; PERIN, 2004). Em meados do século XX, no contexto do esforço de industrialização realizado pelo governo de Juscelino Kubitschek, a Constituição de 1967 manteve a restrição ao uso da água quanto a propriedade, no entanto não dispunha sobre formas de conservação e preservação dos recursos hídricos “[...] refletindo o espírito dominante no Brasil até a década de 1970, ou seja, o de que a água era um recurso renovável, portanto infinito” (COSTA; GUARIDO FILHO; GONÇALVES, 2013, p.106). Para os autores, após isso o fato mais significativo foi a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que ampliou a visão sobre a água no sentido de um bem público. Segundo a mesma legislação “a água é um bem de domínio público” (BRASIL, 1997). Outro fato marcante foi a aprovação da Lei 9.984 de 2000 que instituiu a Agência Nacional de Águas.

Como exposto anteriormente, as águas minerais estão sob a égide do Departamento Nacional de Produção Mineral e, portanto, é considerada um minério. Diante disso, segundo Portugal Jr., Reydon e Portugal (2015) existem conflitos entre as orientações/lógicas da Política Nacional dos Recursos Hídricos e dos Códigos de Mineração e de Águas Minerais. Percebe-se que, como a água mineral não é considerada um bem comum e, sim, vista como um minério, legalmente não há proteção a esse tipo de água. Por isso, existe essa movimentação em prol da preservação da água mineral, se não por meio legal, a pressão no intuito de preservar vem de coletividades envolvidas com a causa.

[...] o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia executora da política mineral brasileira, tem pouco interesse pela preservação dos mananciais de água mineral no país e pela sustentabilidade das estâncias hidrominerais. O Código de Águas Minerais e o Código de Mineração definem a água mineral como um bem mineral, ou seja, não a consideram um recurso hídrico. Eles permitem que os recursos minerais, inclusive a água mineral, sejam explorados até à exaustão. Esses códigos embutem toda uma visão de aproveitamento econômico dos recursos, característica da visão desenvolvimentista que prevaleceu no Brasil a partir dos anos 1930. Essa visão continua a marcar o estatuto e a ação do DNPM. (NINIS; DRUMMOND, 2008, p. 149).

Decorre disso a terceira justificativa, que as pesquisas sobre gestão das águas destacam relações paradoxais em que a água mineral é abordada em dois extremos: de um lado como bem público e, do outro, como mercadoria. Percebe-se o paradoxo em relação a água mineral como um bem comum, em que toda a população tem direito ao uso, *versus* mercadoria, em uma visão mercadológica cujo mercado dita as regras de uso da água. Sobre a água como bem público e bem comum é importante considerar que:

O reconhecimento da água como bem público é, também, resultado da constante interação entre a sociedade e os recursos naturais. Ruscheinsky (2004) afirma que esta integração traz ao cotidiano a ideia de que o acesso a água por todos pode diminuir as desigualdades entre as pessoas, sendo esta mais uma justificativa para atribuir a água o *status* de bem público. Flores (2011) entende que atribuir à água o *status* de bem público requer também atribuir ao Estado a obrigação de garantir a todos o acesso a ela, reconhecendo-a como um direito fundamental. A água, não pode ainda, ser tratada como mercadoria, pois “sendo a água bem comum, não pode ser objeto de apropriação nem do ente público ou particular, pois Direito fundamental por excelência; portanto inalienável e irrenunciável. (FLORES, 2011, p. 07). (SALES, 2017, p. 16).

Mesmo diante disso, segundo nossa Legislação “As águas minerais brasileiras são na verdade uma *commodity*, tratadas juridicamente como recursos minerais e cuja produção é voltada ao mercado de bebidas industrializadas, seja ele nacional ou importado” (GESICKI; SINDICO, 2013, p. 70). No caso de Cambuquira, existem atores que defendem a validade de outro discurso acerca da água mineral, o de que ela é um bem comum e direito humano que não pode ser tratada como mercadoria.

Nessa dissertação buscamos analisar essas concepções, argumentando em prol da compreensão da água mineral como um bem público e direito humano. As contribuições acadêmicas podem fomentar mobilizações públicas, textos informativos em jornais locais e outras contribuições para a própria formação da esfera pública local, bem como, o fomento destas discussões na esfera pública acadêmica. Especialmente, a esfera pública se torna relevante em decorrência, dentre outros motivos, da seguinte constatação, presente em outro contexto:

The complexity of reality, which is obvious to the local population, is not reflected in national political and institutional structures; this is a major problem. Priorities are often strongly determined by particular interests at the political and economic levels, and conflict with the interests of the rural population, as illustrated by the timber trade, tourism, and the creation of natural reserves. The gap between local reality and institutional, legal, and administrative reality hampers the implementation of integrated and sustainable natural resource management or sometimes even aggravates the situation by triggering social conflicts. One example is the issue of water allocation within a basin: management of natural resources upstream (water,

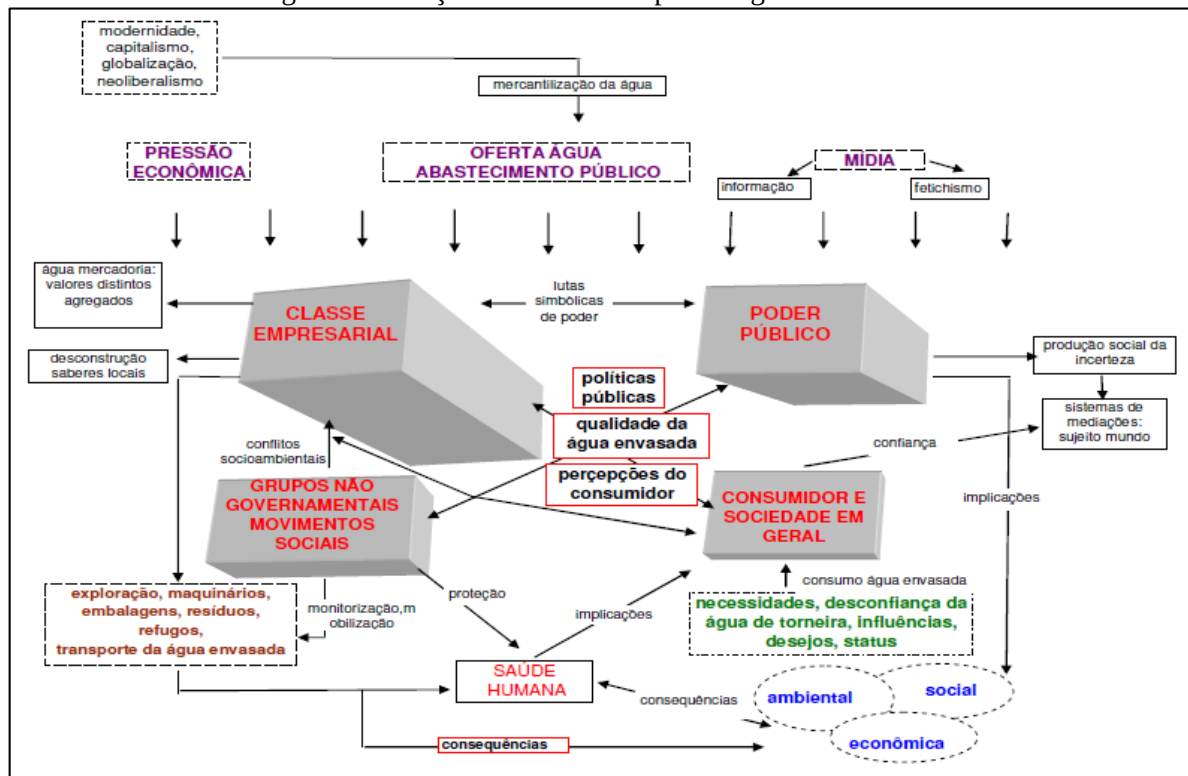
forests and farmland, etc.) can have positive or negative consequences for the population downstream, especially for those who also depend directly on natural resources. In the absence of a clearly defined legal framework that takes into account all the actors concerned, conflicts due to problematical upstream–downstream interactions can emerge very quickly. Basin (or watershed) management implies management of several different natural resources (water, biodiversity, soil, vegetation, microclimate). In many countries, however, the water, forest, agriculture, and environment sectors function as independent units, be it in terms of research, administration, or any other institutional form. Intersectoral collaboration is insufficient. Other factors further complicate and impede integrated management, e.g. dominant economic interests, power conflicts, inappropriate legal frameworks (inequitable allocation of land, uncertain land ownership and user rights), and population growth. Under such conditions, the first to suffer are always the most deprived social groups. (BRÜSCHWEILER; HÖGGEL; KLÄY, 2004, p. 20).

A quarta justificativa é que a gestão da água envolve relações (atores) do Estado, do mercado e da sociedade civil e é marcada, historicamente e mundialmente, por conflitos diversos. Isto porquê os conflitos que envolvem a gestão da água não são visíveis apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina, por exemplo. Ainda que estes não envolvam as especificidades das águas minerais eles mostram as disputas que ocorrem em torno da água em diferentes regiões do mundo. No que tange a água mineral, em Minas Gerais um dos casos mais conhecidos é da exploração das fontes de água mineral em São Lourenço (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015). A questão dos conflitos torna-se campo de estudo importante da gestão social a partir do seguinte entendimento:

[...] diante de uma consciência falibilista [no sentido pragmatista de ser impossível certezas absolutas e que o conhecimento pode ser renovado por novas “evidências”] é preciso romper também com as visões de que a gestão social se volta somente pelas práticas que estão de acordo com seu tipo ideal, isto é, destacamos que é preciso também se voltar para os *loci* onde as ações são instrumentais e estratégicas, no intuito de compreendê-las sobre categorias teóricas e analíticas que permitem a crítica destas, bem como fomentar práticas sociais (*saídas*) que possam garantir a autonomia do mundo-da-vida. [...] (ALCÂNTARA, 2015, p. 415-416).

Na Figura 1 é apresentado um esquema da visão de como essas disputas (no caso em relação as águas minerais envasadas, engarrafadas) envolvem nos termos de Queiroz (2011) a classe empresarial, grupos não governamentais como os movimentos sociais, Poder Público e outros atores como consumidores e mídia. Nisso, são engendradas lutas, incertezas, políticas públicas, mercantilização das águas, relações com a saúde humanas e dentre outros elementos.

Figura 1 - Relações atuais no campo das águas envasadas.



Fonte: Queiroz (2011, p. 45).

Segundo Gesicki e Sindico (2013, p. 70) “Em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, há uma discussão polêmica entre a indústria de bebidas envasadas e entidades civis que defendem o consumo de água de torneira, provida por abastecimento público”, onde os ativistas se atentam para questões como resíduos dessas indústrias e que a água deveria ser um direito humano. Conforme já mencionado, no que tange a água mineral, em Minas Gerais um dos casos mais conhecidos é da exploração de águas minerais em São Lourenço (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015). Além da atuação acadêmica as informações coletadas podem auxiliar na atuação de diferentes organizações, bem como incentivar e direcionar a criação de políticas públicas.

O quinto argumento é que a publicização do tema contribui para a formação de esferas públicas sobre a água e sua gestão, as quais repercutem interesses representativos do Estado, da sociedade civil e do mercado e são capazes de influenciar as decisões políticas. Com isso, é relevante uma gestão social (TENÓRIO, 1998; 2005; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015) que coordene os interesses entre os atores relacionados ao Estado, ao mercado e sociedade civil, em prol da institucionalização de demandas democraticamente construídas. E, assim,

[...] a gestão social se situa no espaço de interseção das relações entre Estado, Mercado e Sociedade e torna-se capaz de converter os fluxos comunicacionais das esferas públicas em ações e decisões políticas a partir de sua organização

na sociedade civil. Sendo assim, a gestão social é uma ação gerencial dialógica voltada para o interesse público não estatal, tendo como tarefas na sociedade civil sistematizar os saberes alternativos, estruturar avaliações técnicas especializadas voltadas para o bem comum, fortalecer a esfera pública municiando-a de informações de qualidade, dentre outras. (PEREIRA, 2012, p. 13).

Destaca-se que no Brasil, é relevante um processo em que a formação de esferas públicas possa influenciar as decisões políticas em decorrência do atraso observado na normatização das águas minerais. Em especial, se considerarmos que

[...] ótica habermasiana a gestão social deve [pode] desenvolver-se em teorias e práticas capazes de defender e potencializar a emancipação do mundo-da-vida frente ao sistema – caminhando para um modelo de eclusas. Nesse processo, ela deve ser capaz de se comunicar tanto com as demandas do mundo-da-vida quanto dos subsistemas, afinal ambas as perspectivas são parte da integração social. [...] para Habermas (2012a; 2012b) a integração social depende de ambas as racionalidades e perspectivas. (ALCÂNTARA, 2015, p. 298-299).

Como esta pesquisa trabalha a esfera pública de Habermas (1997b) como categoria da gestão social, a ideia é que os discursos analisados culminem no entendimento e na percepção de quais esferas públicas e como se formaram em relação a questão da água, em meio aos conflitos engendrados entre sociedade civil, meio empresarial e Estado. Nesse sentido, o ideal é que a esfera pública possa “fornecer um campo político com atores e processos deliberativos de democratização somados às práticas políticas” (ZIMMERMANN, 2009, p. 5). Avritzer (2012) releva a importância desse conceito de forma ampla:

O conceito de esfera pública é o conceito mais importante elaborado pela teoria política na segunda metade do século 20. Ele foi capaz de retirar a teoria democrática do dilema entre uma concepção elitista e uma concepção direta do exercício da política e criar uma terceira opção interativo-participativa. (AVRITZER, 2012, p. 112).

Recorrer à Habermas é importante também dado que, segundo Alcântara et al. (2015), Habermas ainda é explorado com limitações no campo da gestão social, podendo ainda contribuir principalmente a partir de pesquisas empíricas que desenvolvam seus conceitos e os coloque em diálogo com diferentes contextos como o caso de Cambuquira, Minas Gerais.

Encontramos que, apesar da influência de Habermas na concepção do conceito de gestão social para diversos autores do campo, seu amplo arcabouço teórico ainda é pouco abordado. São poucas as obras de Habermas exploradas pelo campo da gestão social e uma gama de trabalhos faz referência a ele por meio de leituras realizadas por outros autores; o que em termos hermenêuticos pode ser problemático. Isso leva alguns autores a tomarem Habermas e seus conceitos como *taken for granted* – visão que precisa ser superada. (ALCÂNTARA et al., 2016, p. 15).

No que se refere especificamente a esfera pública, Garcia et al. (2017) elucidam diversas limitações nas leituras realizadas pela gestão social como: entendimento do conceito de esfera pública como ‘dado’ e não problematizado; pouco diálogo com as críticas e reformulações feitas pelo próprio autor; poucas discussões sobre esferas públicas subalternas, públicos fracos e não se problematiza a pluralidade da esfera pública no âmbito da gestão social; e, não discute ou apresenta como pesquisar os elementos contraditórios e conflitivos das esferas públicas. Considerar tais elementos torna-se importante, especialmente no contexto em que esta pesquisa é realizada, cuja problemática parte de conflitos em torno da gestão da água mineral em Cambuquira, Minas Gerais. Assim, a esfera pública é entendida como uma arena de debates, de dissensos e da possível formação de entendimentos entre diferentes atores, lógicas e argumentos (GARCIA et al., 2017).

Este trabalho procura responder uma problemática lembrada por Souza et al. (2016, p. 01) de que “[...] apesar dos avanços tanto das reformulações habermasianas, quanto de pesquisas no Brasil [...] os estudos ainda enfrentam diversas limitações quanto às possibilidades teórico-metodológicas de estudos empíricos”, especialmente, no desenvolvimento de pesquisas empíricas. No Brasil, em destaque, as pesquisas sobre esfera pública são, em sua maioria, teóricas (SOUZA et al., 2016; GARCIA, 2016). Este estudo é de caráter empírico a partir da noção de esfera pública que considera os elementos dos gêneros discursivos como um primeiro momento de análise, conforme estabeleceremos na metodologia de pesquisa.

Além dos argumentos elencados, na relação entre os conflitos, consensos, entendimentos e negociações que serão estudadas, a gestão social contribui para discutir o papel dos atores sociais envolvidos na gestão da água mineral, indicando a necessidade de uma nova racionalidade, seja ela comunicativa ou especificamente por se relacionar com o meio ambiente (ambiental) conforme Leff (2001, p. 134): “um conjunto de processos de racionalização com diferentes instâncias de racionalidades que conferem legitimidade à tomada de decisões com respeito à transformação da natureza e do uso dos recursos”. Assim, justificamos também que:

[...] a gestão social possibilita que a mediação entre homem e natureza, organização e recursos ecológicos seja pautada por uma forma de pensar e por um conjunto de valores marcados pelo caráter integrativo, cooperativo, qualitativo e de parceria. (JUSTEN; MORETTO NETO, 2012. p. 747).

Vale ressaltar que, na literatura, encontramos poucos trabalhos que abordam a gestão social em relação à água, e, mais ainda quando pesquisado os termos ‘gestão social’ e ‘água mineral’, em que não foi possível encontrar nenhum estudo que trabalhe as duas temáticas em conjunto. Para construção deste trabalho, os termos ‘gestão social’ e ‘água mineral’ foram pesquisados nas bases de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Portal de

Periódicos Capes e não encontramos nenhum trabalho que correspondesse a nossa busca. Esse ineditismo também é uma das justificativas que respaldam essa pesquisa.

1.4 Organização da Dissertação

O presente trabalho está estruturado no seguinte formato:

Introdução: Neste tópico inicial são apresentados dados básicos do município *locus* desta pesquisa, bem como contextualização do estudo, problemática da pesquisa, os objetivos e a justificativa e relevância deste trabalho.

Gestão Social: Neste capítulo é apresentado o embasamento teórico pertinente ao tema de pesquisa. Inicialmente, foram apresentadas as abordagens sobre **gestão social** e as **categorias da abordagem habermasiana da gestão social**. Em seguida, foram discutidos os conceitos de **esfera pública e esferas públicas em Habermas** apresentando os momentos da categoria esfera pública, bem como apreciações críticas e reconstrutivas da esfera pública em seus momentos – além dos avanços recentes das discussões sobre esfera pública e gestão social.

Procedimentos metodológicos: O tipo e natureza de pesquisa, os procedimentos e coleta de dados, bem como a organização e análise dos dados foram apresentados no capítulo metodológico com o intuito de culminar em resultados analisados de forma sistemática e metodologicamente coerentes. Para este trabalho foi utilizada a Análise de Discurso Crítica - ADC e, especificamente, o significado acional do discurso.

Gestão da Água Mineral em Cambuquira: Inicialmente, partindo da premissa de que os sentidos e os discursos na ADC configuram-se como ações construídas historicamente (FAIRCLOUGH, 2001), nesta seção foi apresentada a contextualização histórica da formação do município de Cambuquira. Após coleta e interpretação dos dados com base na ADC, no capítulo de resultados estão ilustrados os discursos dominantes em torno dos diferentes interesses públicos, estatais ou não estatais, e privados em relação a gestão da água no município de Cambuquira.

Considerações Finais: A partir dos resultados encontrados e da discussão/análise dos mesmos, neste capítulo estão elencados os resultados considerados de maior relevância para a pesquisa, bem como foi exposto se o objetivo geral e os objetivos específicos foram alcançados. Além disso, neste tópico estarão expostas as limitações do trabalho e proposta de nova agenda de pesquisa.

2 GESTÃO SOCIAL

As perspectivas do campo de estudos da gestão social ainda se encontram em construção (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015), não poderia ser diferente se olharmos a partir das perspectivas discursivas advindas de Habermas (1997a; 1997b; 2012a; 2012b), Bakhtin (1997; 2006) e Fairclough (2001; 2003). Na perspectiva destes últimos três autores, salvo as diferenças entre eles, a ciência pode e é desenvolvida em contextos sócio-históricos, nos quais as práticas científicas estão situadas e se constroem (FAGAN, 2010; HOSKING, 2011). Os “valores” e os “fatos” científicos se interrelacionam em uma avaliação crítica dessas práticas. Notadamente, essas ideias são defendidas no âmbito da gestão social especialmente nos trabalhos de Cabral (2008; 2011; 2015), Araújo (2012) e Alcântara et al. (2015).

A partir disso, os resultados das pesquisas de campo e propostas teóricas são a identificação para a ciência de padrões aceitos em contextos sócio-históricos específicos, uma noção que remete a própria validade do saber (FAGAN, 2010). Esses aspectos são importantes para a gestão social visto que a mesma “segue no sentido da possibilidade da construção da sociedade pelos seus membros e a realidade é forjada na interação entre os atores, pois eles são capazes de interpretar esta realidade e agir sobre ela” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 134). Portanto, se faz presente também a noção apresentada por Vandenberghe (2015) como ciência que considera valores públicos e éticos, como autonomia, participação e emancipação.

Essa [gestão social] emergente é empírica, porque o seu conhecimento é real e vem do campo; ela é normativa também porque ela não é neutra, mas critica e se inspira em princípios normativos e valores éticos que prezam a autonomia; e aplicada, porque ela é pensada como uma tecnologia de emancipação e de participação. [...] essa ciência emergente do social visa o crescimento da autonomia (aquela do campo e dos seus objetos que são sujeitos). (VANDENBERGHE, 2015, p. 110)

Portanto, neste campo de teorias e práticas, mundos sociais, objetivos e subjetivos (nos termos de Habermas, 2012a) são entrelaçadas em interações cotidianas e intersubjetivas dos sujeitos participantes e dos pesquisadores (CUNLIFFE, 2008). Finalmente, essa visão estabelece, então, a gestão social como construção social (e, portanto, com uma dimensão discursiva nos termos de Fairclough (2003)) de pesquisadores, valores, fatos e relações sociohistóricas em disputa por validade e legitimidade de seus conhecimentos e práticas.

2.1 Perspectivas de Gestão Social

O campo da gestão social (como aqui delimitado) emerge na década de 1990 tendo como principal referência o texto de Tenório (1998), neste período. Após diferentes debates que se

formaram em torno do conceito (TENÓRIO, 1998; 2005; 2013; DOWBOR, 1999; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009; FRANÇA FILHO, 2008; CABRAL, 2008; 2011; ARAÚJO, 2012; CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015), a gestão social “[...] tornou-se objeto de estudo em programas de pós-graduação, cursos de graduação, centros de pesquisa, eventos e publicações” (MENON; COELHO, 2016, p. 01). Outros textos também mostram isso:

A temática da gestão social no Brasil evoluiu a partir de quatro momentos principais: inicialmente, foram localizadas e publicadas distintas e dispersas experiências de gestão nas quais se apresentavam a possibilidade de se alcançar objetivos sociais por meio do diálogo e da participação das pessoas; em seguida, tais experiências passam a ser reconhecidas e valorizadas como práticas relevantes de gestão; num terceiro momento, os pesquisadores passaram a considerar a gestão social como um campo de gestão particular (gestão participativa, gestão socialmente responsável, etc.) e, finalmente, apesar de não haver um consenso teórico sobre a gestão social pode-se perceber que existe um processo de institucionalização e de modelização, por exemplo, nos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* em gestão social. (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013, p. 73).

Nesse processo foi importante a formação de grupos de estudo e pesquisas em diversas localidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, dentre outros.

O Programa de Estudos em Gestão Social da Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – PEGS/Ebape/FGV foi o primeiro programa de pesquisas a se estabelecer com esta temática, coordenado desde sua fundação pelo próprio Tenório. Em seguida, são criados novos centros para o estudo da gestão social em algumas das principais Escolas de Administração do país, com destaque para o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (Ciags/Ufba), o Núcleo de Estudos de Administração do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neats/PUC-SP), o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Sobre o Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nipets/Ufrgs) e o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da Universidade de São Paulo (Ceats/USP). Em um terceiro momento, o estudo e a pesquisa em gestão social realizam o movimento de interiorização, em alguns casos, por meio de egressos dos programas citados. Destacam-se o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri – Liegs/UFC-Cariri, o Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (Neapegs) da Universidade Federal de Lavras e o Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins – NESol/UFT. Existem outros grupos já organizados pelo país, tais como na Universidade Federal de Viçosa (UFV), na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; CANÇADO, 2011). (CANÇADO; VILLELA; SAUSEN, 2016, p. 73-74).

Nesse processo houve a construção de diferentes pontos de vista, argumentos e ‘fatos-valores’ em relação a gestão social. Como campo em construção as críticas também se

formaram em torno de elementos como endogenia, polissemias, inconsistências conceituais, dilemas teóricos, posições políticas e falta de mudança social na prática como é prometida na teoria (PINHO, 2010; BOULOSSA; SCHOMMER, 2008; 2009; ARAÚJO, 2012; TEODÓSIO, 2013; PINHO; SANTOS, 2015a; 2015b; ARAÚJO; BOULOSSA, 2013; PERSSON; MORETTO, 2015; PERSSON, 2016). Especialmente as críticas da falta de experiências que coadunam com os pressupostos normativos da gestão social (PINHO; SANTOS, 2015a; 2015b; PERSSON, 2016). Em outra perspectiva, essas críticas aparecem nos trabalhos de Alcântara (2015) e Garcia (2016) que relatam a necessidade do desenvolvimento de estudos empíricos sobre diferentes conceitos normativos que são adotados pelo campo como emancipação, esfera pública, igualdade, bem comum, pluralismo, deliberação, consenso, racionalidade, dentre outros. Posteriormente, voltaremos a essa questão tratando especialmente do conceito de esfera pública a partir das visões oriundas de Garcia (2016) e Garcia et al. (2017).

Voltando as origens do campo da gestão social, o texto pioneiro “Gestão Social: uma perspectiva conceitual” (TENÓRIO, 1998), foi resultado de discussões observadas em um seminário em 1992 (*Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores en Gerencia Social*) e de um curso realizado nos Estados Unidos em 1997 (*Curso de Directivos em Diseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales*). Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 683) apresentam uma narrativa sobre isso:

Tenório (2010) relata que em 1992, ao participar do *Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores en Gerencia Social* (Santa Cruz de La Sierra, Bolívia), o conceito foi tratado como referente a questões relativas a políticas públicas e ao terceiro setor, porém, neste evento foram despertadas outras expectativas, fruto dos debates no evento. Em seguida é lançado o livro *Pobreza: un tema impostergable – Nuevas respuestas a nivel mundial* compilado por Bernardo Kliksberg (KLIKSBURG, 1994a), provavelmente, o primeiro texto latino-americano que trata do tema gestão social (TENÓRIO et al., 2010). Neste texto, a gestão social é entendida como gestão de políticas públicas sociais (KLIKSBURG, 1994b). Assim, o “[...] o termo gestão social tem sido confundido quase exclusivamente com gestão de políticas e/ou programas sociais” (TENÓRIO; SARAIVA, 2006, p. 124). Esta confusão começou nos anos 1990 no Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD e continuou no Instituto de Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (TENÓRIO; SARAIVA, 2006). [...] Em 1997, ao participar do *Curso de Directivos em Diseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales*, promovido pelo Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington D.C., nos Estados Unidos, o pesquisador ampliou sua percepção acerca da gestão social e, em 1998 publicou na Revista de Administração Pública (RAP) o artigo “Gestão social: uma perspectiva conceitual”, possivelmente o primeiro texto nacional que tratava do assunto.

De forma mais contextual, segundo Tenório (2013, p. 2) “[...] são vários os elementos que animam este repto, entre os quais destacamos que, à semelhança de outras, a sociedade brasileira, desde os anos 1990, e inspirada na Constituição de 1988, tem exigido mudanças no modo como a sua relação ocorre com o Estado e o mercado”. Alcântara (2015, p. 33) levanta alguns elementos do contexto da década de 1980 e 1990 como: “[...] fenômenos da flexibilização organizacional, da democratização do Brasil, dos movimentos sociais, do fortalecimento do terceiro setor, das reformas da administração pública e das políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros”. Alguns destes elementos se tornaram fortes linhas de estudo na gestão social como: terceiro setor (CABRAL, 2006; 2008; 2011); reformas da administração pública (PAES DE PAULA, 2005) e democracia (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015; GARCIA, 2016).

Por sua vez, o contexto acadêmico das origens dos estudos em gestão social vem da busca de formas alternativas de gestão que desde a década de 1990 mobiliza pesquisadores de diferentes matrizes epistemológicas (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Assim, no âmbito acadêmico destacamos:

Nunca foi tão latente na academia a busca por alternativas teóricas no campo da Administração. O esgotamento das teorias organizacionais tradicionais, que desde a década de 1980 vem sendo anunciado por Guerreiro Ramos, Tragtenberg, Prestes Motta, dentre outros, nos mostra que a literatura anglo-saxônica na área pouco tem feito além de reeditar em novas embalagens os mesmos preceitos do taylorismo-fordismo (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 682).

Além disso, “mesmo com os avanços [...] o campo de saberes e práticas [...] da gestão social está aberto e demanda diversas contribuições empíricas e teóricas, procurando dialogar com uma miríade de conceitos” (PAIVA et al., 2016, p. 1). Nesse sentido, o campo de pesquisas se constrói em interface com estudos da administração, administração pública, serviço social, ciência política, sociologia, direito, turismo e outras áreas do saber. Dessa forma, como apontado por Garcia (2016), existe uma diversidade de conceitos sobre gestão social como apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 - Diversidade de conceitos de gestão social.

Conceito	Fonte
“[...] um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”.	Tenório (1998, p.16)
“[...] modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele (tradicional) do mercado e do Estado, [...]”.	França Filho (2003, p.4)
“[...] gestão social como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação”.	Tenório (2005, p.102)

“[...] um ato relacional capaz de dirigir e regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisão, que resulte em parcerias intra e interorganizacionais, valorizando as estruturas descentralizadas e participativas, tendo como norte o equilíbrio entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva, para alcançar enfim um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo”.	Gondim, Fischer e Melo (2006, p.07)
“[...] gestão que produza os bens públicos e reproduza os valores sociais que permitam o florescimento deste espaço articulado pelo TS [terceiro setor]”	Cabral (2008, p.25)
“[...] um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação”.	Cançado (2011, p.205)
“Pode-se concluir que a gestão do desenvolvimento social é um processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder individual e social”.	Fischer (2012, p. 118)
“[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”.	Cançado, Tenório e Pereira (2011, p.697)
“[...] ação gerencial dialógica própria da sociedade, do interesse público não estatal e voltado para o bem comum”.	Cançado, Pereira e Tenório (2013, p.17).
“A gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevalece a lógica humanitária, do interesse público e social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetário”.	Araújo (2014, p.88).
“A gestão social, [...], remete a um processo em que os próprios indivíduos se tornam sujeitos sociais, expressando, nos atos de linguagem, suas demandas e anseios, e aproximando o Estado do verdadeiro sentido do “social” que caminha junto com a gestão pública”.	Freitas, Freitas e Ferreira (2016, p. 290)

Fonte: Adaptado de Garcia (2016, p. 62; grifo no original).

Devido a isso, Justen, Moretto Neto e Garrido argumentam que “a Gestão Social não é uma narrativa uniforme e homogênea, como se pressupõe à primeira vista, mas um campo socialmente construído a partir da diversidade e da heterogeneidade sociocultural [...] nacional” (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014, p. 240). Portanto, existe uma diversidade de temas, conceitos, pesquisas que são desenvolvidas a partir da gestão social. Por um lado, essa pluralidade é positiva, pois é um valor da própria gestão social (TENÓRIO et al., 2008; 2010; CABRAL, 2008; GARCIA, 2016), mas em contrapartida, corre-se o risco de imprecisões conceituais (PINHO, 2010; ARAÚJO, 2012; PINHO; SANTOS, 2015a; 2015b; PERSSON; MORETTO, 2015). O relato de Paiva e colabores indica tais elementos:

[...] uma breve análise da chamada de trabalhos para o IX Enapegs (UFRGS, 2016), evento principal da Rede de Pesquisadores em Gestão Social, revela uma pluralidade de temas, adjetivos e conceitos, a saber: campos de aplicação (espaço público e esfera pública; cooperativas; empreendimentos da economia solidária; organizações do terceiro setor; sociedade civil); sinônimos (gestão colaborativa; gestão democrática; gestão dialógica; gestão participativa); característica do processo (tomada de decisão coletiva; racionalidade comunicativa e substantiva; ações coletivas; deliberação; democracia); valores/princípios (bem comum; participação social; transparência; cooperação) e outras. (PAIVA et al., 2016, p. 5-6).

Tais questões mostram que os conceitos, práticas e teorias acerca da (e sobre) gestão social ainda estão em desenvolvimento e disputa de diferentes ‘pontos de vista’. Assim,

segundo Freitas, Freitas e Ferreira (2016, p. 279) “no Brasil, ainda há grande imprecisão conceitual em relação à noção de Gestão Social” e para Pimentel (2014, p. 146) “por se tratar de um conceito em construção, a noção de gestão social ainda não é consensual entre os autores”. Disso tudo, diferentes trabalhos recentes como Alcântara (2015), Freitas, Freitas e Ferreira (2016), Garcia (2016), Cançado, Villela e Sausen (2016) e Justen (2016) debateram a consolidação e ampliação do campo da gestão social. Contudo, argumentamos que apesar das divergências o importante é a convivência de diferentes perspectivas já que, como afirmado anteriormente, a pluralidade, por si, representa um valor/critério deliberativo defendido por diversos autores no campo da gestão social (TENÓRIO, 2005; TENÓRIO et al., 2008; 2010; ARAÚJO, 2012; CANÇADO; PEREIRA, TENÓRIO, 2015; ALCÂNTARA, 2016; GARCIA, 2016).

As definições acima apresentadas emergem também de diferentes influências teóricas além de Jürgen Habermas, que é central para alguns autores do campo tal como mapeado por Alcântara (2015) e Garcia (2016). A influência de Habermas é apresentada, posteriormente, no Quadro 3, observa-se autores e os textos da gestão social que fazem menção a contribuições de outros autores (de forma não exaustiva).

Quadro 3 – Contribuições ao campo da gestão social.

Autor	Referência na gestão social	Contribuição central
Alberto Guerreiro Ramos	Tenório (2008); França Filho (2003; 2008); Cançado (2011); Schmitz Junior et al. (2014)	❖ Debate sobre racionalidades, racionalidade substantiva e superação da visão unilateral do mercado.
Boaventura de Sousa Santos	Silva e Moretto Neto (2016); Pereira (2012); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014)	❖ Discussões sobre terceiro setor, saber, conhecimento e colonialidade.
Bernardo Kliksberg	Cançado (2011); Cançado, Tenório e Pereira (2011)	❖ Discussões sobre desenvolvimento, políticas públicas e gerencia social.
Paulo Freire	Oliveira, Cançado e Pereira (2010); Cançado e Pinheiro (2014); Tenório e Kronemberger e Lavinias (2014)	❖ Discussões sobre autonomia, emancipação, extensão e dialogicidade.
Hilary Putnam e Amartya Sen	Cabral (2006; 2008; 2011); Alcântara et al. (2015)	❖ Debate sobre fatos e valores e a superação da dicotomia. ❖ Discussão sobre as <i>capabilities</i> e possibilidades de avaliação.
Hannah Arendt	Pimentel e Pimentel (2010); Cançado (2011); Araújo e Boullosa (2013); Oliveira e Cançado (2015)	❖ Discussão sobre esfera pública e esfera social.
Anthony Giddens	Peres Junior (2013); Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013)	❖ Superação das dicotomias entre nível micro e macro; agência e estrutura por meio da teoria da estruturação.
Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Fernando Coronil, Walter Mignolo e Enrique Dussel	Martins e Carrion (2012); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a).	❖ Discussões sobre ciência, eurocentrismo, colonialidade e América Latina.

Axel Honneth	Calado (2012); Bauer e Carrion (2016)	❖ Teoria do reconhecimento social e relações de poder.
Nancy Fraser	Persson e Moretto Neto (2015); Garcia (2016); Persson (2016)	❖ Desigualdades e relações de poder nas esferas públicas, concepção de contrapúblicos e relações entre públicos fortes e públicos fracos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em recente pesquisa, Menon (2016) afirma que, quando se discute gestão social em diferentes perspectivas, os principais autores do campo com referências centrais são Fischer (2002), Tenório (2005), Boullosa e Schommer (2008), França Filho (2008), Pereira e Rigatto (2011), Cançado (2011), Mendonça, Gonçalves-Dias e Junqueira (2012) e Araújo (2014).

Quadro 4 - Principais autores e perspectivas de Gestão Social.

Autor	Conceito
Tenório (2005)	o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação.
Fischer (2002)	um processo de mediação transformador que: articula múltiplas escalas de poder individual e societal; trabalha a identidade de processos, refletindo e criando pautas culturais; coordena interorganizações eficazes; promove ação e aprendizagem coletivas; comunica-se e difunde resultados; presta contas à sociedade; reavalia e recria estratégias, tendo por processo, alvo e motor, o desenvolvimento, considerando dimensões tangíveis e intangíveis, objetivas e subjetivas, que conformam organizações complexas e instituições.
Boullosa e Schommer (2008)	o processo de construção da Gestão Social como alternativa de governança fundamenta-se no propósito de promover avanços nas práticas de gestão para a democratização nas relações sociais, por meio de práticas participativas e de engajamento nas decisões e práticas, em modelos decisórios de baixo para cima (bottom-up), privilegiando a dimensão dialógica e relacional da gestão (TENÓRIO, 2002;2004). Ao contrapor-se a modos de gestão fundamentados em hierarquia, controle e racionalização, a Gestão Social manifestaria um de seus potenciais de inovação.
França Filho (2008)	A Gestão Social configura-se como espaço de atuação da sociedade civil, sendo portanto, uma esfera pública não estatal. A Gestão Social é o modo de gestão praticado por organizações que não são nem do mercado e nem do Estado, porém, muitas vezes, mantêm relações de parceria com essas esferas para a implantação e execução de determinados projetos. Essas organizações não possuem objetivos econômicos, sendo que este configura-se apenas como um meio para o atingimento da meta principal, que pode estar ligada a cultura, política ou ecologia, de acordo com a natureza de atuação de cada organização.
Pereira e Rigatto (2011)	[...] processo gerencial dialógico em que a concepção, a elaboração, a implementação e avaliação de políticas é compartilhada entre os participantes da ação no âmbito da esfera pública, onde todos têm o direito à fala sem nenhum tipo de coação e tomam as decisões de forma democrática e deliberativa.
Cançado (2011)	a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último
Araújo (2014)	um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevalecem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetários. Os saberes produzidos no campo da Gestão Social nascem de processos indutivos de práticas gestionárias participativas, horizontais, dialógicas e democráticas que podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de organização. A fronteira para suas

	aplicações é definida pelo caráter de expansão da esfera pública e da coprodução do bem público.
Mendonça, Gonçalves-Dias e Junqueira (2012)	tem como objeto de estudo a gestão de problemáticas sociais e ambientais que necessitam de uma visão intersetorial e interorganizacional, considerando seu espaço de articulação em um contexto de constante fortalecimento democrático, onde múltiplos atores compartilham interesses, visões e ações dentro de um território.

Fonte: Adaptado de Menon (2016, p. 45-47).

No mesmo estudo, Menon (2016) também apresentou os pesquisadores com o maior número de publicações. Tendo como período de análise os anos de 2005 a 2015, o autor que mais possui publicações é o pesquisador José Roberto Pereira, sendo que, do período analisado, Pereira publicou em nove dos onze anos analisados. Além disso, “em relação à distribuição da sua produção, destacamos que ele apresentou trabalhos em todos os eventos analisados e publicou artigos em seis dos oito periódicos considerados neste estudo.” (MENON, 2016, p. 92). Na Tabela 1, estão listados em ordem crescente os pesquisadores com maior número de publicações. O item “categoria” significa que as produções dos pesquisadores são regulares e atuais.

Tabela 1 - Os dez autores mais prolíficos da Rede de Pesquisadores de Gestão Social.

Autor(a)	Nº publicações	Categoria
José Roberto Pereira	49	continuante
Airton Cardoso Cançado	32	continuante
Marco Aurélio Marques Ferreira	32	continuante
Luciano Antônio Prates Junqueira	28	continuante
Ariádne Scalfone Rigo	27	continuante
Armando dos Santos de Sousa Teodósio	26	continuante
Rosinha da Silva Machado Carrion	26	continuante
Ana Paula Paes de Paula	23	continuante
Lamounier Erthal Villela	23	continuante
Washington José de Souza	23	continuante

Fonte: Menon (2016, p. 91).

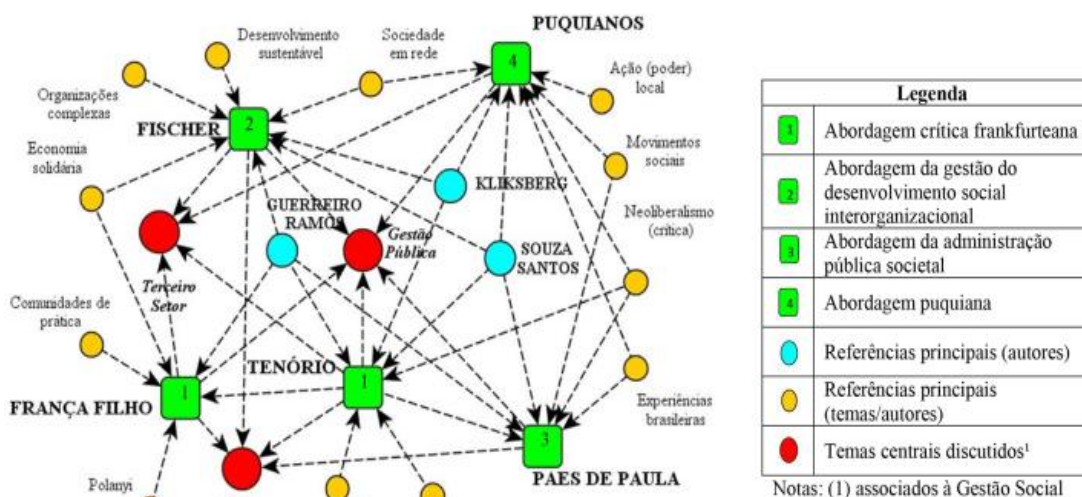
Sobre a trajetória da pesquisa em gestão social, Menon (2016) argumenta, a partir de Coelho (2015), que existem três momentos denominados de gerações:

A primeira geração refere-se ao período de 1998 a 2004, em que alguns pesquisadores buscavam definir de maneira exploratória o conceito de Gestão Social. A segunda geração (2005 a 2012) é marcada pela institucionalização do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) e pela expansão do número de pesquisas na área. Por fim, a terceira geração é caracterizada pela publicação de trabalhos mais recentes que visam sedimentar o conceito de Gestão Social. (MENON, 2016, p. 48-49).

Em relação as gerações da gestão social e frente as diferentes concepções, Peres Junior e Pereira (2014) delinearam que a gestão social possui quatro abordagens: abordagem da

administração pública societal, abordagem puquiana, abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional e abordagem crítica frankfurteana – conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Relações teóricas entre as abordagens da Gestão Social.



Fonte: Peres Junior e Pereira (2014).

Na **abordagem crítica frankfurtiana** é presente os referenciais de Tenório (1998; 2005) e França Filho (2003; 2008). França Filho (2008) relaciona o espaço da gestão social com o espaço da sociedade civil. Atualizando a classificação outros textos dessa abordagem são Tenório (2008), Cançado (2011), Cançado, Tenório e Pereira (2011), Oliveira, Cançado e Pereira (2010), Tenório, Kronemberger e Lavinas (2014), Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015), Alcântara (2015) e Garcia (2016).

Buscando contribuir como novos entendimentos para as abordagens, cabe nota que os textos de França Filho (2003; 2008) não podem ser considerados como influenciados pela Escola de Frankfurt. Estes textos e outros do autor e colaboradores formam uma abordagem centrada na literatura de Guerreiro Ramos e dos estudos sobre economia social influenciada por autores franceses. Evidenciamos também que a abordagem crítica frankfurtiana onde os autores do livro Cançado, Pereira e Tenório (2015) se fundamentam em outros textos com orientações semelhantes é uma classificação muito ampla dado que as contribuições de Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Friedrich Pollock, Erich Fromm e Leo Löwenthal (Escola de Frankfurt primeira geração) e outros não são fundamentos da gestão social, pois, estes diferem significativamente das posições de Habermas. E, dos autores da segunda geração (Jürgen Habermas, Albrecht Wellmer e outros) e da terceira e quarta (Axel Honneth, Hans Joas, Hauke Brunkhorst, Klaus Günther e outros) somente Habermas é considerado pelos autores como fundamento da gestão social. Portanto, para evitar essa classificação ampla da Escola

Frankfurtiana utilizaremos o rótulo **abordagem habermasiana da gestão social** conforme também apresentado em Alcântara (2015), Garcia (2016) e Alcântara e Pereira (2017). Em decorrência disso tratamos de discuti-la em profundidade no próximo capítulo.

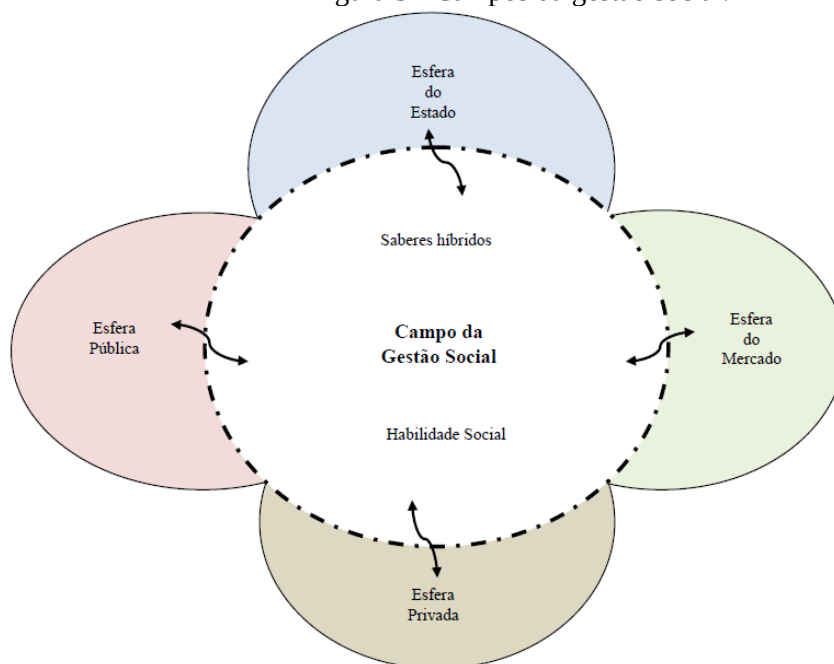
Na abordagem da **gestão do desenvolvimento social** destacam-se os trabalhos de Fischer (2004; 2012) e outros. Nesta abordagem, a gestão social é entendida como: “[...] um ato relacional capaz de dirigir e regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisão” (GONDIM; FISCHER; MELO, 2006, p. 7). A abordagem que se pauta no conceito de **administração pública societal** referenciam os textos de Paes de Paula (2005a; 2005b). Nessa abordagem o foco são estudos sobre as experiências de participação e deliberação focadas nas demandas dos cidadãos. No mais, Paes de Paula (2005a) estabelece a gestão social como “abordagem de gestão” do modelo societal. Apesar do aval de Tenório (2005) que prefacia a obra, os debates hoje sobre gestão social vão além da concepção da mesma sendo apenas “abordagem de gestão” – o que pode ser visto, por exemplo, em Cançado, Pereira e Tenório (2015).

A **abordagem puquiana** engloba os trabalhos de Cabral (2011), Junqueira (2004), dentre outros (RICO; RAICHELIS, 1999; CARVALHO, 1999; CAVALCANTI; NOGUEIRA, 2006). Segundo Peres Júnior e Pereira (2014) nessa abordagem existe ênfase no serviço social, movimentos sociais e terceiro setor. Nela, Cabral (2011) concebe a gestão social como aquela que produz bens públicos e reproduz valores sociais. Aqui também vale menção que a classificação como ‘abordagem puquiana’ não condiz com a pluralidade dos conceitos enfatizados pelos autores dessa abordagem como Cabral, Junqueira, Raichelis e outros. Notadamente, as concepções de Cabral (2008; 2010; 2011) se diferenciam substancialmente dado que a noção de terceiro setor adotada é também diferenciada. O mais coerente e seguindo a denominação da própria autora é **abordagem normativa da gestão social** para os trabalhos de Cabral (2000a; 2004; 2006; 2008; 2011a; 2011b) e colaboradores ou ainda **abordagem valorativa da gestão social** como indicado em Alcântara et al. (2015).

Além das abordagens de Peres Júnior e Pereira (2014), os textos de Guerra (2015) e Guerra e Teodósio (2015) auxiliam a compreender o campo da gestão social. Estes textos concebem a gestão social como um campo plural, que “[...] vem se constituindo por meio de múltiplos saberes, definições e práticas que precedem a lógica social, não se limitando a um conceito único” (GUERRA; TEODÓSIO, 2015, p. 47). Além disso, Guerra (2015, p. 87) acrescenta a importância de “[...] verificar a possibilidade de produção de conhecimento cujos pilares se baseiam na convergência e na cooperação entre os campos, bem como nos distintos poderes que são precedidos de conflitos por se fundarem pela multiplicidade de saberes e de

interesses”. Visão essa compartilhada por autores como Maia (2005), Araújo (2012), Fischer (2002) e Justen, Moretto Neto Garrido (2014). Para mostrar a multiplicidade de saber e atores, Guerra (2015) por meio do modelo das esferas sociais de Janoski (esfera do Estado, esfera pública, esfera do mercado e esfera privada - o modelo do autor mantém essas instâncias com diferenças, sobreposições, articulações, entre outros) apresenta o campo da gestão social no encontro de diferentes esferas (Figura 3).

Figura 3 - Campos da gestão social.



Fonte: Guerra (2015, p. 97).

Finalmente, Guerra (2015, p. 24) argumenta que no campo da gestão social são formados diferentes saberes híbridos “gerados pelos atores sociais tanto no âmbito da universidade quanto na prática da Gestão Social”. Noção que também é compartilhada com o entendimento de gestão social apresentado por Araújo (2014), em que a gestão social:

[...] é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevaecem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento de interesses privados, individuais e monetários. Os saberes produzidos no campo da gestão social nascem de processos indutivos de práticas gestionárias participativas, horizontais, dialógicas e democráticas que podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de organização. A fronteira de suas aplicações é definida pelo caráter de expansão da esfera pública e da coprodução do bem público (ARAÚJO, 2014, p. 88).

Assim, essa pesquisa se insere também na perspectiva de diferentes saberes e conhecimentos que emergem da administração, ciências sociais, filosofia e do cotidiano dos atores envolvidos na pesquisa, portanto, “essa perspectiva aponta uma construção mediada por

múltiplos saberes que contribui para a sua pluralidade discursiva e para a constituição de um campo (de práticas, conhecimentos e saberes) híbrido” (GUERRA; TEODÓSIO, 2015, p. 50).

Na seção seguinte discutimos com profundidade os elementos da abordagem habermasiana da gestão social que é adotada neste trabalho.

2.2 Categorias da Abordagem Habermasiana da Gestão Social

Tenório (1998) é o pioneiro da abordagem habermasiana da gestão social. Inicialmente Tenório (1998) parte do questionamento do *status quo* da Administração, dominada pelo positivismo e pela racionalidade instrumental. Nesse sentido, para ele, a gestão social surge como “linha de fuga” em relação à hegemonia da tradição positivista centrada na racionalidade utilitária do pensamento administrativo (TENÓRIO, 1998). Para apresentar o conceito de gestão social o autor recorre primeiro ao conceito de ação comunicativa e cidadania deliberativa (TENÓRIO, 1998) e depois esfera pública e cidadania na perspectiva deliberativa (TENÓRIO, 2005). Por isso, para muitos autores no campo “a teoria habermasiana fundamenta um paradigma linguístico, sob o qual podemos entender a gestão social enquanto prática discursiva mediante o uso de um poder comunicativo” (FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016, p. 280). Da mesma forma,

O conceito de gestão social encontra fundamento na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, pois é entendida como um processo dialógico, no qual todos os participantes da ação admitem sua validade, ou seja, a verdade é um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva. Sob a atuação da ação comunicativa, nesse tipo de ação o indivíduo busca motivar o outro para que esse concorde com o seu argumento, sendo a linguagem utilizada como fonte de integração social. (TENÓRIO; KRONEMBERGER; LAVINAS, 2014, p. 230).

Na visão de Tenório (1998) a construção do conceito acontece, inicialmente, pela análise dos pares de palavras Estado-sociedade e capital-trabalho, que são invertidas na sua ordem para sociedade-Estado e trabalho-capital, ressaltando a importância da sociedade e do trabalho como protagonistas dessas relações. Ampliando a discussão, insere-se o par de palavras sociedade-mercado, também destacando que o protagonismo deve ser da sociedade.

No que diz respeito aos dois primeiros pares de palavras – *Estado-sociedade* e *capital-trabalho*, inverteu-se as posições das categorias para *sociedade-Estado* e *trabalho-capital*. Aparentemente tais inversões de posição não configurariam substantivas alterações, no entanto elas promovem uma mudança fundamental na medida em que pretendem sinalizar que a *sociedade* e o *trabalho* devem ser os protagonistas desta relação dado que, historicamente, tem sido o inverso. Tal inversão não é para restar importância ao *Estado* ou ao *capital*, mas sim enfatizar o papel da sociedade civil e do trabalho nesta interação. Quanto ao par *gestão estratégica* e *gestão social*, eles significarão que o primeiro atua determinado pelo mercado, portanto é um

processo de gestão que prima pela competição, em que o outro, o concorrente, deve ser excluído e o lucro é o seu motivo. Contrariamente, a *gestão social* deve ser determinada pela solidariedade, portanto é um processo de gestão que deve primar pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo. Enquanto na *gestão estratégica* prevalece o monólogo – o indivíduo –, na *gestão social* deve sobressair o diálogo – o coletivo. (TENÓRIO, 2005, p. 103; grifo no original).

Ampliando a discussão a partir destes pares de palavras e utilizando o mesmo argumento das classificações anteriores, acrescentou-se outro par de palavras-categoria: *sociedade-mercado*. Este par tem a ver com os processos de interação que a sociedade civil organizada, contemporaneamente denominada de *terceiro setor* (organizações não-governamentais ou não-econômicas, associações e movimentos sociais), desenvolve com o segundo setor (mercado), bem como com o *primeiro setor* (Estado), relação já apreciada no parágrafo anterior. Portanto, à semelhança dos pares *sociedade-Estado* e *trabalho-capital*, no par *sociedade-mercado* o protagonista da relação também deve ser a sociedade civil. À semelhança do par sociedade-Estado, não se está diminuindo a importância das empresas privadas em processos em que este apoie projetos de natureza social, mas, apenas considerando o fato de que o *capital*, uma empresa, por ser de natureza econômica, tem o seu desempenho primeiro quantificado pelo lucro para, depois, vir a ser qualificado pelo que de social realize. (TENÓRIO, 2005, p. 103-104).

Tenório (1998) propõe a cidadania deliberativa como intermediadora da relação entre esses pares de palavras. Cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Nesse sentido, a gestão social seria um caminho para a emancipação. Em outro momento, Tenório (2013) defende sua concepção da gestão social como sendo relacionada a sociedade, ao cidadão republicano e a sua forma de se relacionar com diferentes enclaves sociais, mesmo que nessa definição acabe por excluir importantes elementos do social como assistência social, filantropia, política social, mesmo não sendo a totalidade do social, mas partes dele.

Não estamos falando do social referente à assistência social, assistencialismo, filantropia, política social, previdência social, responsabilidade social e semelhantes. Falamos do social quando desejamos falar daquilo que é “concernente à sociedade” [...] quando falamos em gestão social não estamos fazendo referência a processos gerenciais exclusivos dos agentes públicos, dos agentes econômicos ou dos agentes públicos não governamentais [...] Fazemos referência à possibilidade de uma atitude gerencial compartilhada entre os diversos atores, quer no interior das organizações (dirigentes e funcionários), quer entre organizações (poder público, mercado e sociedade civil), na qual o processo de tomada de decisão deve ser compartilhado em direção ao bem comum, ao bem-estar da sociedade. Portanto, aqui expressamos que os atores não devem ser identificados pela posição que ocupam na hierarquia dos sistemas sociais (subordinados e superiores) ou que devem ser reconhecidos com o apoio de cliente, colaborador, consumidor, destinatário, público-alvo, usuário ou assemelhados. Referimo-nos a cidadãos que não só devem cumprir as normas da boa convivência na sociedade, mas também como sujeitos com direito a exercer o controle social (acompanhar,

avaliar, fiscalizar, perguntar, propor) sobre as práticas do Estado, dos agentes econômicos e não econômicos, assim como exercer a sua práxis em consonância com a justiça social em todos os âmbitos (alimentação, educação, habitação, política, produção, saúde, segurança, trabalho etc.). (TENÓRIO, 2013, p. 15-16).

Assim, Tenório (1998) trata a gestão social como antítese da gestão estratégica, conforme se observa nas seguintes passagens:

A gestão social contrapõe-se à *gestão estratégica* na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. E uma ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo [...] Portanto, no contexto da *gestão social* orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações. Existe argumento quando os requisitos de validade se tomam explícitos em termos de até que ponto podem ser oferecidas boas razões para eles em lugar da coação ou força. Estes argumentos são expostos através da *razão*, do conhecimento; portanto, discursivamente. Quem fala expõe suas idéias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão. (TENÓRIO, 1998, p. 16).

Enquanto no processo de *gestão estratégica*, harmônico com o agir estratégico, monológico, uma pessoa atua sobre outra(s) para influenciar a continuação intencional de uma interação (neste tipo de ação a linguagem é utilizada apenas como meio para transmitir informações), sob uma ação comunicativa, dialógica, um indivíduo procura motivar racionalmente outro(s) para que este concorde com sua proposição (neste tipo de ação a linguagem atua como uma fonte de integração social). (TENÓRIO, 1998, p. 17).

Em resumo, essa abordagem tem foco também na crítica da gestão burocrática-estratégica e busca defender a noção de interesse público não estatal. Daí, aparecer outras definições como a busca por “[...] converter os fluxos comunicacionais das esferas públicas em ações e decisões políticas a partir de sua organização na sociedade civil” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 103) e ainda “o conceito de gestão social, desde então pretendido, significaria o uso coletivo da razão por meio da livre argumentação, promovendo, no mundo social, acordos corretos e desejáveis à prática do bem comum” (TENÓRIO, 2013, p. 15).

Tenório (2005, p. 102) revisita o conceito de gestão social e a define como “processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)”. Nos processos todos devem ter direito a fala e não existir nenhum tipo de coação. Nesse caminho contrapõe-se gestão social e gestão estratégica novamente, cuja ideia perpassa pelas obras do autor.

A contraposição entre gestão estratégica e gestão social é comum nessa abordagem (habermasiana da gestão social) conforme características apresentadas em Cançado, Sausen e Villela (2013) e recentemente enfatizado em Cançado, Villela e Sausen (2016).

Quadro 5 - Análise comparativa entre gestão estratégica e gestão social.

Dimensão	Gestão Estratégica	Gestão Social
Ponto de partida	Melhoria do desempenho	Participação / Bem viver
Racionalidade	Utilitária / formal / instrumental / monológica	Comunicativa/dialógica
Tomada de decisão	Baseada em planejamento e num sistema de alinhamento organizacional a partir dos objetivos da organização	Tomada de decisão coletiva, balizada pelo interesse bem compreendido/bem comum
Transparência	Informações constantes nos relatórios técnicos e nas avaliações sistemáticas com acesso limitado	Informações disponíveis baseadas na intersubjetividade, tornando possível a dialogicidade
Espaço	Esfera privada	Esfera pública
Finalidade da gestão	Minimização de custos e maximização de resultados (Minimax)	Interesse bem compreendido/bem comum
Método	Positivismo lógico	Teoria crítica
Estrutura organizacional	Hierarquia/heterogestão	Heterarquia
Premissas teóricas	Individualismo metodológico	Socialização
<i>Modus operandi</i>	Competitividade	Cooperação
Benefícios	Lucros e resultados empresariais	Melhoria na qualidade de vida
Dimensão temporal	Preferencialmente curto prazo; médio e longo prazos baseados em planejamento	Sustentabilidade - longo prazo
Amplitude da ação	Preocupação apenas com o que lhe é concernente	Preocupação geral com o contexto
Visão	Linear/Objetiva	Complexidade / intersubjetividade
Foco	Mercadocêntrico	Sociocêntrico
Consequências	Reificação	Emancipação
Relação	Mundo do trabalho	Mundo da vida

Fonte: Cançado, Sausen e Villela (2013, p. 85).

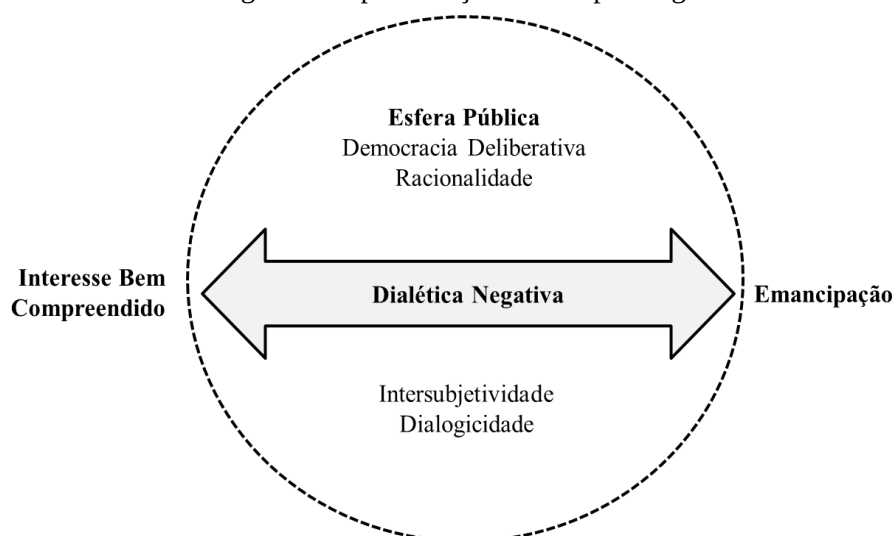
Cançado, Villela e Sausen (2016, p. 70) afirmam que “gestão estratégica e a gestão social [...] é uma das principais e mais antigas discussões no recente campo da Gestão Social” e que foi Tenório (1998) que levantou primeiro essa noção e afirmam que a discussão é retomada por Tenório em outros momentos (2008a; 2008b; 2010; 2012). A despeito da forte presença da dicotomia no próprio texto dos autores e de endossá-la, Cançado, Villela e Sausen argumentam que “a primeira impressão sobre esses resultados é a possibilidade de uma dicotomia entre gestão estratégica e Gestão Social. Porém, esse não seria o caminho indicado. A proposta é que são construções complementares e devem estar em equilíbrio” (CANÇADO; VILLELA; SAUSEN, 2016, p. 79).

Os elementos rígidos de contraposição e dicotomia entre gestão estratégica e social, advinda da dicotomia entre ação estratégica e comunicação são criticadas por Alcântara (2015), Garcia (2016), Alcântara e Pereira (2017) e recentemente Alcântara et al. (2017) a partir de

Cabral (2010; 2011), ao considerarem que as dicotomias simplificam a complexidade da realidade social, das práticas e das suas interrelações e impossibilitam também compreender as tensões e os hibridismos (CABRAL, 2009; 2010; 2011; ALCÂNTARA et al., 2017). Essas questões voltam a ser tratadas posteriormente.

No que se refere a abordagem habermasiana da gestão social suas categorias podem ser delineadas a partir da tese de Cançado (2011) e de publicações decorrentes desta como Cançado, Tenório e Pereira (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015). Cançado, Tenório e Pereira apresentam a gestão social como “a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 697). Notadamente, Cançado (2011) destaca três grandes categorias centrais da gestão social: esfera pública, interesse público e emancipação. O interesse público é o ponto de partida da gestão social (abrigo das categorias solidariedade e sustentabilidade). Para ele a categoria esfera pública é o *locus* da gestão social e abriga outras complementares: comunidades de prática, democracia deliberativa, dialogicidade, interorganizações, intersubjetividade e racionalidade. A emancipação é o ponto de chegada da gestão social (CANÇADO, 2011). Dessa forma, tanto em Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2013) as categorias da gestão social são: democracia deliberativa; comunidades de prática, interorganizações, dialogicidade, emancipação, esfera pública, interesse bem compreendido, intersubjetividade, racionalidade, solidariedade e sustentabilidade. Na segunda edição do livro (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015) não são consideradas categorias teóricas comunidades de prática e inteorganizações (Figura 4).

Figura 4 - Aproximação teórica para a gestão social.



Fonte: Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 161).

Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015) consideram que o **Interesse Bem Compreendido** (IBC) é o ponto inicial para compreender a gestão social e para explicarem essa categoria os autores utilizaram o conceito utilizado por Tocqueville (1987) para descrever a sociedade norte-americana do século XIX. Para os autores: “O IBC parte da premissa que o bem-estar coletivo é pré-condição individual, desta forma, ao defender os interesses coletivos, em última instância, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses”. (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 140).

Sobre as categorias **Solidariedade** e **Sustentabilidade**, Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015) afirmam que estas categorias podem ser consideradas como pano de fundo do interesse bem compreendido:

[...] o IBC seria o instrumento pelo qual o potencial de Solidariedade se realiza em prol da Sustentabilidade, em outras palavras, ao se tratar do bem-estar coletivo (solidário, no sentido estrito do termo) na perspectiva do IBC tem-se como norte a Sustentabilidade (ampla, não só ambiental). (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 143).

O famoso tripé: economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto; já faz parte do ideário mundial sobre o tema. Ao se tratar de Sustentabilidade como Categoria Teórica, está se referindo à sua condição de continuidade latente. (CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013, p. 143).

Sobre a **Esfera Pública**, Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015) relacionam esta categoria no contexto da Gestão Social a partir de Habermas e explicam que “no contexto em tela, a Gestão Social se desenvolve à medida que se desenvolve a esfera pública, no sentido de conduzir à emancipação do indivíduo que vivia ofuscado pela esfera pública burguesa” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 148). Afinal, “[...] para que a Gestão Social aconteça efetivamente é necessário um espaço onde, novamente (mas com diferentes intenções), as pessoas privadas se encontrem em um espaço público a fim de deliberarem sobre suas necessidades e futuro” (CANÇADO, 2011, p. 172).

A partir daí os autores redefinem esfera pública a partir do que é público ainda na perspectiva habermasiana e explicam que o espaço público é aquele espaço em que o homem se satisfaz na qualidade de ser político, ou seja, é o espaço em que o homem fala, é ouvido e compreendido pelos outros (CANÇADO, 2011). Nesta perspectiva, “a **Democracia Deliberativa** seria, então, a forma de tomada de decisão dentro desta esfera pública na qual acontece a Gestão Social” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 156). O tópico seguinte explora de forma mais ampla a noção de esfera pública – categoria central neste estudo.

Cançado, Pereira e Tenório (2013) definiram a categoria **Dialogicidade** como aquela que visa o diálogo como forma de comunicação, de ouvir e entender as outras pessoas. E, para

a compreensão desse diálogo, os autores nomearam a categoria **Intersubjetividade**, que “é a capacidade dos indivíduos de entender a subjetividade do outro por meio da comunicação entre eles, entender o que se está sendo dito e também como está dito” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 160). Segundo os autores:

A Dialogicidade só acontece se houver Intersubjetividade, para compreender e participar do diálogo é necessário estar familiarizado com suas regras, estruturas e contexto, em outras palavras, a Intersubjetividade é condição para a Dialogicidade. (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 160-161).

A categoria **Racionalidade** é discutida pelos autores do ponto de vista da ação racional substantiva e engloba completando-as categorias tratadas anteriormente:

Nota-se que a Ação Racional Substantiva, no nível do indivíduo, caminha no sentido da emancipação (objetivo da Gestão Social) e na dimensão grupal, passando pelo entendimento, que pressupõe Dialogicidade e Intersubjetividade, busca a satisfação pessoal. Pode-se aproximar, então, a Ação Racional Substantiva do IBC (ponto de partida da Gestão Social). Assim, na esfera pública mediada pela Gestão Social, o processo decisório é baseado na Democracia Deliberativa que tem a Ação Racional Substantiva como sua orientação de ação. (CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013, p. 160-161)

Por fim, a categoria **Emancipação**, que de acordo com Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015) é a finalidade da Gestão Social está compreendida em que o “homem (o ser humano) se emancipa quando se percebe enquanto indivíduo, com suas potencialidades individuais (*forces propes*) como motor das forças sociais, por fim, quando se percebe como ser político” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 167).

Em decorrência disso, os autores apresentam a gestão social como: “[...] um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação do homem (ser humano).” (CANÇADO, 2011, p. 275). Noção que se mantém em Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015). Nesse conceito é central a categoria esfera pública que intermedia a relação entre interesse bem compreendido (ponto de partida) e emancipação (ponto de chegada). Essa noção de esfera pública é posteriormente reconstruída e ampliada para novos sentidos a partir dos textos de Garcia (2016) e Garcia et al. (2017).

Outros textos nos permitem compreender as características da abordagem habermasiana da gestão social. Exemplo disso é a sistematização de Alcântara, Pereira e Silva (2015) ao fazer das aproximações entre gestão social e governança pública (participativa e deliberativa), a partir dos elementos: racionalidade e lógica de ação; protagonismo e interesse; genealogia e epistemologia; dinâmica e desafios do campo científico; e relações entre Estado, mercado e sociedade. Para os autores, existem vários elementos da gestão social que se aproximam dos

debates sobre governança pública participativa e deliberativa que podem ser visualizados no Quadro 6.

Quadro 6 - Elementos da gestão social e aproximações com os estudos de governança pública.

Elementos	Gestão social (Abordagem habermasiana)	Aproximações com governança pública
Racionalidade e lógica de ação	Ação comunicativa Racionalidade substantiva Dialogicidade	Ação comunicativa Descentralização
Protagonismo e interesse	Sociedade [civil] Interesse público não estatal Público como interesse público Modelo societal	Democracia Interesse público Cooperação Transparência Pluralismo Autonomia
Genealogia e epistemologia	Teoria Crítica – Habermas Potencial crítico Abordagem da gestão	Governança democrática Governança deliberativa Governança participativa
Dinâmica e desafios do campo científico	Administração Administração Pública América Latina - Brasil	Pluralidade conceitual Imprecisões Busca de evidências empíricas
Relações entre Estado, mercado e sociedade	Da sociedade para o Estado Mundo-da-vida Esfera pública	Parcerias público-privadas Coprodução do bem público Diversidade de atores Terceiro setor

Fonte: Adaptado e ampliado de Alcântara, Pereira e Silva (2015).

Sintetizando as concepções de Tenório (1998; 2005) e Cançado, Pereira e Tenório (2013), Alcântara, Pereira e Silva (2015) argumentam que uma das características defendidas pelos autores é que “a gestão social emerge como processo dialógico (a ação comunicativa é o tipo de ação social que a norteia; para alguns autores a ação substantiva) e o protagonismo é da sociedade (civil)” (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2015, p. 18). A partir do Quadro 6 percebemos que a abordagem habermasiana busca um espaço compartilhado entre Estado, mercado e sociedade; tem como norte a emancipação; contrapõe-se a gestão burocrática; é voltada para o interesse público não estatal; busca um projeto político-social alternativo; a sociedade civil é normativamente considerada a protagonista; e tem como maior influência conceitos advindos dos textos de Habermas.

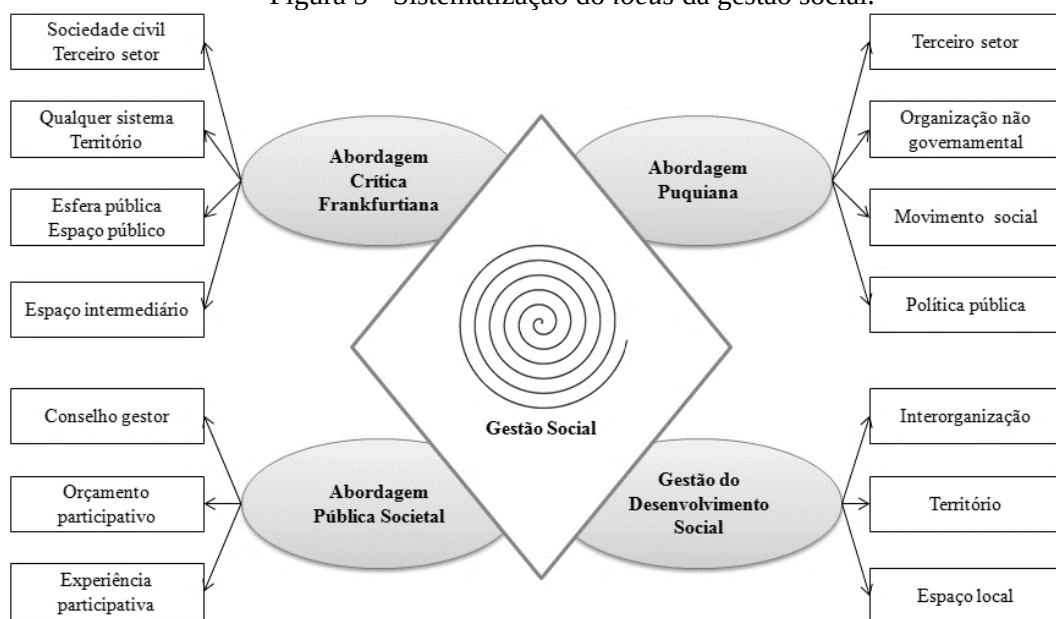
As características da gestão social advindas da Teoria Crítica [aqui notadamente Habermasiana] estão diretamente relacionadas ao conceito de emancipação social, a crítica ao funcionalismo e à racionalidade instrumental que fundamentam as abordagens tradicionais da administração e da administração pública. Verifica-se a influência habermasiana nos conceitos e pressupostos da gestão social quando se considera e se utiliza da dialogicidade, da democracia deliberativa, da esfera pública e da racionalidade comunicativa. Nesse sentido, é possível ressaltar que a principal influência habermasiana para o entendimento da gestão social ocorre em relação ao que Habermas (2011) denomina de formação da opinião pública, pois os processos comunicativos públicos no âmbito das relações entre Estado, sociedade e mercado constituem um fluxo de forças capazes de influenciar as decisões

políticas. Por isso, a gestão social, conceituada sob a ótica habermasiana, é definida como uma ação gerencial dialógica voltada para o interesse público não estatal e para o bem comum, no sentido de alcançar a emancipação social (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Portanto, a participação social nas decisões políticas (via esferas públicas) é um traço comum entre a abordagem habermasiana e a gestão social como resultado dos processos dialógicos de formação da opinião pública. (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2015, p. 21).

Outro trabalho que nos ajuda a compreender as ênfases da abordagem habermasiana é o desenvolvido a partir do próprio Habermas – o mapeamento dos *loci* de estudo da gestão social e sua discussão nas relações mundo-da-vida e sistema (ALCÂNTARA, 2015). Alcântara et al. (2015) sintetizaram os diversos *loci* (noção que buscam em Keinert, 2007) da gestão social presentes na literatura: sociedade civil, terceiro setor; qualquer sistema; esferas públicas; espaços públicos; espaço intermediário entre Estado-mercado-sociedade; conselhos gestores; experiências participativas; movimentos sociais; ONGs; parcerias trissetoriais; territórios; interorganizações e espaços locais.

A partir das abordagens de Peres Junior e Pereira (2014), conforme Figura 5, os autores colocam que na Abordagem Crítica Frankfurteana (aqui considerada como abordagem habermasiana) os *loci* de estudo são predominantes a sociedade civil, qualquer esfera, público, privado ou não governamental, estrutura intermediária entre Estado, mercado e sociedade civil e a esfera pública – mesmo que nessa última não sejam pesquisas empíricas. No caso, a abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional destaca como locus o espaço local, o território e as interorganizações, a abordagem pública societal destaca experiências locais participativas e a abordagem puquiana aparece no espaço público, no terceiro setor, nas ONGs e nos movimentos sociais – uma representação considerando outros *loci* menos comuns são oferecidas pelos autores (ALCÂNTARA, 2015, ALCÂNTARA et al., 2015).

Figura 5 - Sistematização do *locus* da gestão social.



Fonte: Adaptado de Alcântara et al. (2015, p. 6) e Alcântara e Pereira (2017, p. 8-11).

Neste trabalho, o *locus* de estudo privilegiado é a esfera pública, mas não a partir da concepção de textos como Tenório (2005), mas da proposta recente desenvolvida por Garcia (2016). Notadamente, a concepção de *locus* direciona além da noção de campo de pesquisa como também perspectivas teóricas e lentes de estudo – aquilo que Keinert (2007) delimita como *focus*.

Para além disso, Alcântara e Pereira (2017) argumentam que a relação mundo-da-vida e sistema (que é ampliada a partir de Habermas para relação Estado, mercado e sociedade civil por diversos autores desde a década de 1990) é explorada de forma superficial no campo da gestão social e que precisa ser reconstruída a partir de Habermas e também das contribuições de críticas como de Axel Honneth e Nancy Fraser – especialmente, as críticas voltadas a rigidez inicial da separação que leva a uma noção de dicotomia. Nessa empreitada os autores buscam caminhos de pesquisas mais relacionais a partir da visão menos dicotômica e reducionista entre as instâncias do mundo-da-vida e do sistema – para isso, conforme defendido por Garcia et al. (2017), uma reconstrução do conceito de esfera pública torna-se estruturante.

Alcântara et al. (2015) tentam mostrar que a gestão social não pode se limitar a estudar e se legitimar apenas a partir da noção de mundo-da-vida, esquecendo-se dos sistemas – motivo pelo qual observam que um termo fundamental da “Teoria do Agir Comunicativo” de Habermas que é a noção de “colonização” não era sequer lembrada, mesmo essa noção sendo o diagnóstico de Habermas nessa obra acerca da sociedade. Os autores evidenciam que para Habermas, sistema e mundo-da-vida são necessários (tanto como perspectivas quanto como espaços sociais), tal como as racionalidades (estratégica e comunicativa) são importantes, pois, em

conjunto reproduzem a sociedade de forma material e simbólica. Para superar visões unilaterais os autores recorrem a noção de tensões que busca em texto como em Ramos (1981) e Serva e Siqueira (2012).

A partir de Habermas (da relação mundo-da-vida: vida cotidiana e sociedade civil e sistema: mercado/sistema econômico e Estado/sistema político administrativo) Alcântara et al. (2015, p. 7-8) defendem a ideia de que a “[...] gestão social [...] pode se candidatar a intermediar diálogos entre demandas oriundas do mundo-da-vida e demandas do sistema”, argumentando que essa “[...] visão permite problematizar diversas tensões da gestão social” (ALCÂNTARA et al., 2015, p. 12). Assim, “[...] essa proposta relacional permite (potencialmente) que a gestão social identifique os elementos colonizadores, bem como as forças emancipatórias que emerge dos relacionamentos possíveis entre mundo-da-vida e sistema” (ALCÂNTARA et al., 2015, p. 10). Tal proposta é coerente com o contexto em análise da gestão da água mineral que envolve noções como exploração privada *versus* uso comum, bem comum *versus* mercadoria que na prática convivem em constante tensão, gerando diferentes representações, discursos e outras práticas sociais.

Mais recentemente, Alcântara e Pereira (2017) propõem, além das tensões, outro signo importante: interrelações, e Alcântara et al. (2017) discutem a noção de hibridismo a partir dos estudos iniciais de Cabral (2006; 2008; 2015). Alcântara e Pereira (2017) lembram novamente que as interrelações e tensões entre mundo-da-vida e sistema são pouco estudadas no campo da gestão social e com pouca atenção aos elementos como complementariedades, justaposições, momentos dialéticos, fronteiras fluídas, intercâmbios e conflitos de lógicas nas relações entre mundo-da-vida e sistema, tal como na sua transposição sociológica para as relações Estado-mercado-sociedade civil.

Com esse posicionamento almejamos, também, buscar superar a compressão dicotômica da gestão social que situa a gestão epistemologicamente e socialmente em polos excludentes, e, a partir disso ser capaz de diagnósticos mais coerentes, crítico-reflexivos e falíveis das forças instrumentais-estratégicas (colonização; injustiças e patologias sociais) e emancipatórias (radicalização da democracia a partir da sociedade civil; deliberação pública; formação de esferas públicas esclarecidas; participação social) presentes na vida cotidiana e compartilhadas intersubjetivamente. (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 4).

Alcântara e Pereira (2017) mostram elementos como esfera pública, deliberação e sociedade civil em Habermas perpassa pelas noções de mundo-da-vida e sistema, conforme discussão de Flynn (2014). Em decorrência disso, explorar as interrelações e tensões entre mundo-da-vida e sistema, se torna uma importante agenda de pesquisa, pois, se quisermos seguir Habermas é “somente a partir desta noção é que se visualizam as possibilidades de

equacionar o histórico embate entre as forças colonizadoras e emancipatórias bem como as possibilidades de democratizar o mundo-da-vida e o sistema” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 3).

Além disso emerge discussões sobre hibridismo que apesar de estar presente há muitos anos (CABRAL, 2006; 2008), passaram a ser desenvolvidas por outros autores mais recentemente (GUERRA; TEODÓSIO, 2015; GUERRA, 2015; ALCÂNTARA et al., 2017). Nessa visão abre-se também como agenda de pesquisa o estudo de experimentação de fatos-valores, concepção de terceiro setor como espaço híbrido e hibridismo de lógicas, noções já avançadas na literatura internacional (SKELCHER; SMITH, 2013; AIMERS; WALKER, 2016). A relevância é que:

As concepções “purificadas” (dicotômicas) acabam por direcionar processos de construção do conhecimento, concepções epistemo-metodológicas, que já se pautam pela possibilidade *a priori* e não problematizada de “identificar” e “separar” (dicotomicamente) ações, racionalidades e lógicas, reduzindo os potenciais de compreensão de ações, organizações, espaços e lógicas híbridas. De outra forma, este tipo de construção teórica reduz as possibilidades de hibridismo, vinculação, *entanglement* e tensões antes mesmo da pesquisa de campo. (ALCÂNTARA et al., 2017, p. 2).

Finalmente, a partir dessas discussões observamos textos que buscam ampliar a capacidade analítica da gestão social a partir das noções de interrelações, tensões e hibridismos. Por isso, Alcântara (2015) e Persson (2016) chamam atenção para a necessidade de discutir as relações entre esferas públicas hegemônicas e subalternas que também demandam uma visão que supera as dicotomias local e global; razão e emoção; fatos e valores; dentre outras.

E ainda, coerente com nossa proposta metodológica as noções de interrelações, tensões e hibridismos estão presentes nas discussões de Fairclough (2003) e Bakhtin (1997; 2006). Por tudo isso, essa pesquisa caminha nessas direções ao tratar a gestão da água como um fenômeno social de interesse de diferentes atores, que envolve diversas lógicas, representações e discursos. Para tanto, mobilizamos como *locus* de pesquisa as esferas públicas formadas a partir de diferentes entendimentos e conflitos em torno da água mineral.

2.3 Esfera Pública e Esferas Públicas em Habermas

Nessa parte apresentamos uma discussão sobre os conceitos de esfera pública e Habermas passando, especialmente, pela concepção presente em “Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade” publicado inicialmente em 1992. Alcântara (2015), Garcia (2016) e Garcia et al. (2017), ao estudarem o conceito de esfera pública no âmbito da gestão social, mostram que a concepção de ‘Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade’ ainda é pouco explorada, pois as discussões giram em torno apenas da obra ‘Mudança Estrutural da

Esfera Pública’ e, dessa forma, o campo da gestão social concebe a esfera pública como única, e não como plural, múltipla, com diferentes níveis de ‘forças’ e marcada também por conflitos e disputas como Habermas a concebe em 1992.

Passados mais de cinquenta anos do lançamento da obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ e, apesar das limitações e críticas, o texto de Jürgen Habermas ainda é palco de debates (HANSEN et al., 2012; LUBENOW, 2012) e tudo leva a indicar que a ideia de esfera pública e os textos de Habermas ainda serão bastante utilizados (GARCIA, 2016; GARCIA et al., 2016). Segundo Hansen et al. (2012, p. 103), o trabalho de Habermas “permanece como um texto intrigante e provocador, desafiando-nos na interpretação”, pois “o significado da esfera pública ainda se mostra como enigma a ser deslindado pelo nosso tempo”.

A esfera pública é uma categoria que ganhou, na segunda metade do século XX, destaque nas discussões sobre comunicação, movimentos sociais e sociedade civil. Avritzer e Costa (2004) argumentam que, apesar das divergências, ela ocupa uma posição central nas teorias contemporâneas sobre a democracia e principalmente como elemento da reconstrução da teoria crítica nas obras do filósofo alemão Jürgen Habermas. (SOUZA et al., 2016, p. 1).

Alvo de críticas (FRASER, 1990, 1992; AVRITZER; COSTA, 2004; SUSEN, 2011; PERLATTO, 2015), o conceito de esfera pública foi revisto pelo próprio Habermas ao longo de suas obras. Segundo Lubenow (2012), Habermas discorre sobre o conceito de esfera pública em três principais obras – não significa que nas demais o conceito não aparece, mas aparece como coadjuvante: ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (1962), ‘Teoria da Ação Comunicativa’ (1981) e ‘Direito e Democracia’ (1992). Acrescentamos a estes o prefácio da nova edição de ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (1990), onde o autor dialoga e sintetiza com várias críticas que suas obras anteriores haviam recebido e o artigo ‘Comunicação política na sociedade midiática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica’ (HABERMAS, 2008). A importância dessa categoria fica evidente na passagem abaixo:

[esfera pública] se situa no cerne de trabalhos das mais diversas disciplinas – da história e da jurisprudência, da ciência política e da sociologia até os estudos literários, a filosofia, os estudos de gênero e dos meios de comunicação. Como ele designa uma instituição da sociedade moderna, para a qual não havia anteriormente um nome como designação [...]. Esta designação é utilizada de maneira abrangente nas ciências humanas e sociais inclusive por aqueles que, de um modo geral, não partilham as perspectivas de Habermas e aparece hoje não apenas em discussões científicas, mas também, como não poderia deixar de ser, nos debates mais genéricos, não acadêmicos, da “esfera pública” (FRASER, 2009, p. 148 *apud* MAAR, 2012, p. 202-203).

De acordo com Dutra e Couto (2012, p. 179), a obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (1962) “está amplamente influenciada pela metodologia analítico-histórica”, isto é,

“marcada pelo resgate histórico das diferentes transformações político-econômicas ocorridas ao longo da história ocidental”. Corroborando com Dutra e Couto (2012), Lubenow argumenta que Habermas buscou:

[...] derivar um modelo de esfera pública dos desenvolvimentos históricos da emergência de uma esfera pública burguesa, esclarecida e politizada, principalmente nos séculos XVIII e XIX europeus (com ênfase na Inglaterra, na França e na Alemanha), e sua transformação, seu progressivo declínio e o desaparecimento das condições que alimentavam a esfera pública, no século XX. (LUBENOW, 2007, p. 104)

Habermas mostra que naquelas condições surgiu uma esfera politizada: “[...] uma consciência política que articula, contra a monarquia absoluta, a concepção e a exigência de leis genéricas e abstratas e que, por fim, aprende a se auto afirmar, ou seja, afirmar a opinião pública como única fonte legítima das leis” (HABERMAS, 2003, p. 71). Afinal, segundo ele, as mudanças proporcionaram que as pessoas buscassem modos de legitimar o poder para além da tradição – a legitimidade deveria passar agora pelos argumentos, pela razão.

O que mais importa a Habermas, no entanto, é que essa nova subjetividade libertada das amarras da tradição possibilita não só a criação de uma esfera pública literária que tematiza a construção consciente da vida interior mas permite, também e principalmente, a constituição de uma esfera pública política que tematiza os fundamentos da vida pública e social segundo um novo patamar de racionalidade. Agora não apenas a violência ou o recurso à tradição são decisivos para a legitimação da ação política (SOUZA, 1998, p. 34).

Nesse sentido, Marques coloca que “inicialmente, o conceito de esfera pública aparece ligado à ascensão da burguesia e aos espaços nos quais os integrantes dessa classe se reuniam publicamente para argumentar e expressar razões e juízos acerca de questões e problemas relativos à coletividade” (MARQUES, 2008, p. 24). Esses espaços eram os cafés, bares e salões, onde inicialmente os burgueses discutiam questões relacionadas a arte e literatura – esfera pública literária (LUBENOW, 2007, 2012) – e depois, com o advento do capitalismo e fortalecimento da classe burguesa, passaram a discutir questões econômicas e políticas, desafiando a estrutura autoritária até então estabelecida.

A questão da publicidade também é central em ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (LAVALLE, 2002; MARQUES, 2008; DUTRA; COUTO, 2012). Segundo Dutra e Couto (2008), a intenção primordial de Habermas na obra de 1962 era explicar como a noção de publicidade foi se articulando nas sociedades ocidentais e como ela tinha um papel crítico de publicização das decisões políticas e que passou a formar uma opinião pública crítica.

[...] aquilo que normalmente é designado como esfera pública corresponde, em Habermas, às instituições da publicidade consolidadas ao longo da segunda metade do século XVII e de todo o XVIII; com maior precisão, trata-

se de dois tipos de cristalização institucional: primeiro, a afirmação confiante da autonomia burguesa em práticas e espaços de convívio dialógico - clubes de leitura, salões, casas de café e de chá, reuniões de conversação, lojas maçônicas e sociedades diversas de índole cultural -; segundo, a culminância dessa autonomia perante o poder, dessa vez materializada em um conjunto de instituições dedicadas a veicular publicamente as opiniões representativas dos interesses desse segmento social de livres proprietários - jornais, ligas, clubes e associações políticas extraparlamentares. (LAVALLE, 2002, p. 68-69).

A publicidade em Habermas (2003) se estabelece primeiro com o sentido de dar visibilidade, tornar público. Esse primeiro sentido, está relacionado com a publicidade das questões públicas, antes guardadas e administradas exclusivamente pelo governo. Em um segundo sentido ela se estabelece como um “princípio regulado do processo de justificação pública e recíproca dessas razões e perspectivas passíveis de serem consideradas e compreendidas por todos” (MARQUES, 2008, p. 24). Dessa forma, “a esfera pública burguesa constitui-se, portanto, a partir do diálogo e do confronto argumentativo regulados pela publicidade conferida às razões oferecidas por seus participantes” (MARQUES, 2008, p. 24). Esta publicidade “não se constrói junto dos organismos estatais” (DUTRA; COUTO, 2012, p. 180), mas nos debates cotidianos, por meio do uso público da razão.

Devido a isso, inicialmente a esfera pública observada por Habermas tem a função

[...] de mediação da sociedade burguesa com o poder estatal. Sua tarefa política é a regulamentação da sociedade civil, a fim de enfrentar a autoridade do poder público estabelecido, dirigindo-se contra a concentração de poder que deveria ser compartilhado. A esfera pública ataca o princípio da dominação vigente, contrapondo à prática do segredo do Estado o princípio da publicidade, enfrentando, com isso, pela eficácia política, a autoridade estabelecida. Esse pressuposto – a exigência da publicidade – revela uma “esfera crítica” que se apresenta na forma de opinião pública. (LUBENOW, 2012, p. 195-196).

O conceito e os pressupostos da esfera pública habermasiana foram bastante criticados (PERLATTO, 2012; AVRITZER; COSTA, 2004; FRASER, 1990, 1992). O próprio Habermas (2003) observou que no século XXI o seu conceito de esfera pública não condizia com a realidade, isto é, as configurações institucionais, sociais, econômicas e políticas observadas neste século impediriam o funcionamento da esfera pública. De acordo com o autor, três fatores contribuíram para a despolitização da esfera pública: a ampliação do público da esfera pública; a refuncionalização (mercantilização) da imprensa; e a interpenetração entre público e privado (LUBENOW, 2012, 2013; OTTMAN, 2004; MARQUES, 2008). A obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ finda, portanto, com esse diagnóstico negativo de despolitização da esfera pública e sem que Habermas consiga perceber condições para sua repolitização.

Habermas vê a esfera burguesa destruir-se a partir do século XIX até nossos dias sob a pressão de basicamente três fatores: o aumento da intervenção

estatal no universo familiar, comprometendo sua autonomia; a transformação da imprensa em grande indústria; e a formação da indústria cultural [...]. Esses fenômenos, os quais antecipam o diagnóstico das patologias da modernidade feito na “teoria da ação comunicativa”, quase vinte anos mais tarde, sinalizam a colonização deletéria dos princípios organizativos do Estado e da economia sobre o mundo da cultura e da sociedade não-institucionalizada (SOUZA, 1998, p. 35).

A tentativa de repolitizar a esfera pública ocorre em ‘Teoria do Agir comunicativo’ (1981). Já sob influência da “virada linguística”, Habermas apresenta o conceito de racionalidade comunicativa (VOIROL, 2008) – alternativa a racionalidade instrumental – e a ideia do social formado por mundo-da-vida e sistema – este último formado por sistema econômico (mercado) e sistema administrativo (Estado) (TENÓRIO, 2005). Assim, o que diferencia sistema e mundo-da-vida é a forma de coordenação das ações.

O mundo da vida é o espaço da razão comunicativa. É constituído pela cultura, sociedade e personalidade e se expressa pela busca do consenso entre os indivíduos, por intermédio do diálogo. O mundo da vida contrapõe-se ao mundo dos sistemas, onde predomina a razão instrumental, razão que se expressa em mecanismos funcionais, construídos em torno do poder e do dinheiro e que coordenam as ações humanas garantindo a reprodução do mundo material; é o espaço do trabalho, da técnica, da economia, da administração, etc. (Habermas, 1987). (TENÓRIO, 2005, p. 106).

A relação entre mundo-da-vida e sistema não é harmônica, assim, a racionalidade estratégica do sistema busca colonizar o mundo-da-vida (HABERMAS, 2012b), isto é, uma tentativa de destruir os mecanismos comunicativos do mundo-da-vida substituindo pela lógica sistêmica. Ao fazer isso, surgem patologias que causam a fragmentação do mundo-da-vida (LUBENOW, 2004).

A colonização do mundo da vida vai aniquilando os contextos capazes de comunicação, a integração social por meio do entendimento linguístico. As interações regidas pelos meios sistêmicos acabam exonerando a ação comunicativa como modo de coordenação da ação, substituída por meios de comunicação deslinguistizados; uma instrumentalização dos recursos comunicativos do mundo da vida pelos imperativos sistêmicos. O engate institucional dos mecanismos de integração sistêmica no mundo da vida acaba solapando, burocraticamente, o espaço da formação discursiva da vontade coletiva, o espaço da opinião pública (LUBENOW, 2013, p. 170).

Nesse contexto, a esfera pública passa a ter uma função mais defensiva (ela deve proteger o mundo-da-vida desse processo). Se antes era função da esfera pública enfrentar a autoridade estabelecida, agora ela tem a função de defender a autonomia do mundo-da-vida diante da tentativa de colonização pelo sistema (LUBENOW, 2004, 2012, 2013; ALCÂNTARA, 2007; LAVALLE, 1997).

Cabe a esfera pública ser o espaço social da prática comunicativa que confere vitalidade ao mundo da vida, da reprodução simbólica do mundo da vida, visto

que o sistema não consegue desempenhar este papel. A esfera pública assume assim a função simbólica de integração social e de assegurar a autonomia do mundo da vida frente ao sistema administrado (LUBENOW, 2013, p. 173).

Assim, Habermas (2012b) argumenta que o mundo-da-vida pode apenas sitiar o sistema, sem grandes chances de colocar suas demandas ou de instaurar a racionalidade comunicativa naquele (LUBENOW, 2012). A Figura 6 apresenta um quadro conceitual dessa relação, os sistemas (econômico e político) regidos pela lógica instrumental, colonizam o mundo da vida. Aqui, a esfera pública possui função de proteger o mundo da vida (assegurar sua autonomia) dos imperativos sistêmicos – nesse momento Habermas (2012b) percebe que o sistema coloniza o mundo da vida em diversos âmbitos sociais como educação, decisões políticas, relações familiares, entre outros.

Figura 6 - Mundo-da-vida e sistema - esfera pública e colonização.



Fonte: Adaptado de Carvalho et al. (2015).

Portanto, o diagnóstico da esfera pública em ‘Teoria do Agir Comunicativo’ (HABERMAS, 1981) continua sendo de uma esfera pública sem grandes pretensões de conquista (LUBENOW, 2012), despolitizada e podendo apenas sitiar o sistema. O avanço de Habermas (2012b) nesta obra foi a concepção dual de sociedade e a não negação das possibilidades de emancipação a partir da razão. Diante desta não negação, Habermas desenvolveu o conceito de racionalidade comunicativa, que vem permeando discussões em vários campos de conhecimento, inclusive no campo da Administração (TENÓRIO, 1990). No entanto,

A ideia de sítamento, entretanto, não significa que sistema e mundo da vida estejam desacoplados, ou seja, totalmente desligados e independentes um do outro. O sistema necessita de legitimação. “Ou seja, a esfera pública continua necessária para o procedimento de legitimação do ordenamento político” (LUBENOW, 2004, p. 53). Portanto, a legitimidade mantém sistema e mundo da vida acoplados. Lubenow (2004, p. 54) acredita que “o modelo de

acoplamento entre sistema e mundo da vida [...] não permite perceber como seria possível articular, a partir da ideia de esfera pública, implicações prático-normativas para uma teoria da democracia”. Portanto, apesar das reformulações, a repolitização da esfera pública ainda fica aberta. Parece haver um déficit institucional na tentativa de institucionalizar o discurso (LUBENOW, 2013). Habermas reconhece que o modelo de acoplamento de sistema e mundo da vida e a concepção de política democrática que resulta desse quadro teórico acaba sendo ‘por demais derrotista’. (GARCIA, 2016, p. 106).

Habermas também narra, posteriormente, que a ideia de sitiamento teria sido pessimista em não considerar as possibilidades de influência da esfera pública no sistema, isto é, da reversão dos fluxos na direção do sistema. No início da década de 1990 aparece então uma nova concepção – simbolizada agora pela ideia de eclusas.

Introduzi anteriormente a imagem do sitiamento do poder burocrático das administrações públicas através do poder comunicativo dos cidadãos para me contrapor à visão clássica de revolução — a conquista e a destruição do poder de estado. As liberdades comunicativas aprisionadas devem se efetivar por meio do uso público da razão, como diz Rawls, acompanhando Kant. Mas a “influência” das opiniões concorrentes na esfera pública e o poder comunicativo formado no horizonte da esfera pública conforme procedimentos democráticos só podem se tornar efetivos se atuarem sem intenções de conquista sobre o poder administrativo, programando-o e controlando-o. Por outro lado, o modelo do sitiamento é por demais derrotista, principalmente se se entende a distribuição de poderes de tal maneira que as instâncias da administração e da justiça que *aplicam* o direito devam ter um acesso apenas limitado àquelas razões mobilizadas pelas instâncias legisladoras para justificar amplamente suas decisões. (HABERMAS, 1997, p. 88).

Portanto, diante de outro diagnóstico negativo (a colonização do mundo-da-vida), em ‘Direito e Democracia’, Habermas (1992) começa uma nova tentativa de repolitizar e conferir maior vigor ao conceito de esfera pública. Para isso o autor utilizou o modelo circulação do poder político de Bernhard Peters e a noção de eclusas.

Habermas’s revision of his public sphere thesis inspired through the sluice-gate metaphor and work of Bernhard Peters is a welcome elaboration of thinking about the public sphere. Rather than thinking about the sluice-gates as a new model of the public sphere it may be better to think of it as a modification of Habermas’s original concept. This modification offers the potential to explain how change occurs in the public sphere and how peripheral actors can, on occasion, help to bring about change in core public sphere institutions. (DOWNEY; STEPHENS; FLAHERTY, 2012, p. 453).

Se em ‘Teoria do Agir Comunicativo’ o autor utilizou a discussão sobre razão e o conceito de racionalidade comunicativa, em ‘Direito e Democracia’ o novo elemento utilizado por Habermas foi a redescoberta da sociedade civil na formação de uma esfera pública ativa (COSTA, 1994, 1997; LUBENOW, 2007). Essa redescoberta está relacionada com “uma nova dinâmica política, com um avanço da sociedade civil sobre o Estado, o crescimento das

organizações da sociedade civil indica o fortalecimento de uma esfera pública relativamente autônoma em relação ao Estado” (LUBENOW, 2012, p. 202). Costa (2003) argumenta ainda que a expansão da cultura democrática e participativa contribuiu, junto a outros fatores, para essa redescoberta. Foi na década de 1990 também que as discussões sobre sociedade civil e democracia a partir de Habermas também se tornaram fortes no Brasil (AVRITZER, 1993; 1994; COSTA, 1997).

No modelo habermasiano, atribui-se ênfase especial ao papel da sociedade civil: é o caráter espontâneo do discurso fora das arenas políticas formais que tem melhor capacidade para captar, tematizar e interpretar problemas específicos que afetam indivíduos e grupos. Coadunada com tal perspectiva, uma crescente literatura vem apontando o modo pelo qual os movimentos sociais, lidando com questões práticas da existência ou da identidade, fazem surgir impulsos promissores para a revitalização de práticas e instituições democráticas. (MAIA; FERNANDES, 2002, p. 158).

Portanto, os novos movimentos sociais, as novas experiências de participação popular e o consequente avanço da sociedade civil pareceram revigorar o conceito habermasiano de esfera pública, o que o levou a revisitá-lo. Ademais, Habermas define a sociedade civil da seguinte forma:

[...] a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas (HABERMAS, 1997b, p. 99).

Aliado a esta redescoberta da sociedade civil, Habermas mantém sua concepção de sociedade composta por sistema e mundo-da-vida, e o conceito de racionalidade comunicativa. Além disso, para compreender o papel da esfera pública em ‘Direito e Democracia’ é preciso apresentar o “modelo de duas vias para a circulação do poder político” (MARQUES, 2008, p. 25). Habermas (1997b) busca esse modelo em Bernhard Peters e o concebe, então, da seguinte forma:

[Este modelo] [...] organiza os atores políticos e sociais em um eixo composto de um centro e vários anéis periféricos. No centro estariam os complexos institucionais formais, como parlamentos, cortes, agências administrativas responsáveis pelas decisões legislativas e judiciárias, pela formulação de programas políticos, regras, medidas administrativas, decretos etc. [...] Próximas ao núcleo administrativo estariam esferas autonomamente organizadas, mas intrinsecamente ligadas ao governo (universidades, câmaras, associações beneficentes, fundações etc.). [...]. Em um terceiro nível, estariam organizações que preenchem funções de coordenação em domínios sociais carentes de regulação (grupos de interesses, instituições culturais, grupos de ativistas ambientais, igrejas etc.). (MARQUES, 2008, p.25).

Com a distinção entre ‘centro’, esfera pública e periferia do sistema político, a proposta de Habermas é mostrar como esses elementos se articulam (MARQUES, 2008). Nesse sentido, o modelo de circulação do poder político ressalta que a periferia, “por possuir uma maior sensibilidade para a percepção e identificação de problemas, mobilizaria a esfera pública política que, de outro lado, se encarrega de decidir quais [...] possíveis soluções encaminhadas pelo debate entre os cidadãos podem ser legitimadas” (MARQUES, 2008, p. 26). Nesse mesmo sentido, Lubenow (2012, p. 204) argumenta que a esfera pública é “sensível, permeável, capaz de introduzir no sistema político os conflitos existentes na periferia”.

Portanto, tendo como base o avanço da sociedade civil e o modelo de circulação do poder político, Habermas abandona a ideia de sitiamento e o caráter defensivo da esfera pública apresentada em ‘Teoria do Agir Comunicativo’ e confere a esfera pública uma perspectiva mais ofensiva, adotando o modelo de eclusas. Segundo Lubenow (2012, p. 204), nessa contrapartida ofensiva, “os processos de comunicação e decisão do sistema político são estruturados através de um sistema de eclusas, no qual os processos de comunicação e decisão já estão ancorados no mundo da vida” por meio de aberturas estruturais, que são as eclusas. Nesse contexto, Habermas destaca que “o estado é influenciado, de modo indireto (legitimação) pela esfera pública” (SILVA, 2001, p. 127). Assim, Habermas (1997b) observa a esfera pública como parte de um sistema político deliberativo, procedimental. Neste sistema procedimental, as decisões do sistema político estão ancoradas em um processo “que se inicia pela formação da opinião e da vontade nas esferas públicas informais, acaba desaguando, pelo caminho procedimental, nas instâncias formais de deliberação e decisão” (LUBENOW, 2012, p. 204). Por isso, Andrews (2011, p. 133) interpreta que “o argumento central de Habermas é que o modelo de democracia deliberativa deve permitir um fluxo de questões da esfera pública até o núcleo central da administração pública e do sistema”. De outra forma:

É pelos canais intermediários da esfera pública que tais interpretações, perspectivas e opiniões são transportadas para o centro decisório formal. E aqui não se trata mais da esfera pública burguesa unificada, elitista e destinada à discussão de um público letrado, mas sim de uma estrutura de grande complexidade, ramificada em uma multiplicidade de arenas parciais que permanecem porosas umas às outras. (MARQUES, 2008, p. 26).

Enaltecendo o caráter mais ofensivo desta esfera pública, Habermas (2003, p. 91) considera que “[...] a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-las e a identificá-las, devendo, além disso, dramatizá-las de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar”. Nisso ela é definida como “[...] uma rede adequada para a comunicação de

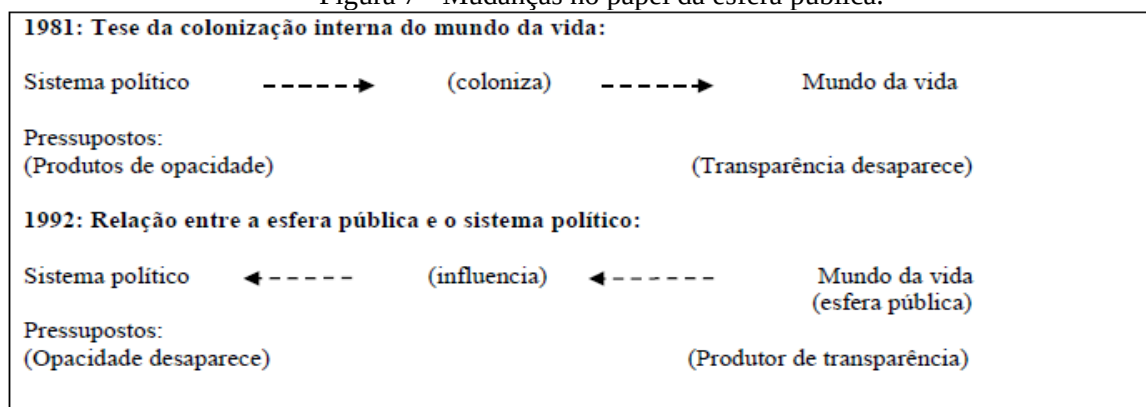
conteúdos, tomada de posições e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997b, p. 93).

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. [...] (HABERMAS, 2003b, p. 92l).

Assim, temos em Habermas (1997b) um modelo de esfera pública deliberativa que “não se restringe a um espaço de choque entre preferências pré-estabelecidas. Sua função é mais estrutural e envolve a própria formação de valores, preferências e atores sociais” (MENDONÇA, 2013, p. 59). Ainda, a comunicação e o diálogo, inerentes a racionalidade comunicativa, “podem ocorrer de forma dispersa no tempo e no espaço” (MENDONÇA, 2013, p. 59), isto é, em múltiplas arenas deliberativas (MARQUES, 2008). Em relação a essas arenas, Habermas “não só reconhece a existência de outras esferas como admite que suas existências garantem um acesso mais amplo à esfera pública” (LOSEKAN, 2009, p. 50).

Portanto, conforme exposto por Lubenow (2010, p. 235), “Não há dúvidas de que a concepção normativa da esfera pública ‘deliberativa’ formulada em [Direito e Democracia] (1992) significa uma reorientação do foco teórico em relação às formulações anteriores [...]”. Silva (2001) ilustra essa reorientação:

Figura 7 - Mudanças no papel da esfera pública.



Fonte: Silva (2001, p.132).

Portanto, a esfera pública é categoria central para a democracia deliberativa. Nas palavras de Lubenow (2010, p. 236), esfera pública “é a categoria normativa chave do processo político deliberativo habermasiano”. Nesse contexto, sua função é mediar a relação entre sistema e mundo-da-vida e “[...] filtrar e sintetizar temas, argumentos e contribuições, e

transportá-los para o nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão, de introduzir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil” (LUBENOW, 2010, p. 236). Portanto, nessa obra Habermas (1997a; 1997b) mostra o nexos entre esfera pública, vida cotidiana e sistema político – que perpassa pela tensão entre facticidade e validade; direito e democracia.

No que tange aos aspectos discursivos-comunicativos e relacionais da nova concepção de esfera pública, Habermas (1997) reconheceu que é preferível tratar de esferas policêntricas ou plurais (CHANIAL, 1992 apud LAVILLE, 2016).

Na lógica da “teoria da ação comunicativa” (HABERMAS, 1981), o espaço público político é percebido como um ideal de comunicação racional. Porém, a partir de 1990, a inflexão na delimitação do espaço público que acaba de ser mencionada leva a se distanciar dessa abordagem abstrata. O destaque dado à pluralidade dos espaços públicos [esferas públicas, neste caso o uso de espaço é em decorrência apenas da tradução do termo a partir do francês] faz com que o interesse se volte mais ao processo concreto pelo qual a divergência entre a afirmação democrática e a realidade é questionada pelos cidadãos, cujas relações são regidas pelos princípios de igualdade e de liberdade. É sobretudo a falta de reconhecimento dos princípios democráticos que desencadeia, então, a ação coletiva. A esse respeito, convém reconhecer os limites da esfera pública burguesa e liberal. Mais do que um espaço público emblemático, o espaço público burguês do século XVIII são espaços públicos plurais que podem ser identificados, inclusive, em seus conflitos. No sentido genérico, o espaço público constitui simbolicamente a matriz da comunidade política; porém, como bem destaca Geoff Eley (1992), ele também é, nas formas de expressão concretas pelas quais se manifesta, uma arena de significações contestadas. Nela, diferentes públicos buscam se fazer ouvir e se opõem em disputas que não excluem nem os comportamentos estratégicos nem as tentativas de eliminar outros pontos de vista. (LAVILLE, 2016, p. 371).

Sobre a pluralidade de esferas públicas (parciais e geral), em um momento, Habermas (1997b) destaca três tipos de esferas públicas parciais: a esfera pública episódica, a esfera pública da presença organizada e a esfera pública abstrata que se diferenciam “de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance” (HABERMAS, 1997b, p. 107). Portanto,

Mais um aspecto criticado e revisado posteriormente por Habermas é com relação a ser preferível uma única esfera pública ao invés de múltiplas esferas. O autor não só reconhece a existência de outras esferas como admite que suas existências garantem um acesso mais amplo à esfera pública. Ele sugere a ideia de uma rede para articular o conceito. Assim, a esfera pública seria justamente a totalidade desta rede formada por inúmeras instâncias de públicos transversais, sobrepostos e em vários níveis diferentes, contudo, sempre ligados por algum ponto, seja de conteúdo, vínculos sociais, etc. Dentre seus exemplos estão: esferas públicas literárias, eclesiais, artísticas, feministas e até, esferas públicas “alternativas” da política de saúde, da ciência, entre outras (HABERMAS, 2003b, p. 106) (LOSEKANN, 2009, p. 50).

Isso é o que entendemos aqui como esferas públicas temáticas e no caso avaliamos as formadas em torno da água mineral do município de Cambuquira. Dessa forma, conforme Garcia et al. (2017) as concepções mais atuais de esfera pública abrangem diversos temas e uma pluralidade de públicos e dimensões conflitivas que nem sempre se condensam na direção de um consenso como em casos de fortes antagonismos – já que ela é também arena de significações contestadas (LAVILLE, 2016).

Essas discussões foram recentemente desenvolvidas no campo da gestão social pelos trabalhos de Garcia (2016), Persson (2016) e Garcia et al. (2017). Em um campo mais amplo aparece nos textos de Avritzer e Costa (2004), Lubenow (2012), Melo (2015) e Perlatto (2015). A seguir, tratamos de forma específica a relação entre gestão social e esfera pública e os estudos mais recentes sobre isso.

2.3.1 Gestão social e Esfera Pública: Avanços Recentes

A relação entre gestão social e esfera pública vem sendo debatida por diversos autores. (TENÓRIO, 2005; CANÇADO, PEREIRA; TENÓRIO, 2013, 2015; PINHO; SANTOS, 2015a, 2015b; ALCÂNTARA, 2015; PERSSON; MORETTO NETO, 2015; PERSSON, 2016; GARCIA, 2016; GARCIA et al., 2017). Nesse sentido, Garcia (2016) argumenta que é importante verificar como vem sendo desenvolvido o diálogo entre os conceitos de gestão social e esfera pública e, para isso, mapeia as discussões sobre esfera pública feitas pelo campo da gestão social com base nos textos apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 - Mapeamento das discussões sobre esfera pública pela gestão social.

Tema	Referências
Esfera pública como categoria – Cançado, Pereira e Tenório (2015)	Fischer (2002b); Maia (2005); Fischer et al. (2005; 2006); Carrion (2007); Gondin, Fischer e Melo (2006a; 2006b); Tenório (2008a; 2008d); França Filho (2003; 2008); Boullosa e Schommer (2008; 2009); Boullosa (2009); Schommer e França Filho (2008; 2010).
Esfera pública como <i>locus</i> da gestão social – Alcântara (2015)	Tenório (2005); Fleig, Oliveira e Brito (2006); Oliveira, Cançado e Pereira (2010); Costa (2011); Freitas, Freitas e Dias (2012); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013); Cançado, Tavares e Dallabrida (2013); Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013); Villela, Vidal e Macedo (2014); Villela, Costa e Cançado (2014).
Outros textos que fazem menção à esfera pública	Botrel et al. (2011); Schommer et al. (2011); Cançado, Tenório e Pereira (2011), Pereira (2012); Zwick e Pereira (2012); Freitas, Freitas e Ferreira (2014); Alcântara, Pereira e Silva (2014); Cançado, Pereira e Tenório (2015); Alcântara et al. (2015); Alcântara (2015); Alcântara e Pereira (2016); Freitas, Freitas e Ferreira (2016); Bauer e Carrion (2016); Villela et al. (2016); Garcia (2016).
Textos críticos	Teodósio (2008; 2009); Araújo e Boullosa (2013); Pinho (2010), Pinho e Santos (2015a; 2015b); Persson e Moretto Neto (2015); Persson (2016).

Fonte: Adaptado de Garcia et al. (2016) e Garcia et al. (2017).

Dessa forma, para os autores, o campo da gestão social possui uma leitura limitada não apenas do conceito habermasiano de esfera pública, mas de suas obras em geral (ALCÂNTARA, 2015; GARCIA, 2016) com ênfase em apenas alguns elementos e ‘silêncio’ sobre diversos debates, categorias e posições habermasianas. A partir disso, Garcia et al. (2017) consideram algumas limitações dos estudos sobre esfera pública realizados no campo da gestão social:

(a) Na literatura anteriormente revisada, existem várias formas de apropriação do conceito de esfera pública. Alguns textos apenas citam de forma breve, outros não problematizam e tomam o conceito “como dado”; (b) Nos estudos de gestão social que tratam de esfera pública ocorrem poucos debates com os críticos do conceito habermasiano. Além disso, em sua maioria, as críticas ao conceito de esfera pública são lembradas apenas quando o texto se propõe a contrapor à gestão social ou ao uso do conceito de esfera pública pela gestão social; (c) Existem poucas discussões (e praticamente nenhuma pesquisa empírica) sobre esferas públicas subalternas, públicos fracos e não se problematiza a pluralidade da esfera pública no âmbito da gestão social; (d) A maioria dos textos referencia apenas *Mudança estrutural da esfera pública*, onde Habermas fez sua primeira e mais contestada sistematização do conceito – dessa forma, os textos se prendem à primeira concepção habermasiana do conceito, ainda da década de 1960; (e) A maioria dos estudos não discutem as reformulações do conceito de esfera pública elaborado pelo próprio Habermas ao longo dos anos; isto é, não acompanham suas transformações e, quando o fazem, é apenas *en passant*; e (f) Os textos não buscam as potencialidades do conceito para o estudo e crítica da sociedade brasileira – a formação sociocultural, econômica e política brasileira. (GARCIA et al., 2017, p. 13-14).

Portanto, na concepção dos autores essa leitura limitada do conceito deixa lacunas e espaços para críticas como as apresentadas por Pinho (2010), Pinho e Santos (2015a, 2015b), Persson e Moretto Neto (2015) e Persson (2016). Nesse contexto, Garcia (2016) faz uma leitura das críticas ao conceito habermasiano de esfera pública e apresenta uma reconstrução do entendimento das esferas públicas, buscando superar as diversas dicotomias que marcam o entendimento destas. Garcia et al. (2017) sintetizam sua proposta:

[...] as concepções mais atuais [de esfera pública] abrangem diversos temas e uma pluralidade de públicos e dimensões conflitivas. Identificamos várias lacunas e limitações nas considerações sobre esfera pública pela gestão social e, a partir disso, considerando as limitações como processos de aprendizagem, oferecemos novos elementos para o debate. Feito isto, reconstruímos as esferas públicas como uma categoria empírico-descritiva e normativa da gestão social. (GARCIA et al. 2017, p. 28).

Diante disso, os autores apresentam os seguintes argumentos afirmando que, “no âmbito da gestão social, essa reconstrução amplia o campo de pesquisa e oferece potencial para responder a várias críticas sem precisar ‘abandonar’ o referencial habermasiano” (GARCIA et al., 2017, p. 15):

- a) Conceber as esferas públicas não são somente *locus* do consenso, mas também do conflito e da pluralidade de opiniões e interesses. Segundo Garcia (2016) é preciso notar que o próprio Habermas em vários momentos evidenciou, mesmo que de forma secundária, as relações conflitivas das esferas públicas. Essa visão tem embasamento também em textos como Melo (2015), Mendonça (2011), Pereira (2012), Perlatto (2015) e Voirol (2008).
- b) Conceber que *a priori* as esferas públicas são ambíguas e podem tanto se constituírem concretamente de elementos democráticos e emancipatórios quanto opressivos. Nesse sentido, não é correto dizer que nas esferas públicas ocorrem, necessária e obrigatoriamente, práticas de gestão social (GARCIA, 2016), isso é, não é um *locus* ideal por si só.
- c) Conceber a importância de considerar uma diversidade de públicos e suas ‘capacidades’ de acesso e argumentação nas esferas públicas. Assim, a existência de diversos públicos, por si só, não garante que os processos serão democráticos e dialógicos. Esse argumento está fortemente ancorado na noção de públicos fortes e fracos (FRASER, 1990) e nos escritos de Honneth (2003) sobre luta por reconhecimento. Nesse sentido, Garcia (2016, p. 200) coloca que a gestão social amplia seu escopo ao considerar as “capacidades diferenciadas de influência”. Apesar de pouco explorado, o texto de Habermas (2008) deixa claro que existe exclusão cultural, social e econômica nas esferas públicas – inclusive usando a noção de “capitais” de Pierre Bourdieu.
- d) Compreender que no Brasil houve a formação de diversas esferas públicas subalternas. Essa formação é mostrada por Blotta (2012) enfatizando, principalmente, o desenvolvimento dos meios de comunicação e também por Perlatto (2015) em amplo estudo sobre as relações entre esfera pública seletiva e esferas públicas subalternas que historicamente se formaram no Brasil. Garcia (2016) destaca, entretanto, que faltam estudos historiográficos sobre a constituição da esfera pública brasileira e dos países latino-americanos, em geral.
- e) As características das formações de esferas públicas não podem ser importadas como se elas fossem universalmente formadas pelos mesmos elementos, autores e argumentos. Como desenvolvido por diferentes pesquisadores, elas precisam ser estudadas em seus contextos sócio-históricos, políticos, econômicos, etc. (AVRITZER; COSTA, 2004; BLOTTA, 2012; PERLATTO, 2015). Isto não significa, entretanto, que o referencial habermasiano não possa ser utilizado no Brasil (SOUZA, 2008), o que é diferente de

importar seu modelo de esfera pública ou o seu diagnóstico – isto é, uma coisa é método e procedimento, outra é o resultado da aplicação dele.

- f) Conceber que os potenciais (efetividade) das esferas públicas são influenciados pelas estruturas sistêmicas, econômicas e burocráticas do mercado e do Estado. Nesse sentido, Garcia (2016) chama para pesquisas empíricas que busquem identificar o quanto e como a burocracia influencia a gestão social. Persson e Moretto Neto (2015, p. 13), por exemplo colocam que, diante de uma configuração burocrática, “a esfera pública habermasiana é fraca em promover o efetivo compartilhamento de poder decisório que tanto propõe a gestão social” (PERSSON; MORETTO NETO, 2015, p. 13). Assim, para além das discussões teóricas, são necessárias também pesquisas empíricas que comprovem ou rechacem tal assertiva.

A partir desta reconstrução e dos argumentos apresentados, Garcia (2016) e Garcia et al. (2017) mostram que a categoria se torna importante para pesquisas que possuem elementos como pluralidade de públicos, conflitos, disputas discursivas diferentes justificações e argumentos.

[...] por meio de uma reconstrução empírico-descritiva e normativa as esferas públicas se tornam nucleantes para o desenvolvimento da gestão social, e com isso indica caminhos para o desenvolvimento teórico, prático e metodológico da gestão social, a partir do qual pode tensionar as práticas de gestão e seus potenciais emancipatórios e patológico-repressivos (em suas diversas configurações). (GARCIA, 2016, p. 219)

Apesar de não enfatizar isso, Cançado, Villela e Sausen (2016, p. 76) admitem que na esfera pública “sempre haverá relações de poder, mesmo que tácitas, e assimetria de informações”. Apresentado isso a categoria esfera pública é “fundamental para uma teoria social crítica e para uma prática política democrática, salientando dois aspectos especiais: que a esfera pública ‘real’ não deve ser tomada como uma arena de condições comunicativas ‘ideais’, mas conflituais e assimétricas” (PERSSON, 2016, p. 140). E, assim, uma noção ampliada então permite ver as esferas públicas “[...] não somente como *locus* do consenso, mas também do conflito de significados e da pluralidade de opiniões, formas de expressão e interesses – nem sempre passível de redução a um denominador comum” (SOUZA et al., 2016, p. 2).

Garcia (2016) ressalta que diversas reconstruções e releituras do conceito esfera pública já vem sendo realizada em outras disciplinas e campos do conhecimento como filosofia, sociologia, ciência política, entre outros – como os textos de Fraser (1992; 2007). Finalmente, esse parece ser um caminho promissor, de uma ampla agenda empírica de pesquisas para o

campo da gestão social. Este estudo pretende contribuir com esta agenda e para tanto utiliza, conforme a seguir, as possibilidades advindas da análise crítica do discurso – que notadamente se volta para o estudo de relações de poder e dominação, conflitos, divergências e dissensos de diferentes ordens (FAIRCLOUGH, 2001; 2003).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo e natureza da pesquisa

Esta pesquisa é de natureza qualitativa. A abordagem qualitativa atribui importância central aos fenômenos e elementos envolvidos a eles que podem ser acessados pelos depoimentos, discursos e contextos em que os atores estão inseridos (GODOY, 1995; MINAYO, 2012). Nessa abordagem priorizam-se as relações do tipo sujeito-sujeito, bem como a compreensão das ações, das representações e dos discursos que constituem o mundo social.

Ao enfatizar relações sujeito-sujeito (HABERMAS, 2012a; 2012b) a participação se torna importante neste tipo de pesquisa já que, conforme Cunliffe (2008), nós criamos sentidos sobre os acontecimentos em nossas conversas e interações com aqueles que estão a nossa volta. Portanto, nessas pesquisas são constitutivos conceitos como diálogo, comunicação, intersubjetividade e outros que denotam que o entendimento científico (análise, compreensão, explicação, interpretação, etc.) se constroi a partir de relações de alteridade (CUNLIFFE, 2008). Afinal, “[...] Nenhum participante individual pode controlar a estrutura ou mesmo o desenrolar dos processos de compreensão e de autocompreensão” (HABERMAS, 2004, p.15-16). A linguagem é também central dado que:

[...] após a virada linguística, todas as explicações partem do primado de uma linguagem comum [...] a expressão “intersubjetivo” não se refere mais ao resultado de uma convergência *observada* de pensamentos ou representações de diferentes pessoas, mas à comunhão prévia – *pressuposta* da perspectiva dos próprios participantes – de uma pré-compreensão linguística ou de um horizonte do mundo da vida no interior do qual os membros de uma comunidade linguística se encontram antes mesmo de se entender sobre algo no mundo. (HABERMAS, 2004, p. 240).

Ao enfatizar a linguagem, esta pesquisa se desenvolve também a partir das noções advindas da virada linguística (*linguistic turn*) que conforme resumidas por Alvesson e Kärreman (2000) e apresentadas por Silva e Gonçalves (2016) passa pela mudança na forma de conceber a relação entre linguagem e sociedade, bem como as suas funções e como ela é um importante meio de compreensão e constituição da realidade social.

Sob esse viés, a linguagem é vista como: (1) um modo de expressão; (2) o objeto central de estudo nas ciências sociais; (3) um recurso para estabelecimento de credibilidade; (4) a matéria-prima de trabalhos dos pesquisadores; (5) portadora/conduzidora de relações de poder por meio de sua propriedade de ordenar o mundo social; (6) um meio de manifestação de posicionamentos críticos; (7) metafórica e capaz de construir significados e fenômenos; (8) uma resultante da linguagem em uso em um contexto socialmente situado, isto é, em um contexto demarcado por um espaço-tempo e pela cultura e normas sociais. (SILVA; GONÇALVES, 2017, p. 2).

Nessa direção, a pesquisa qualitativa não foca apenas na objetividade (como entendida na visão positivista), mas as subjetividades e intersubjetividades dos envolvidos que fazem parte do processo de pesquisa. Logo, conforme Demo (2007), o “objeto” nessa visão é sempre construído, relacional e resistente às certezas, conforme também estabelece Bakhtin (1997), ao tratar das ciências humanas. Na visão habermasiana, a pesquisa deve ser vista pelas suas “pretensões de validade” na “busca cooperativa” que devem ser abertas à “argumentações e contra-argumentações” (BOLZAN, 2005, p. 129). Portanto,

Para Habermas, se uma teoria social se pretende objetiva, ela não pode partir da ilusão de que o teórico é capaz de se situar fora do âmbito de seu objetivo, como na atitude do observador externo. [...] antes mesmo de principiar sua atividade teórica [ou empírica], é socializado conforme regras desse seu objeto. Cabe lembrar que ele nem mesmo teria acesso a esse objeto se não dominasse determinadas regras, entre as quais constam sobretudo as regras da linguagem [...]. (REPA, 2008, p. 58).

Posto isso, não se almejando uma objetividade tal qual a pretendida pelos positivistas lógicos, a validade dos dados depende, então, de procedimentos e critérios como a coerência, a reflexividade, a crítica, a falibilidade, o reflexo na *práxis* cotidiana e a legitimação (via discurso e via aplicação) por partes de acadêmicos e não acadêmicos (HABERMAS, 1997a; FAIRCLOUGH, 2003). Assim, outro desafio é articular pesquisas que sejam ‘úteis’, que se engajam em certos tipos de contextos, considerando as interações e posições dos diferentes atores sociais (FAGAN, 2010). Essas concepções são coerentes com algumas abordagens da gestão social que indicam que, em termos metodológicos, no campo da gestão social são indicadas pesquisas qualitativas na visão de Cançado, Pereira e Tenório (2015).

3.2 Locus da pesquisa

Essa pesquisa foi realizada no município de Cambuquira, Minas Gerais, conforme ampla descrição na introdução deste trabalho.

Este estudo é reconstrutivo no sentido de buscar compreender a estrutura argumentativa e os discursos em torno da gestão da água mineral de forma histórica (MJØSET, 2009). Consideramos para o estudo um período de 30 anos (1986-2016). Nisso é importante o estudo do contexto histórico do município de Cambuquira, Minas Gerais, dado que nas perspectivas habermasianas, faircloughtianas e bakhtinianas é interessante colocar que existe forte relação entre a significação e o contexto na construção de significados, portanto, a observação do contexto se faz importante para a própria compreensão dos discursos. Além disso, segundo Fairclough (2001; 2003) o contexto é elemento fundamental do processo de análise devido a

sua interação com os textos. Em Habermas (1997a) a noção de esfera pública interage também com diversos textos e contextos:

Limites sociais internos decompõem o texto “da” esfera pública, que se estende radialmente em todas as direções, sendo transcrita de modo contínuo, em inúmeros pequenos textos, para os quais tudo o mais serve de contexto; porém, sempre existe a possibilidade de lançar uma ponte hermenêutica entre um texto e outro. (HABERMAS, 1997, p. 107).

Da mesma forma que existem relações entre gêneros discursivos e contextos sócio-históricos (FAIRCLOUGH, 2003; BAKHTIN, 2006; SOUZA et al., 2016). Cabe ainda mencionarmos que nesse estudo o objeto de investigação parte do discurso, afinal, para Habermas (1997a; 1997b; 2008) a esfera pública é uma rede comunicativa que é formada e forma um cruzamento de discursos (MENDONÇA, 2007). No entanto, o estudo não acessa apenas discursos dado que: “a forma de análise do discurso e as metodologias de apropriação da condição discursiva variam. Contudo, para o sujeito pesquisador é preciso sempre considerar que o objeto da AD [análise de discurso] não pode ser apenas o discurso em si mesmo, mas o discurso para os sujeitos que o produzem e que o pronunciam, seu sentido e seu significado” (FARIA, 2015, p. 69).

3.3 Procedimentos para coleta e organização dos dados

A pesquisa qualitativa pode ser feita por meio de diferentes métodos de investigação (DENZIN; LINCOLN, 2000). Utilizamos dados primários e secundários para a construção do estudo. Denzin e Lincoln (2000) colocam que o uso de mais de um instrumento de coleta de dados contribui para um entendimento rigoroso do estudo em questão. Nesse estudo os dados foram coletados por meio de:

- a) Observação participante;
- b) Pesquisa documental;
- c) Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador.

A **(a) observação participante** é condizente com a metodologia qualitativa (YIN, 2005). Godoy (1995, p. 27) destaca que “a observação tem um papel essencial no estudo de caso”. Na observação não participante o pesquisador atua como espectador do processo, procurando a partir dos objetivos e de um delineamento dos itens a serem observados registrar os eventos pertinentes ao estudo (HAGUETTE, 1997; GODOY, 1995). Contudo, aqui é admitido que não existe uma observação que seja epistemologicamente neutra, visto que, a presença do pesquisador sempre constitui uma participação e pode ter impacto sobre os mundos-da-vida dos sujeitos participantes e seus processos interpretativos. Pela participação da

autora deste trabalho e outros pesquisadores envolvidos em várias atividades no município (tanto quanto a interação/observação constante em meios virtuais) a observação é descrita como participante.

Na observação, *a priori*, é importante que o participante tenha respaldo teórico e metodológico para conduzir com esmero a observação participante, visto que a observação participante não é uma prática simples e que o pesquisador, muitas vezes, precisa gerenciar dilemas práticos e teóricos (WHITE, 2005).

A observação participante, implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para “negociar” sua entrada na área. Uma fase exploratória é, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa. O tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento. (WHITE, 2005, p. 320).

Este trabalho é constituído de aproximadamente dois anos de envolvimento com o *locus* do estudo, envolvimento tanto direto no sentido face-a-face, quanto contínuo por meios eletrônicos como e-mail e, especificamente, redes sociais com grupos de conversas.

Sobre a presença no município, foram agendadas as datas das visitas a Cambuquira, bem como programada de forma sistemática as atividades desenvolvidas. No Quadro 8 constam a agenda de visitas, atividades desenvolvidas e os locais observados.

Quadro 8 - Agenda de coleta de informações de campo.

Data da visita	Atividade	Local
20 de abril de 2016	Primeira visita oficial.	Prefeitura Municipal de Cambuquira, Parque das Águas, Hotel Cambuquira, Casa de membros da ONG Nova Cambuquira, Fonte do Marimbeiro, Biblioteca Municipal de Cambuquira e caminhada pelo município.
13 de junho de 2016	1ª coleta de informações.	Biblioteca Municipal de Cambuquira e Casa de membros da ONG Nova Cambuquira,
25 à 29 de julho de 2016	2ª coleta de informações.	Biblioteca Municipal de Cambuquira, Câmara Municipal de Cambuquira, Observatório Centauro, Hotéis e ruas da cidade.
16 à 20 de janeiro de 2017	Realização do DRPE e 3ª coleta de informações.	Escola Municipal de Educação Infantil Georgina Bacha, Hotéis e ruas da cidade.
01 a 15 de fevereiro de 2017	Seminário “Transformação local para o desenvolvimento sustentável” e 4ª coleta de informações.	Grande Hotel Brasília e Parque das Águas.

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira visita oficial ao município de Cambuquira feita pelos pesquisadores consistiu em apresentar aos representantes da Prefeitura Municipal de Cambuquira e da ONG Nova Cambuquira o Núcleo de Pesquisa em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS) e a proposta do projeto tema deste trabalho e de outras pesquisas e intervenções propostas pelo

núcleo de estudos. Além disso, foi o momento de conhecer o município de Cambuquira, o Parque das Águas, entre outros locais, bem como as pessoas diretamente envolvidas. Esse primeiro momento foi essencial para direcionar a primeira coleta de informações em junho de 2016.

Na primeira coleta de informações para realização desta pesquisa, ficamos concentrados na Biblioteca Municipal de Cambuquira. Alguns moradores da cidade e as pessoas responsáveis pela biblioteca interagiram, indicaram obras e fizeram relatos em relação as fontes de água mineral. Além da Biblioteca Municipal, na segunda visita, também coletamos informações na Câmara Municipal de Cambuquira e no Observatório Centauro – Centro de Estudos de Astronomia. O Observatório é um espaço público de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cambuquira e funciona como uma espécie de sede ‘não oficial’ da ONG Nova Cambuquira. Nesse espaço foram realizadas reuniões e debates cujo tema central foram os conflitos relacionados a gestão da água mineral em Cambuquira.

A utilização do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) e a realização do Seminário “Transformação local para o desenvolvimento sustentável” fizeram parte, respectivamente, da 3ª e 4ª coleta de informações. O Seminário “Transformação local para o desenvolvimento sustentável” foi desenvolvido pelo professor Andreas Klay, da Universidade de Berna – Suíça. O seminário teve duração de quinze dias e foi acompanhado por alguns membros do NEAPEGS.

Na observação participante, em campo, foram observadas a relação da comunidade de Cambuquira com a água mineral; a relação da comunidade com a ONG Nova Cambuquira; as lideranças dentro da ONG Nova Cambuquira; o funcionamento da ONG Nova Cambuquira; entre outros aspectos como: as atividades da ONG Nova Cambuquira e a repercussão desta entre a população, os diversos pontos de vistas existentes sobre a Gestão Municipal, as relações entre ONG Nova Cambuquira e Prefeitura com a CODEMIG, o Ministério Público e o DNPM, entre outras. Em termos naturais e estruturais foram observadas as fontes existentes, o patrimônio histórico local, hotéis, ruas, vegetação nativa, dentre outras.

É importante frisar que, em todas as visitas ao município de Cambuquira, o grupo de trabalho foi recebido por membros da ONG Nova Cambuquira e as observações foram focadas nesta organização. Dessa forma, juntamente com alguns membros da ONG participamos de almoços, caminhadas, palestras, reuniões, entre outros. Além disso, mantivemos contato direto por ligações e redes sociais com os membros da ONG Nova Cambuquira durante todo o período de construção deste trabalho.

A **(b) pesquisa documental** “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico” (GIL, 2007, p. 45). A pesquisa documental, segundo Godoy (1995), envolve materiais escritos, estatísticas e elementos iconográficos. Neste caso, foram pesquisados estatutos, atas de reuniões, históricos e relatórios de gestão, publicações institucionais, reportagens, legislações, dentre outras. A pesquisa documental é fundamental para construir o contexto sócio-histórico e cultural da gestão da água no município de Cambuquira. Além disso, é importante destacar que a utilização de documentos de domínio público “[...] podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia a dia [...]” (SPINK, 2013, p. 122). A pesquisa documental constitui o principal material do *corpus* de análise para a análise de discurso crítica (FAIRCLOUGH, 2001) e os elementos de formação da própria esfera pública em seus diversos gêneros como Habermas (2003) pesquisou para construir sua obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’.

Por meio das visitas a campo, foi realizada a maior parte da coleta de informações documentais utilizadas nos resultados deste trabalho. O foco da pesquisa documental foi buscar informações e discussões a respeito da água mineral que foram publicados no período de 1986 a 2016, em diferentes fontes. Na Biblioteca Municipal de Cambuquira foram coletadas notícias de jornais – em especial o jornal ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ – e fotografias do município. Além disso, foram encontrados na biblioteca livros sobre a formação histórica de Cambuquira que foram de suma importância para o capítulo inicial dos resultados. Na Câmara Municipal de Vereadores de Cambuquira foram pesquisadas informações nas Atas das reuniões do período de 1986 a 2016 com o objetivo de entender melhor as discussões publicizadas nos jornais e outros meios cujo foco era a gestão da água mineral. Além disso, a presidente da ONG Nova Cambuquira permitiu o acesso a todas as Atas e a um dossiê de informações sobre a água mineral. Nesse dossiê, além de notas de jornais, havia cópias de processos, ofícios, informações técnicas sobre o Parque das Águas e demais fontes de água mineral.

No que tange a organização e procedimentos de análise e interpretação, acrescentamos que após leitura do material no local de coleta, foram digitalizadas ou fotografadas as informações que tratavam sobre a água mineral do município de Cambuquira e seu entorno. Foram elencadas aproximadamente três mil páginas de documentos e, durante o período de agosto a novembro de 2016, foram filtrados os textos. Durante todo o período de filtragem e pré-análise das informações foi realizada busca na internet a fim de retificar ou ratificar as informações. Dessa forma foram consultadas as páginas oficiais da ONG Nova Cambuquira nas redes sociais.

No que tange a livros foram utilizados os seguintes: “Judith” (1912) de Américo Werneck; “Cambuquira: À minha pátria, no centenário da sua independência 1822-1922” (1922) de Antônio Ferreira; “Cambuquira Estância Hidro Mineral” (1940) de Thomé Brandão; “Cambuquira: Estância Hidro-Mineral e Climática” (1958) de Thomé Brandão e Manoel Brandão; “Um dedo de prosa sobre Cambuquira” (2007) e “Casos, Causos e Acasos de Cambuquira” (2010) de Sueli Fonseca de Vilhena e “A gripe espanhola nas estâncias hidrominerais de Cambuquira” (2013) de José Roberto Sales.

Após filtragem do material, para elaboração dos resultados deste trabalho, foram utilizados diversos gêneros discursivos, enunciados e estruturas argumentativas em torno da gestão da água mineral em Cambuquira. Para escolha dos textos para ilustrar neste trabalho, optou-se pelo método de saturação de informações e triangulação das informações nos períodos de maiores discussões sobre a gestão da água mineral. Todos os gêneros discursivos foram analisados com base no significado acional da análise de discurso crítica. O significado acional será detalhado adiante e, brevemente, compreende o texto como modo de interação.

O (c) **Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador** (DRPE) foi a última etapa para coleta de informações em campo. O DRPE é um método praxiológico de diagnosticar determinada realidade, de forma predominantemente qualitativa e a partir da crítica coletiva. Ele é essencialmente dialógico e participativo, tendo como norte a mudança social (PEREIRA, 2017). Fundamenta-se, por um lado, nos chamados Diagnósticos Rápidos Participativos enquanto instrumentos que viabilizam a participação social e, por outro, na ação comunicativa (Habermas) e na ação dialógica (Paulo Freire), ao estabelecer processos dialógicos entre a equipe de pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. O caráter emancipador do DRPE se estabelece em três momentos de um único e articulado movimento: expressão e descrição da realidade; crítica do material expresso; e criatividade (PEREIRA, 2001). Nesse sentido, o diálogo é importante na sua conexão com a mudança social e abordagens participativas que assumem uma visão dialógica e relacional dos sujeitos e dos processos que se ligam, por sua vez, a visões sobre como se constrói intersubjetivamente e dialogicamente a vida social (CUNLIFFE, 2008; HOSKING, 2013).

O objetivo do DRPE é motivar que os participantes problematizem sua própria realidade por meio de levantamento de informações que culminarão na elaboração de estratégias formuladas pelos próprios participantes. Além disso, também é objetivo do DRPE instigar que os participantes identifiquem limitações e potencialidades da organização a qual pertencem e, de forma consensual, encontrem os próprios caminhos para resolução dos problemas (PEREIRA, 2017).

O DRPE foi realizado no município de Cambuquira, na Escola Municipal de Educação Infantil Georgina Bacha, no período de 16 a 20 de janeiro de 2017 com os membros da ONG Nova Cambuquira, representantes da Prefeitura Municipal e outros membros da sociedade, como profissionais autônomos, por exemplo. A média de participantes durante o DRPE foi de dez participantes por dia.

Previamente, o professor da universidade Federal de Lavras, José Roberto Pereira, ministrou um curso no intuito de qualificar e preparar a equipe interdisciplinar do DRPE. A equipe foi composta por seis pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Lavras e seis pesquisadores vinculados a Fundação João Pinheiro de áreas diversas (administração, administração pública, turismo, farmácia e sociologia). Em cada dia de realização do DRPE, um membro da equipe ficou responsável em conduzir uma das técnicas que compõe o método e os demais membros anotavam e registravam com filmagem e fotografia.

No primeiro dia, foram realizadas as técnicas de Apresentação e Mapeamento Histórico. Após a apresentação da equipe do DRPE e da explicação de como seria conduzido o diagnóstico ao longo da semana, os demais participantes se apresentaram, especificando qual segmento da sociedade estavam representando ali, qual a relação com o município de Cambuquira, qual a formação e se eram membros da ONG Nova Cambuquira. Com o objetivo de identificar qual racionalidade estava em evidência no grupo, foi utilizada uma técnica de Ordenação de Preferências (Figura 8), em que cada participante coloca em ordem de sua prioridade individual cada uma das três frases apresentadas, que, neste caso, representavam valores e interesses relacionados à gestão da água mineral. Em seguida, os participantes realizaram o Mapeamento Histórico do município de Cambuquira com foco nas fontes de água mineral. Essa técnica consiste em instigar os participantes a descreverem e ilustrarem em um painel, por exemplo, um mapa que retrate a percepção destes em relação a história e a realidade do local onde estão inseridos. A partir dessa técnica, foram identificados três locais que deveriam ser visitados para a “caminhada transversal”, outra técnica utilizada no segundo dia.

Figura 8 - DRPE – Cambuquira: “Ordenamento de Preferências”.



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

No segundo dia, a equipe do DRPE foi dividida em três grupos para realizar as técnicas da Caminhada Transversal e Rotina Diária no Parque das Águas, Fonte do Marimbeiro e Fonte do Laranjal. A Caminhada Transversal (Figura 9) consiste em percorrer toda a área identificada pelo grupo no Mapeamento Histórico e observar se o que foi ilustrado no mapeamento é identificado na caminhada. Em seguida, a equipe do DRPE realizou a técnica Rotina Diária com os participantes da caminhada. A Rotina Diária foi realizada de forma individual com cada participante e permitiu visualizar a distribuição do trabalho de cada um dos participantes tendo como foco as atividades em prol da gestão da água mineral.

Figura 9 - DRPE – Cambuquira: “Caminhada Transversal”.



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

O “Diagrama de Venn” é a representação gráfica que ilustra o grau de importância e atuação das organizações em relação a ONG Nova Cambuquira (Figura 10). Essa foi a técnica utilizada no terceiro dia de realização do DRPE. No quarto dia foi realizada a técnica do “Calendário Sazonal”. Nessa técnica, os membros da ONG Nova Cambuquira ilustraram em um gráfico todas as atividades da organização durante o ano de 2016. Em seguida, também no quarto dia, foi utilizada a técnica “Entra e Sai”, que consistiu em ilustrar a cadeia produtiva da água mineral de Cambuquira.

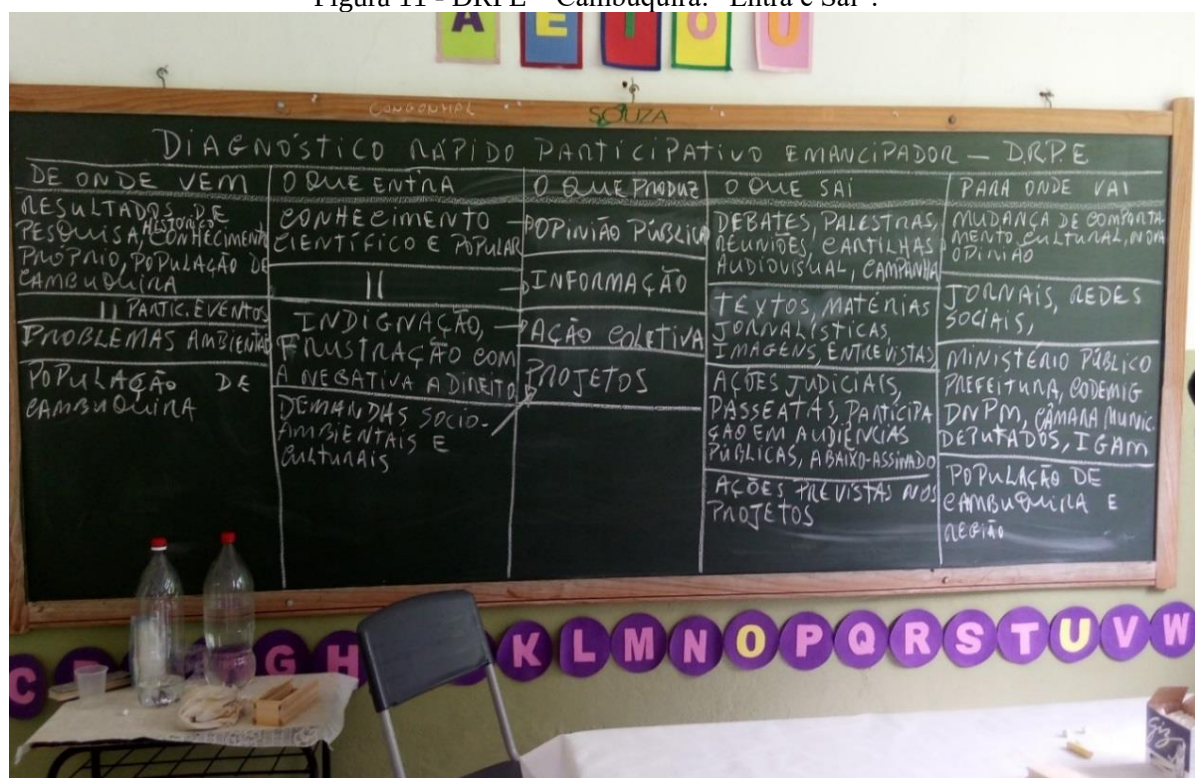
Figura 10 - DRPE – Cambuquira: “Diagrama de Venn”.



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

A técnica “Matriz Realidade e Objetivo” foi realizada no último dia do DRPE. A técnica consistiu em motivar a reflexão crítica da coletividade a, de forma consensual, apresentarem os principais problemas em relação a gestão da água mineral, bem como as causas desses problemas e as possíveis soluções. Na última coluna da matriz, são elencados quais os objetivos da solução do problema apresentados na primeira coluna.

Figura 11 - DRPE – Cambuquira: “Entra e Sai”.



DE ONDE VEM	O QUE ENTRA	O QUE PRODUZ	O QUE SAI	PARA ONDE VAI
RESULTADOS DE PESQUISA, HISTÓRIAS, CONHECIMENTO PRÓPRIO, POPULAÇÃO DE CAMBUQUIRA	CONHECIMENTO CIENTÍFICO E POPULAR	OPINIÃO PÚBLICA	DEBATES, PALESTRAS, REUNIÕES, CARTILHAS AUDIOVISUAL, CAMPANHA	MUDANÇA DE COMPORTAMENTO CULTURAL, NOVA OPINIÃO
II PARTIC. EVENTOS	II	INFORMAÇÃO	TEXTOS, MATÉRIAS JORNALÍSTICAS, IMAGENS, ENTREVISTAS	JORNAIS, REDES SOCIAIS,
PROBLEMAS AMBIENTAIS	INDIGNAÇÃO, FRUSTRAÇÃO COM A NEGATIVA A DIREITO	AÇÃO COLETIVA	AÇÕES JUDICIAIS, PASSEATAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ABAIXO-ASSINADO	MINISTÉRIO PÚBLICO, PREFEITURA, CODEMIG, DNPM, CAMARA MUNICIPAL, DEPUTADOS, IGAM
POPULAÇÃO DE CAMBUQUIRA	DEMANDAS SOCIO-AMBIENTAIS E CULTURAIS	PROJETOS	AÇÕES TELEVISADAS NOS PROJETOS	POPULAÇÃO DE CAMBUQUIRA E REGIÃO

Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Com base nos objetivos da técnica anterior, foi realizada a “Eleição de Prioridades”, última técnica do DRPE. Nesse momento, a coletividade elege, em ordem crescente de prioridade, quais as demandas do grupo. As demandas apresentadas são fruto da coletividade e de todas as discussões inerentes ao tema gerador central, qual seja: a gestão da água mineral em Cambuquira.

Figura 12 - DRPE – Cambuquira: “Eleição de Prioridades”.



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

É importante ressaltar que, apesar do DRPE ter sido realizado no ano de 2017, a utilização das informações do mesmo foi essencial para ratificar e respaldar toda a análise dos resultados da observação participante dos pesquisadores em 2016 e da pesquisa documental entre os anos de 1986 a 2016.

Todas essas informações foram importantes para construir o que Fairclough (2001; 2003) chama de *corpus* textual da pesquisa. Este conjunto de coleta de informações pode ser entendida como a triangulação de dados na coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987). Segundo Yin (2014), a triangulação se relaciona com a articulação de estratégias e evidências de pesquisa. Portanto, a triangulação “[...] deve produzir conhecimento em diferentes níveis, o que significa que eles vão além daquele possibilitado por uma abordagem e, assim, contribuem para promover a qualidade da pesquisa” (FLICK, 2009, p. 62).

Essa multiplicidade de formas de coleta de informações é importante quando lembramos que a esfera pública está enraizada “[...] em redes de fluxos de mensagens desordenadas – notícias, relatos, comentários, falas, cenas e imagens, shows e filmes com um conteúdo informativo, polêmico, educativo ou de entretenimento” (HABERMAS, 2008, p. 14). E mais, sobre diferentes fontes de informações Souza et al. (2016, p. 13) fazem a seguinte consideração, ao pensarem no estudo das esferas públicas a partir do diálogo Habermas, Fairclough e Bakhtin:

[...] os dados para as pesquisas podem ser coletados em meios primários e secundários. Portanto, existe uma ampla gama de dados que são necessários para compreender a formação de esferas públicas com seus variados gêneros primários e secundários, pré-gêneros e gêneros [...]. Tais dados precisam sempre ser considerados dentro de seu contexto sócio-histórico, de suas condições ideológicas e materiais de produção, distribuição e consumo.

À vista disso, Souza et al. (2016) argumentam que para o estudo das esferas públicas torna-se necessário informações primárias e secundárias a partir de diferentes gêneros primários e secundários. Esses autores citam informações advindas de revistas, artigos, vídeos, documentários, redes sociais, páginas da internet, imagens, leis, documentos, manifestações performáticas, cartas, músicas, entrevistas, questionários, conversas cotidianas, observação, dentre outras. Lembrando que é necessário sempre considerar o contexto sócio-histórico de produção, distribuição e consumo das informações (FAIRCLOUGH, 2001; 2003).

Por fim, as informações coletadas não se sobrepõem, mas se complementam no intuito de aumentar a confiabilidade do estudo e alcançar os objetivos específicos.

3.4 Análise e Interpretação das Informações: Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough

Souza e Carrieri (2014, p. 34) indicam que a análise de discurso (em suas várias vertentes) podem ser articuladas com diferentes teorias sociais e perspectivas de estudo. A análise de discurso crítica é apropriada para análises qualitativas em determinados contextos sociais e organizacionais, onde o discurso é constitutivo e parte da realidade social (FAIRCLOUGH, 2001; RESENDE, RAMALHO, 2013; SOUZA, CARRIERI, 2014). Especialmente, é uma possibilidade teórico-metodológica de estudo de informações secundárias coletadas por meio de notícias, documentos, leis e outros, bem como de informações coletadas por meio de entrevistas, observação participante e pesquisas participativas em geral.

A ADC e outras perspectivas de análise de discurso argumentam que existe “uma relação entre o que se diz e as condições de produção dessa fala, atentando para um sentido no exterior do texto e, portanto, atribuindo importância à posição sócio-histórica dos enunciadore” (SILVA; GONÇALVES, 2017, p. 5). A partir de Fairclough (1995; 2001a; 2005a), Silva e Gonçalves (2017) apresentam noções que advém da ADC como: “existe uma relação dialética entre o discurso (como prática) e as práticas sociais estabelecidas na sociedade”; “os aspectos constitutivos do discurso e das práticas sociais são exercidos por meio dos textos”; “o discurso cumpre a função de dotar a experiência humana de sentido”; “a formação dos signos (palavras ou sequências longas do texto dotadas de um significado

combinado com uma forma) é um processo social” e “o significado de uma forma linguística é variável, assumindo entendimentos diversos, sobrepostos, complementares ou mesmo contraditórios” (SILVA; GONÇALVES, 2017, p. 6).

Conforme mencionado, a análise de discurso crítica é uma abordagem teórico-metodológica (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006) que se tornou relevante para os estudos das organizações.

A proposta de Norman Fairclough representa, ao mesmo tempo, uma reflexão onto-epistemológica sobre as organizações (pautada em uma ontologia social dialética entre agência/estrutura), conjugada com um esforço metodológico de inclinação prática (operacional), que termina por apontar possibilidades concretas para se estudar os fenômenos organizacionais em sua faceta discursiva. (SILVA; GONÇALVES, 2017, p. 17).

A presente pesquisa parte da obra *Analysing Discourse* onde Fairclough (2003) amplia as discussões sobre discurso a partir de três tipos de significado: o acional, o representacional e o identificacional. De forma breve: (i) o significado acional compreende o texto como modo de interação; (ii) o significado representacional centra-se na representação do mundo nos textos e (iii) o significado identificacional trata das construções e negociações de identidades no discurso (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006).

A operacionalização dos três significados mantém a noção de multifuncionalidade presente na LSF [Linguística Sistemática Funcional de Halliday], uma vez que Fairclough enfatiza que os três atuam simultaneamente em todo enunciado. Ele explica que o discurso, figura de três principais maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser. A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado. O significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legitima/ questiona relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo - físico, mental, social - em textos, aproximando-se da função ideacional, e o significado identificacional, por sua vez, refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 60).

Segundo Fairclough (2003) é preciso lembrar que o discurso é um elemento das práticas sociais relevantes para o estudo e não sua totalidade, isto é, nem tudo se resume ou pode ser acessado por meio do discurso (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006).

3.3.2 Discurso e o Significado Acional do Discurso em Pesquisas sobre Esferas Públicas

No significado acional o foco recai sobre os gêneros discursivos (além de estilo, conteúdo temático e construção composicional) que Fairclough (2003) busca em Bakhtin. Dentro da proposta do significado acional, para Fairclough (2003, p. 65), “gêneros são aspectos

discursivos específicos de maneiras de agir e interagir no curso de eventos sociais”. Este significado tem potencial para compreender a constituição discursiva das esferas públicas (SOUZA et al., 2016), dado que, por ele, “[...] quando se analisa um texto em termos de gênero, o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 62). Portanto, contribui para entender como esferas públicas podem influenciar determinado processo político, formação de uma lei ou mudança em um edital licitatório, por exemplo.

Para Bakhtin (1997, p. 279) um gênero discursivo é “[...] qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”. Em decorrência disso, o autor afirma que “[...] se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (BAKHTIN, 1997, p. 302). Para o autor os gêneros primários se referem a vida cotidiana imediata, informal e estão presentes nas esferas cotidianas e íntimas como conversas, cartas, dentre outras. Os gêneros secundários se referem a comunicações mais complexas/ formais como de instâncias políticas (leis, por exemplo), científicas (artigos, por exemplo) e outras (BAKHTIN, 1997; SOUZA et al., 2016).

Fairclough (2003) busca em Bakhtin a noção de gêneros discursivos para entender como o discurso tem um significado acional. Bakhtin é importante principalmente por ser o fundador da noção de dialogismo na linguagem (RESENDE; RAMALHO, 2006) ainda mesmo na primeira metade de século XX: “Além da concepção da linguagem como modo de interação e produção social, o enfoque discursivo-interacionista de Bakhtin apresenta conceitos que se tornariam, mais tarde, basilares para a ADC, a exemplo de *gêneros discursivos* e de *dialogismo*” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 17).

Segundo esta concepção dialógica da linguagem de Bakhtin (1986; 1992, 2000), a compreensão exige do interlocutor uma “negociação de significados” entre a palavra do sujeito que fala, que transmite a palavra, e o sujeito que ouve, que recebe esta palavra ou, o que é o mesmo, entre o discurso pronunciado e o discurso a ser compreendido. (FARIA, 2015, p. 64).

Ainda, sobre isso Resende e Ramalho (2006, p. 17-18) colocam:

Em oposição a tal percepção estática da interação verbal, Bakhtin apresenta uma visão dialógica e polifônica da linguagem, segundo a qual mesmo os discursos aparentemente não-dialógicos, como textos escritos, sempre são parte de uma cadeia dialógica, na qual respondem a discursos anteriores e antecipam discursos posteriores de variadas formas. A interação é, antes, uma operação polifônica que retoma vozes anteriores e antecipa vozes posteriores

da cadeia de interações verbais, e não uma operação entre as vozes do locutor e do ouvinte.

Nesse contexto, e atendendo a chamada do trabalho de Souza et al. (2016), pretendemos compreender as esferas públicas a partir dos gêneros discursivos (inicialmente, já que por eles não cobrimos todos os significados do discurso). Assim, utilizamos a abordagem teórico-metodológica da ADC, em foco o significado acional do discurso, nos estudos das esferas públicas e dos gêneros discursivos conforme proposta desenvolvida por Souza et al. (2016). Acrescentamos que com essa possibilidade é possível compreender o discurso enquanto modo de ação e interação (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006) permite, conforme apresenta Fairclough (2003), analisar as atividades/propósitos comunicativos, relações sociais e tecnologias comunicacionais. Esse processo nos permite ter acesso aos diferentes interesses e as influências dos discursos (a concepção de significado acional passa diretamente por esta questão). No mais, permite apreender partes expressivas da formação e das funções de esferas públicas (neste caso em torno da água mineral), identificar conflitos e divergências na busca pela influência nas decisões. Isso principalmente a partir do levantamento histórico de informações sobre a água mineral no município de Cambuquira, tendo em vista compreender a produção e reprodução dos discursos *in loco* por meio de diferentes informações.

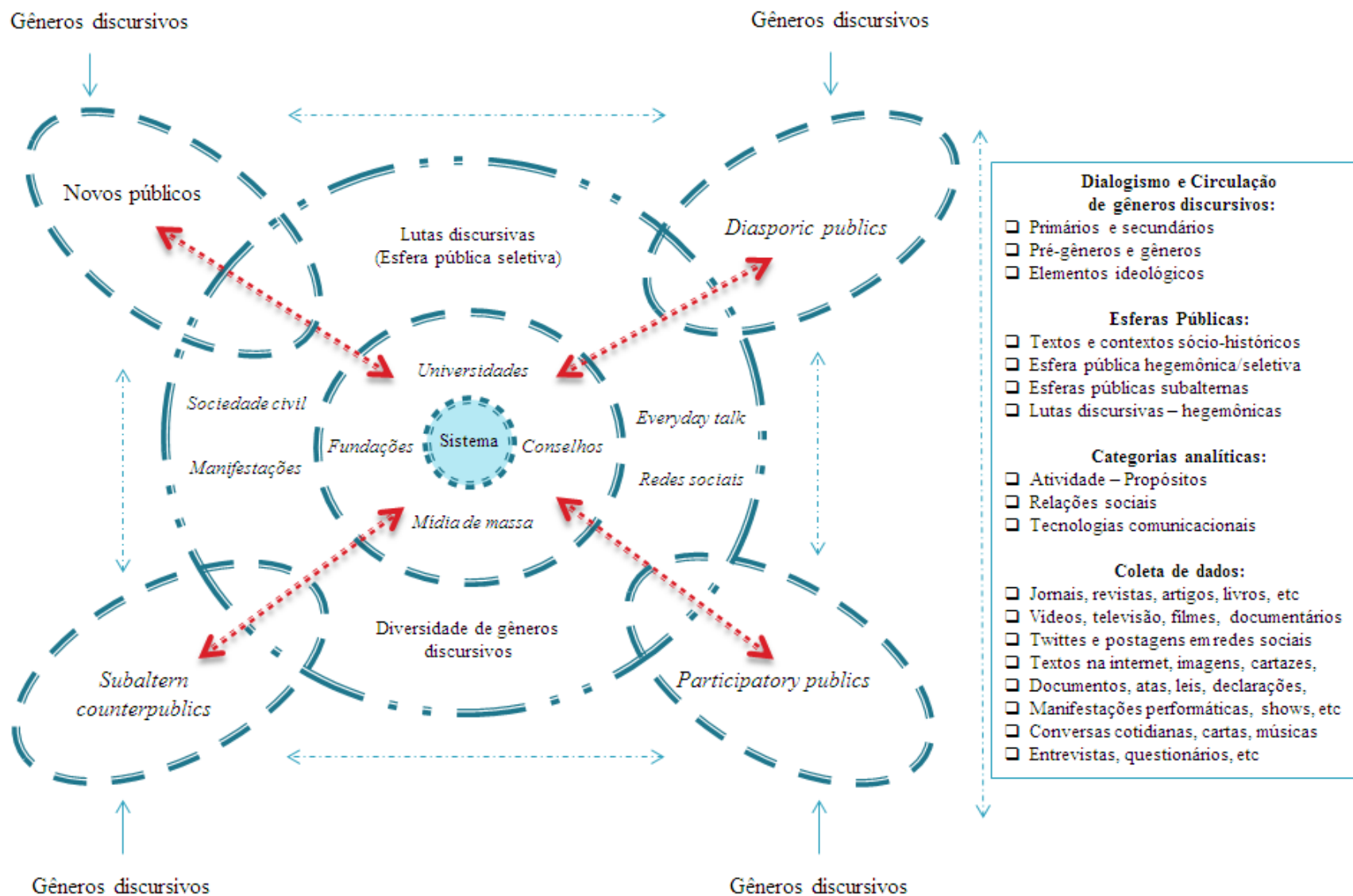
No que tange, especificamente, aos gêneros discursivos buscamos destacar as relações entre gêneros primários e secundários e como isso auxilia na compreensão das esferas públicas (SOUZA et al., 2015), suas transformações e significados que foram mobilizados (destacando justificações, discursos, argumentos, etc.). A partir principalmente do entendimento que:

[...] a proposta de circulação do poder nos sistemas deliberativos pode ser entendida como a circulação de gêneros discursivos primários e secundários. Especialmente em Habermas (1997) isso significa a **influência dos gêneros primários** (conversa cotidiana; fluxos comunicativos; informal) nos secundários (decisões formais; leis; programas). (SOUZA et al., 2016, p. 9; grifo no original).

Para se fazerem compreendidos os autores propõem a Figura 13, considerando os diferentes gêneros discursivos e os diversos públicos que constituem as esferas públicas. Isso é coerente com Habermas (2008, p. 13), para quem esse processo se expande, “[...] (da conversação cotidiana na sociedade civil, passando pelo discurso público e pela comunicação mediada entre públicos fracos, até os discursos institucionalizados no centro do sistema político), [e] assume diferentes formas em diferentes arenas”. Na Figura 13 ilustramos uma diversidade de públicos que interagem de formas cooperativas/conflitivas a depender do conteúdo que está sendo levantado (AVRITZER; COSTA, 2004; PERLATTO, 2015). Ilustramos a partir de Avritzer e Costa (2004) os grupos: novos públicos, *disporic publics*,

públicos subalternos e públicos participativos (presentes em arranjos como conselhos gestores, por exemplo).

Figura 13 - Possibilidade inicial de delineamento das esferas públicas e seus gêneros discursivos.



Fonte: Adaptado de Souza et al. (2016, p. 12).

Para os autores, a Figura 13 ilustra algumas possibilidades dos estudos sobre esfera pública: (a) as relações entre os textos, gêneros discursivos e falas são dialógicas no sentido da construção de sentido a partir de Bakhtin; (b) as esferas públicas que se formam podem se relacionar tanto de formas cooperativas quanto conflitivas já que “[...] as esferas públicas seletiva e subalterna não são estanques, mas se relacionam permanentemente, seja de maneira dialógica, seja conflitiva” (PERLATTO, 2014, p. 93); (c) as esferas podem se sobrepor (esfera pública hegemônica/seletiva e esferas públicas subalternas), complementar e disputar espaços (lutas discursivas) e visibilidade – conforme Habermas (1997, p. 107) “[...] apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo uma ligação entre elas” – sendo então dialógica no sentido de Bakhtin (2006); (d) na pesquisa é importante analisar como ocorre a circulação de fluxos comunicativos formais e informais, participação de tecnologias comunicacionais, dentre outras; e (e) é importante considerar temas mais visíveis quanto os temas “silenciados”, menos visíveis e subalternos – bem como forças que tentam unificar os discursos e aquelas que buscam a heterogeneidade de discursos (BAKHTIN, 2006). Finalmente, esses elementos permitem entender as esferas públicas como formando redes discursivas onde se confrontam e articulam diferentes gêneros discursivos. Tendo em vista a alerta dos autores que o modelo utilizado é uma orientação de pesquisa que:

[...] pode ser utilizado como um processo de pesquisa que contribui também para o debate sobre temas-problema da nossa sociedade – cuja, visibilidade também na universidade se faz importante. Ademais, conforme indicamos não partimos de categorias fechadas e ao desenvolver a pesquisa outras categorias podem emergir. Acrescentamos que a proposta é que no final da pesquisa as esferas públicas sejam **redesenhadas** conforme os resultados empíricos encontrados, acrescentando outros públicos, gêneros discursivos, atores sociais e relações presentes na vida concreta. (SOUZA et al., 2016, p. 13; grifo no original).

Sobre a relevância dos gêneros discursivos, observamos também a possibilidade de relacionar os gêneros primários como expressões do mundo-da-vida (experiências cotidianas) em Habermas (1997b; 2012b) e os secundários com o sistema (leis; relatórios, decretos, documentos oficiais, etc.) – salvo as limitações de fazer isso, pois os gêneros não ficam restritos a separação mundo-da-vida e sistema. Nessa concepção, para Souza et al. (2016) o centro do sistema político produz gêneros secundários, formais, burocratizados, padronizados (legislativo, judiciário e executivo) e a esfera pública informal, em sua relação com o mundo-da-vida, os gêneros são, em parte, primários oriundos de conversas cotidianas. Portanto, um processo deliberativo pode ser estudado por meio da produção e transformação de gêneros discursivos (SOUZA et al., 2016). Além disso:

Como os gêneros são intercambiáveis, isso indica de início a possibilidade de partir dessa concepção para o estudo das esferas públicas, afinal, nelas as linguagens comuns se ligam a outras e os textos realizam intermediações (HABERMAS, 1997). Isso remete em Bakhtin ao dialogismo que se apresenta construindo vozes e recriando sentidos às palavras ditas e não ditas. A significação é também interação entre os interlocutores em um contexto sócio-histórico. Adiante, também como em Habermas, em Bakhtin e Fairclough, os atos dialógicos (salvo as diferenças destes conceitos para os autores) fundam ações interativas, onde os sujeitos se constituem, compreendem o mundo, o representam e agem sobre o mesmo e sobre si mesmos. (SOUZA et al., 2016, p. 8).

Para o estudo do significado acional usamos as três categorias de Fairclough (2003), atividade, relações sociais e tecnologias comunicacionais, e organizadas conforme Souza et al. (2016) na busca por meio de reconstruir as noções de esferas públicas (GARCIA, 2016) e tratar de questões conflitivas, diversidade de interesses, outras formas expressivas e diferentes formas de ação (SOUZA et al., 2016), conforme sistematizado no Quadro 9.

Quadro 9 - Proposta metodológica de análise das esferas públicas.

Atividade	Relações Sociais	Tecnologias Comunicacionais
Propósito comunicativo	Relações entre os agentes: organizações, grupos ou sujeitos	Mediações tecnológicas existentes
Questões que devem ser levantadas		
Qual (ou quais) propósito(s) comunicativo(s) do gênero em questão?	Como os agentes (produtores e consumidores dos discursos) estão interagindo? O gênero permite uma aproximação entre eles ou não?	O gênero criado necessita de alguma mediação tecnológica para alcançar seus consumidores? Se sim, como é essa mediação? Por uma ou duas vias?
Observações		
Pode ser classificado como: informativo, propagandístico, educativo divulgativo, normativo, etc. É possível utilizar dos modelos de ação de Habermas (2012) como orientação: ação estratégica, dramática, normativa e comunicativa.	A linguagem formal/informal pode ser identificada por meio das formas de tratamento, pontuação e escolha lexical utilizada (por exemplo). Como estão ocorrendo as interações: de forma cooperativa ou conflitiva e em que medida.	Uma via: televisão, rádio, alguns sites (jornalísticos, publicitários, etc.). Duas vias: telefones, áudio-conferência, videoconferência, redes sociais, sites de relacionamento e de bate-papo. Analisar se essas mediações permitem, de fato, uma interação.

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Fairclough (2003).

A primeira categoria de análise (Atividade) sugere que um único gênero pode ter vários propósitos comunicativos, mas podem ser ordenados de maneira hierárquica: um propósito pode ser destacado como o principal e os demais menos expressivos ou menos visíveis. As Relações Sociais, referem-se às relações entre atores (organizações, grupos ou indivíduos) que são construídas nos discursos e indicam maior ou menor proximidade entre a instituição reprodutora do discurso e seu público. Por fim, sobre as Tecnologias Comunicativas, podemos classificar os discursos a partir das mediações tecnológicas existentes, se por exemplo, é telefone, jornais, atas, televisão, internet, entre outros (FAIRCLOUGH, 2003).

Dessa forma, no capítulo seguinte, a gestão da água mineral em Cambuquira é discutida tendo como base, primeiramente o histórico e o contexto de formação do município. Em seguida, a partir da chamada do trabalho de Souza et al. (2016) e com base nos objetivos deste trabalho, o Quadro 9 foi utilizado como modelo norteador das análises.

4 GESTÃO DA ÁGUA MINERAL EM CAMBUQUIRA

CAMBUQUIRA, CORPO E ALMA
Cambuquira de Ana, Joana e Francisca
Dos escravos, de Charles Berthaud
de Thomé e Manoel Brandão
De todos nós e de nossos sonhos
Cem anos,
de lutas, resgastes e história
Céu azul, lua cheia
Fonte da Juventude
Roxo Rodrigues, Magnesiana, Gasosa,
Férrea e Sulfurosa
Cercada pelas montanhas das Gerais
a 950 metros do nível do mar
Daqui brotam as águas minerais
Que encantam o mundo
Pelo valor terapêutico
Pelo clima que cura doentes
Do corpo e da alma
Viver em Cambuquira
É sentir o suave sabor
Da ternura das montanhas
E ter esperança de que
resgataremos de todo o nosso coração
o valor deste abençoado rincão.
(VILHENA, 2013, p.188).

4.1 Quando uma cidade é construída em torno de fontes de água mineral

Tendo em vista que, para compreensão dos argumentos e discursos produzidos e reproduzidos ao longo dos últimos 30 anos (1986-2016) sobre a gestão da água mineral, é primordial que se entenda quais práticas, ideologias, identidades, relações e crenças estavam presentes no nascimento e desenvolvimento do município de Cambuquira e se, ao longo do processo, existiu relação com a água mineral. Dessa forma, e partindo da premissa de que os sentidos e os discursos na perspectiva da análise de discurso crítica configuram-se como ações construídas historicamente (FAIRCLOUGH, 2001), nesta seção é apresentada a contextualização histórica da formação do município de Cambuquira.

Para construção desta seção foram consultados e comparados diferentes referenciais, além de informações relatadas por moradores cambuquirenses durante o tempo de pesquisa em campo. Dessa forma, conforme mencionado foram consultados os livros “Judith” (1912) de Américo Werneck, “Cambuquira: À minha pátria, no centenário da sua independência 1822-1922” (1922) de Antônio Ferreira, “Cambuquira Estância Hidro Mineral” (1940) de Thomé Brandão, “Cambuquira: Estância Hidro-Mineral e Climática” (1958) de Thomé Brandão e Manoel Brandão, “Um dedo de prosa sobre Cambuquira” (2007) e “Casos, Causos e Acasos de

Cambuquira” (2010) de Sueli Fonseca de Vilhena, “A gripe espanhola nas estâncias hidrominerais de Cambuquira” (2013) de José Roberto Sales. Além destes, foram consultados os jornais “O Cambuquira”, “A Estância” e “Encontro – O jornal de Cambuquira”, bem como informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 14 - Vista de uma das fontes de água mineral em Cambuquira no período de 1896 a 1912 (Fotógrafo Armindo Costa).



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

Parte do território onde hoje está localizado o município de Cambuquira era propriedade da Fazenda Boa Vista e pertencia a três irmãs: Ana da Silva Gularte, Joana da Silva Gularte e Francisca da Silva Gularte. Em meados do século XIX, após falecimento das três irmãs, os antigos escravos da família Silva Gularte herdaram a parte central da fazenda e o restante da propriedade foi herdada por José Manoel Martins Ribeiro. Nessa região havia muita cambuquira, que são brotos dos bulbos de abóboreira e, por isso, posteriormente, essa especificidade deu nome à cidade. Além disso, conta-se outra possível origem do nome do atual município de Cambuquira:

Muito se fala sobre a origem de Cambuquira. Alguns falam que havia muita abóboreira na cidade e que os escravos vendiam brotos de abóbora em Campanha. Outros falam que os brotos de abóbora eram tantos que todas as hortas da cidade tinham. Porém, conta-nos Dr. Manoel Dias dos Santos Brandão, no Jornal “A Estância” página 3, 1987, ‘que se deveu o nome a uma

pessoa que tinha o apelido de CAMBUQUIRA e era um senhor de escravos. Inclusive consta o nome CAMBUQUIRA nos arquivos da catedral em CAMPANHA”’. (VILHENA, 2010, p. 5).

Nessa mesma região foram descobertas fontes de água que as pessoas começaram a usar para o tratamento de diferentes enfermidades. Com o aumento de pessoas que visitavam as bicas de água mineral, os novos donos da Fazenda Boa Vista, amedrontados e no intuito de preservar a propriedade, começaram a criar barreiras para que os estranhos não desfrutassem da chamada água “miraculosa” cuja notícia se espalhou e seduziu muitos enfermos em busca de cura para suas doenças.

Figura 15 - Vista parcial de Cambuquira no período de 1896 a 1912 (Fotógrafo Armindo Costa).



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

Até 1878 Cambuquira pertencia ao atual município de Campanha e era chamado de “Freguesia de Nossa Senhora da Saúde das Águas Virtuosas da Campanha” (SILVA, 1997, p. 95). Em 1861, em função das notícias do poder curativo da água e da barreira imposta pelos ex-escravos donos da propriedade, a Câmara Municipal de Campanha considerou que a água curativa daquela região era de utilidade pública e optou pela desapropriação das terras.

Novas terras foram sendo desbravadas e os povos foram recebendo as notícias de que havia água mineral em muitos lugares, mais ou menos em 1850, descobriram que as águas eram milagrosas. Curavam doenças. As pessoas levavam a boa nova às outras e assim as estâncias começaram a receber veranistas de todas as partes. Cansados do uso e abuso dos medicamentos

farmacêuticos, as pessoas chegavam aqui depois de uma viagem penosa, a fim de se tratarem. Vinham pelos trilhos da Mantiqueira, em liteiras, cavalgando em animais. Levavam muitos dias e muitas noites para chegarem até aqui. (...) Males diversos do fígado, intestino, reumatismo, desapareciam com o uso de nossas águas. (VILHENA, 2007, p. 59-60).

Apesar das fontes de água mineral das estâncias hidrominerais na região do Circuito das Águas terem sido descobertas no século XIX, os estudos relacionados a composição físico-química em relação a ação medicamentosa e terapêutica dessa água tiveram início apenas no século XX:

Os pequenos mananciais foram atraindo os primeiros moradores. Tempos depois chegou uma empresa com a finalidade de explorar nossas águas, não só para o aproveitamento “in loco”, como para fins industriais, inclusive destinando-se à exportação. Careciam as águas de ser captadas pela aplicação de processos mais científicos para lhes resguardarem a pureza da constituição. Iniciou o isolamento das fontes de Cambuquira o Dr. Américo Werneck, que foi substituído pelo químico francês, Dr. Charles Berthaud, contratado pela Companhia União Industrial dos Estados do Brasil. (VILHENA, 2007, p. 16).

Em meados de 1894, a Empresa União Industrial dos Estados do Brasil iniciou a exploração comercial da água mineral de Cambuquira. A partir daí iniciaram a captação das fontes de água mineral dando origem ao Parque das Águas de Cambuquira (BRANDÃO, 1940). O cientista e médico francês Charles Berthaud foi contratado para realizar a análise físico-química das fontes e também foi o responsável em planejar a forma de realização da captação das quatro principais fontes: Figura 16 – Fonte Regina Werneck (gasosa), Figura 18 – Fonte Dr. Fernandes Pinheiro (ferruginosa), Figura 19 – Fonte Dr. Augusto Ferreira (magnesiana) e Figura 20 – Fonte Roxo Rodrigues (litinada) (BRANDÃO, 1958). As captações foram realizadas entre 1898 e 1899, a partir daí foram construídos os fontanários com aproximadamente 25 a 30 metros de distância um do outro. Por último, alguns anos depois, foi captada a Fonte Dr. Souza Lima (sulfurosa) dentro do Parque das Águas.

Figura 16 - Fonte Regina Werneck.



Fonte: IBGE Cidades (2015).

A foto anterior, da Fonte Regina Werneck, é datada de aproximadamente 1920 e, na próxima imagem apresenta a estrutura externa da mesma fonte atualmente.

Figura 17 - Fonte Regina Werneck.



Fonte: Disponível em: <<http://www.turismopelobrasil.net>>.

Na próxima fotografia, próximos a Fonte Dr. Fernandes Pinheiro, está um grupo de pessoas e é possível reparar que dentro da estrutura da fonte também estão algumas pessoas.

Figura 18 - Fonte Dr. Fernandes Pinheiro (Fotógrafo Armindo Costa).



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

Datada de aproximadamente 1920, a próxima foto retrata a Fonte Dr. Augusto Ferreira. Na entrada da fonte estão posando para a fotografia dois homens (não identificados).

Figura 19 - Fonte Dr. Augusto Ferreira (Fotógrafo Armindo Costa).



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

A próxima imagem é a atual estrutura da Fonte Roxo Rodrigues, única fonte do parque que a água mineral ainda é envazada e comercializada.

Figura 20 - Fonte Roxo Rodrigues.



Fonte: Disponível em: <<http://www.mineirosnaestrada.com.br>>.

Datada de aproximadamente 1930, a próxima imagem está a Fonte Dr. Souza Lima, última fonte a ser captada do Parque das Águas.

Figura 21 - Fonte Dr. Souza Lima (Fotógrafo Armino Costa).



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

Anos depois, outras duas fontes de água mineral foram descobertas. A Fonte do Laranjal, popularmente conhecida como “Fonte do Sô Dico”, está localizada aproximadamente 9km de distância do centro da cidade, e possui água mineral com propriedade alcalino-gasosa-bicarbonatada. A Fonte do Marimbeiro possui propriedade alcalino-gasosa e está distante 2km do centro da cidade:

Mais tarde encontraram água mineral a dois quilômetros de Cambuquira no Marimbeiro. Foi aberto um poço para alcançar a base da captação, encontraram rocha eruptiva, com três fontes a 20 metros de profundidade, numa vazão aproximada de 8000 litros por hora. (VILHENA, 2007, p.16).

Na imagem a seguir está a Fonte do Marimbeiro atualmente. Como podemos perceber, a fonte possui seis bicas d’água em perfeito funcionamento.

Figura 22 - Fonte do Marimbeiro.



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

Na próxima foto está a vista externa da Fonte do Laranjal, única fonte localizada em propriedade privada.

Figura 23 - Fonte do Laranjal.



Fonte: Disponível em: < <https://www.panoramio.com/photo/68782185>>.

Dessa forma, as estâncias hidrominerais do Sul de Minas Gerais começaram a ficar muito conhecidas, em todo o Brasil, e passaram a cada vez mais serem procuradas para recreação e por pessoas em busca de tratamentos de saúde (SALES, 2013). Machado de Assis, em trecho da sua obra ‘Iaiá Garcia’ (1878) ao citar um dos personagens do livro informava em carta que sua mãe, por motivos de saúde, estava se tratando em Minas Gerais com a água mineral do estado de Minas Gerais. Aos poucos, o Turismo de Saúde foi sendo incorporado em Cambuquira. Segundo atual definição do Ministério do Turismo, o segmento Turismo de Saúde “constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos” (MTUR, 2006). Além disso, é importante ressaltar que:

No Brasil, a partir do final do Século XVIII, ocorreram as primeiras descobertas de águas de fontes naturais cujo gosto e, às vezes, odor as diferenciavam das águas comuns. A partir de então, muitas localidades passaram a ser procuradas pelos seus recursos hidrominerais, por proporcionarem bem-estar e tratamentos para a tentativa de cura de diversas doenças. Em vários pontos do país as águas “brotavam” do solo e de montanhas, algumas com temperaturas elevadas, trazendo consigo minerais e características radioativas propícias tanto para prevenir quanto para amenizar os sintomas de alguns males. De acordo com Godoi (2004), foi assim que nasceu a exploração comercial do uso desses recursos por parte dos donos das terras onde se encontravam fontes e recursos hidrotermais, uma vez que as águas passaram a atrair pessoas de diversos lugares do país e do exterior, que buscavam saúde. Pode-se dizer que o Século XIX foi rico no desenvolvimento das terapias com as águas ou hidroterapias, principalmente, para o chamado termalismo. À exemplo da Europa, no Brasil, as estâncias hidrominerais progrediam aceleradamente, com a contribuição de dois aspectos principais:

o surgimento das ferrovias, que facilitavam o acesso às estações de águas e o interesse da ciência em comprovar as qualidades curativas das águas. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Aos poucos, com o aumento das visitas à Cambuquira, o parque foi reestruturado. A Figura 24 ilustra a vista parcial do Parque das Águas no início do século XX.

Figura 24 - Vista parcial do Parque das Águas (Fotógrafo Armindo Costa).



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

Também datada do início do século XX, a Figura 25 ilustra o antigo Balneário do Parque das Águas de Cambuquira. Em 1899, o balneário hidroterápico do Parque das Águas de Cambuquira foi entregue ao uso público. Nesse balneário funcionavam os tratamentos utilizando a água mineral, cujo nome dado a esse tipo de tratamento é ‘crenoterapia’. A crenoterapia é o tratamento feito por meio de ingestão e/ou banho de águas minerais e reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio da resolução EB77.R16, de janeiro de 1986, que estabelece relações entre a OMS e a Federação Internacional de Termalismo e Climatismo. Veja no Quadro 10 uma síntese do histórico da crenoterapia no Brasil.

Quadro 10 - Breve histórico da Crenoterapia no Brasil.

1600	Inicia-se com a ocupação do interior do país pelos bandeirantes, que descobriram as primeiras fontes.
1722	Os índios da região de Goiás já usufruíam as propriedades medicinais das águas.
1808	Com o deslocamento da Família Real Portuguesa para o Brasil teve início a avaliação médico-científica da água mineral.
1841	Primeira tese defendida sobre crenoterapia na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.
1860	As estâncias mineiras foram prestigiadas com a visita da Princesa Isabel para tratamento de saúde realizado em Caxambu – Minas Gerais.
Início do séc.XX	São publicados vários estudos sobre as águas minerais brasileiras, especialmente após 1930, com a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).
1929	Criação da cadeira de crenologia na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte.
1941	O governo federal nomeou a Comissão de Hidrologia para elaboração de uma nova legislação sobre águas minerais – culminou no Código de Águas Minerais e na Comissão Permanente de Crenologia.
1945	Entra em vigor o Código de Águas Minerais.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Sousa (2011).

Além da crenoterapia, também eram realizados procedimentos estéticos e termalismo. Cambuquirenses, pessoas de vários estados e diferentes cidades de Minas Gerais visitavam o Parque das Águas. Os veranistas que se dedicavam a esportes aquáticos no Parque das Águas e ao uso das piscinas e termas do balneário eram chamados de ‘aquáticos’.

Figura 25 - Antigo Balneário do Parque das Águas – Início do século XX (Fotógrafo Armindo Costa).



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

De acordo com o relato dos moradores e dos documentos pesquisados, do final do século XIX até a década de 1960, o número de visitantes em Cambuquira aumentou gradativamente.

Esse aumento de visitantes trouxe investidores para o município. Dessa forma, a oferta turística⁴ e a infraestrutura para o desenvolvimento de Cambuquira girou em torno da atividade turística, cujo foco está relacionado à água mineral para tratamento da saúde, cujo principal articulador foi o médico Thomé Brandão. Cambuquira foi emancipada em 12 de maio de 1909 e, posteriormente, Manoel Dias dos Santos Brandão, como prefeito, promulgou o dia 12 de maio como feriado da data natalícia de Cambuquira:

Quadro 11 - Breve cronograma do município de Cambuquira.

15/07/1872	O Arraial de Cambuquira foi erigido como Distrito da cidade de Campanha pela Lei nº 1884.
19/08/1874	Lavrada a primeira escritura em Cambuquira.
30/11/1880	A Lei Provincial nº 2694 elevou o Distrito de Cambuquira à Freguesia e fixou-lhe os limites.
23/03/1884	A Lei nº 3197 transferiu a Freguesia de Cambuquira para o Distrito de Três Corações do Rio Verde, com os mesmos limites que já possuía.
27/10/1899	Sai o Decreto 133, regulamentador da alienação dos terrenos em Cambuquira.
12/05/1909	Em virtude do Decreto Estadual nº 2528, cumprindo as Leis nº 373 e 396, emancipou-se o distrito e foi criado o município com a denominação de Vila de Cambuquira e erigido o Paço Municipal.
01/06/1912	Toma posse o Primeiro Conselho Deliberativo e é instalado solenemente o Município.
31/10/1914	Decreto Estadual nº 4277 legaliza o direito de propriedade.
07/09/1925	A sede municipal foi elevada à categoria de cidade.

Fonte: Adaptado de Vilhena (2010, p. 7) e IBGE (2017).

Cambuquira foi um dos primeiros municípios projetado do estado de Minas Gerais. Possui ruas amplas, calçadas espaçosas e é uma cidade bem arborizada. O município está distante em média 300km das capitais dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, Cambuquira está localizada no centro do Circuito Turístico das Águas, entre as cidades de Lambari e Caxambu. Essas são características que facilitavam e ainda promovem o acesso e visitação a Cambuquira.

Como relatado, desde o século XIX Cambuquira era visitada por pessoas em busca de tratamento por meio da água mineral, mas apenas em 17 de setembro de 1970 foi reconhecida oficialmente como Estância Hidromineral. Esse reconhecimento foi assinado pelo então governador Israel Pinheiro da Silva (MINAS GERAIS, LEI Nº 5524, art. 1º, 16 set. 1970).

No final do século XIX e no início do século XX, era costume das famílias brasileiras que dispunham de recursos financeiros realizarem viagens a estâncias hidrominerais em busca de lazer ou de tratamento de saúde. A cidade de Cambuquira era uma das estâncias hidrominerais do Circuito das Águas, no Sul de Minas Gerais, muito frequentada por turistas mineiros e dos estados limítrofes de São Paulo e Rio de Janeiro. (SALES, 2013, p. 93)

⁴ Oferta Turística: Conjunto de produtos turísticos e serviços postos à disposição do turista em um determinado destino, para seu desfrute e consumo. (OMT, 2001, p. 43)

A Figura 26 ilustra um grupo de veranistas no parque das águas, datada de 16/03/1920. De acordo com informações do acervo da Biblioteca Municipal de Cambuquira, neste dia estavam hospedados 903 veranistas no município.

Figura 26 - Grupo de veranistas em 16/03/1920.



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

No Brasil, as estâncias hidrominerais eram muito frequentadas e populares no início do século XX. Exemplo disso é a edição número 1 da Revista Fon-Fon, inaugurada no Rio de Janeiro em 13 de abril de 1907. Logo após sua capa, a revista apresentava uma página inteira com o anúncio das águas minerais de Cambuquira, Caxambu e Lambari (SALES, 2013).

Figura 27 - Propaganda da água mineral de Cambuquira, Lambari e Caxambu na Revista Fon-Fon.



Fonte: Sales (2013).

As colunas sociais das edições das duas primeiras décadas do século XX da Revista Fon-Fon apresentavam notas sobre membros da elite do Rio de Janeiro, então capital da república do Brasil, em período de férias ou em tratamento de saúde em Cambuquira, Caxambu, Lambari, Poços de Caldas e São Lourenço. Nessas ocasiões, os membros da elite da capital eram fotografados com autoridades, políticos e pessoas das sociedades locais (SALES, 2013).

No anúncio divulgado na “Revista da Semana”, também no Rio de Janeiro em maio de 1915, destaca-se a propaganda sobre os benefícios da água mineral de Cambuquira: “Toda a senhora chic bebe Cambuquira. Não se iludam. Não se iludam. Das águas minerais a única puramente natural e mais radioativa que dá saúde aos moços e tonifica os velhos é a CAMBUQUIRA” (SALES, 2013, p. 42)

Segundo Sales (2013), na época do surto da gripe espanhola nas estâncias hidrominerais, período de 1918 a 1919, na percepção popular, o poder curativo das águas minerais tinha tanta credibilidade quanto a categoria dos tônicos-depurativos: “Elas eram percebidas como uma panaceia, uma espécie de medicamento quase milagroso” (SALES, 2013, p.42). Outro anúncio também no Rio de Janeiro sobre a água mineral da região do Circuito das Águas a intitulam

como ‘águas virtuosas’ o que demonstra o símbolo da água mineral como eficaz para o tratamento de doenças:

Figura 28 - Propaganda da água mineral de Cambuquira e Lambari na Revista Fon-Fon.



Fonte: Sales (2013)

Ainda sobre a propriedade terapêutica da água mineral em Cambuquira, no final da obra “Cambuquira – A Estação Ideal do Sul de Minas”, Brandão (1940) elencou aproximadamente cinquenta nomes de médicos que utilizaram o tratamento de crenoterapia em seus pacientes entre 1º de janeiro a 31 de outubro de 1921 e testemunharam o valor terapêutico das fontes de água mineral em Cambuquira. Na mesma obra são relatados casos de pessoas moradoras de Cambuquira e de várias outras cidades do Brasil que realizaram o tratamento da crenoterapia em Cambuquira.

De acordo com os relatos dos moradores e das obras consultadas, o chamariz principal para a visita em Cambuquira eram as fontes de água mineral. No entanto, existiam outros atrativos que completavam e valorizavam a oferta turística em Cambuquira como, por exemplo, os jogos de Cassinos e os jogos esportivos. A Figura 29 é uma medalha datada de 1960 referente ao XX Jogos Abertos sediado no município de Cambuquira.

Figura 29 - Medalha do XX Jogos Abertos em Cambuquira.



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

A próxima imagem está um grupo de dez mulheres que pertenciam ao time de voleibol de Cambuquira em 1947.

Figura 30 - Time de Voleibol de Cambuquira em 1947.



Fonte: Biblioteca Municipal de Cambuquira.

Em 1946, logo após a Segunda Guerra Mundial, o então Presidente Eurico Gaspar Dutra proibiu o funcionamento de cassinos no território brasileiro. A partir daí, os prédios e hotéis onde outrora funcionavam os cassinos em Cambuquira, aos poucos, passaram a desenvolver apenas a atividade de hospedagem. Concomitante, a indústria farmacêutica despontou no Brasil. De acordo com informações coletadas em campo, a população acredita que esses dois fatos foram determinantes para o início da diminuição de visitantes no município de Cambuquira. Dessa forma, a crenoterapia foi perdendo espaço para os medicamentos industrializados. No entanto, mesmo com a diminuição da demanda de turistas em Cambuquira, o município continuou sendo visitado por causa de suas fontes de água mineral. Durante a realização do DRPE, estes dois fatores acima citados apareceram de forma marcante. No município, várias pessoas torcem pela volta dos cassinos acreditando que isso atrairá turistas e, consequentemente, o desenvolvimento da cidade.

No que se refere a presença da água mineral na construção do município, em sua obra, Sales (2013) afirma que os brasões e hinos dos municípios do Circuito das Águas apresentam símbolos e palavras que remetem a pureza, à saúde e poder curativo das fontes de água mineral na região. Por exemplo, o brasão do município de Cambuquira (Figura 31) é representado por uma fonte ou cascata d'água caindo sobre um copo, entre outros elementos. Já a bandeira de Cambuquira é constituída pelo brasão de um lado e a imagem do Sol de Maio, possivelmente pelo fato do município ter sua data natalícia no mês de maio. Isso ilustra como as fontes de água mineral formaram a identidade cultural e até mesmo o imaginário das pessoas do município.

Figura 31 - Brasão e Bandeira do município de Cambuquira.



Fonte: Site oficial da Câmara Municipal de Cambuquira.

Ainda nos dias atuais, no próprio panfleto, conforme Figura 32, distribuído na portaria do Parque das Águas de Cambuquira, são apresentadas diversas indicações da água mineral no tratamento de saúde. No panfleto, nas obras citadas na construção deste capítulo e, mais recentemente, em diferentes sites na internet⁵, as propriedades da água mineral são divulgadas. Para cada fonte de água mineral do Parque das Águas é apresentada um prognóstico de tratamento: a água mineral da fonte Regina Werneck (gasosa) é indicada principalmente para o tratamento do trato digestivo; a água mineral da fonte Dr. Fernandes Pinheiro (férica) para o tratamento de anemia; a água mineral da fonte Comendador Augusto Ferreira (magnésiana) como estimulante da função renal; a água mineral da fonte Roxo Rodrigues (litinada) para o tratamento de depressão; e a água mineral da fonte Dr. Sousa Lima (sulfurosa) está associada à cura da gastrite e colite.

⁵ Disponível em: <<http://porteirasdeminas.blogspot.com.br/2009/12/cambuquira-mg.html>>. Acesso em: 10 de março de 2017;
Disponível em: <<http://www.cambuquira.net/as-aguas/>>. Acesso em: 10 de março de 2017;
Disponível em: <<http://www.acquasul.com/parque.htm>>. Acesso em: 10 de março de 2017;
Disponível em: <<http://parquecambuquira.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 de março de 2017;
Disponível em: <<http://srandnutricionista.blogspot.com.br/2010/12/o-poder-curativo-das-aguas-minerais-de.html>>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Figura 32 - Panfleto do Parque das Águas de Cambuquira.

Fonte Gasosa <i>Regina Werneck</i> INDICADA NOS CASOS DE NEFRITE AGUDA OU CRÔNICA, DIURESES, GASTRITES HEPATISMO E INFLAMAÇÃO DOS CANAIS BILIARES, ANGIO-COLITE, COLOCISTITE, DESORDEM INTESTINAL, DERMATOSSES POR INTOXICAÇÃO, ECZEMA, ESTIMULANTE DA SECREÇÃO E MOTROCIDADE GÁSTRICA. FOI ELEITA A MELHOR ÁGUA MINERAL DAS AMÉRICAS.	Fonte Sulfurosa <i>Dr. Souza Lima</i> CURA DE DIURESE QUANDO USADA EM JEJUM, COLITE, GASTRITE, ACIDEZ, ESTIMULANTE DO PERISTALTISMO DOS INTESTINOS.
Fonte Magnesiana <i>Comendador Augusto Ferreira</i> ESTIMULANTE DA FUNÇÃO RENAL, REUMATISMO OBESIDADE, URICEMIA, LITÍASE, COLITE, PIALITE E DIELONEFRITE.	Fonte Férrea <i>Dr. Fernandes Pinheiro</i> TÔNICA POR EXCELÊNCIA, ANEMIA, CAQUEXIAS, LINFATISMO ASTEMIA, CONVALESCENÇA DE MOLÉSTIAS AGUDAS. NÃO INDICADAS ÀS PESSOAS MUITO SENSÍVEIS A ESTADO CONGESTIVOS.
Fonte Barracão <i>Rosa Rodrigues</i> INDICADA NOS CASOS DE NEFRITE AGUDA OU CRÔNICA, DIURESE, GASTRITES HEPATISMO E INFLAMAÇÃO DOS CANAIS BILIARES, ANGIO-COLITE, COLOCISTITE, DESORDEM INTESTINAL, DERMATOSSES POR INTOXICAÇÃO, ECZEMA, ESTIMULANTE DE SECREÇÃO E MOTROCIDADE GÁSTRICA. PARA DISTÚRBIOS EMOCIONAIS, POR CONTER LÍTIO EM SUA COMPOSIÇÃO. FOI ELEITA A MELHOR ÁGUA MINERAL DAS AMÉRICAS.	
A melhor Água Mineral do Planeta é nossa!  Cambuquira Cidadania se faz com trabalho Prefeitura Municipal Adm. 2012/2014	

Fonte: Parque das Águas de Cambuquira

É importante ressaltar que não foram encontrados trabalhos atualizados no que tange à questão das propriedades terapêuticas da água mineral das fontes no município. Dessa forma, são necessários estudos mais atualizados sobre o tratamento utilizando as mesmas. Ainda sobre o uso da água mineral para enfermidades e doses a serem prescritas, na obra do médico Thomé Brandão o mesmo ratifica que:

No tratamento das diversas moléstias se deverá dizer que a crenoterapia não se resume no uso das águas, externa e internamente, como medicamento singular eficaz. É uma modalidade terapêutica que importa na associação de fatores vários, entre os quais a água mineral, que não deve fazer dispensar, porém, as demais indicações terapêuticas que cada caso particular exige. Nem por se destinar um doente à cura hidro mineral se deve ele julgar dispensado dos demais cuidados que requer o seu estado de doença. (...) Um hepático ou um simples dispéptico, somente por procurar a estância e nela usar de águas, não fica por isso dispensado de usar dos medicamentos que, como dissemos, encontraram a sua oportunidade de aplicação simultânea com as águas que servirão de principal meio auxiliar. (BRANDÃO, 1940, p.225)

No próximo capítulo serão apresentadas as formas simbólicas construídas em torno da água mineral na criação e desenvolvimento do município de Cambuquira. Assim sendo, são apresentados os gêneros discursivos que legitimaram e validaram, em uma perspectiva histórica (com delimitação para 30 anos), os diversos significados construídos em torno da água mineral em Cambuquira.

Figura 33 - Atual entrada do município de Cambuquira (2017).



Fonte: Disponível em: < <http://www.desafiosudeste.com.br/cambuquira/>>.

4.2 As águas minerais de Cambuquira: uma visão história a partir dos gêneros discursivos

Partindo da premissa que, na perspectiva da ADC faircloughtiana, a linguagem é estudada como prática social que pode legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente é fundamental contextualizar os discursos analisados (WODAK, 2003). Para realizar a análise dos discursos e levando em consideração os objetivos específicos deste estudo, nesta seção estão relacionados os resultados, dos últimos 30 anos, em que se encontrou diferentes discursos que remetiam a questão da gestão da água mineral.

O primeiro *corpus* de pesquisa utilizado neste trabalho é o jornal ‘Encontro – O jornal de Cambuquira’, cujo gênero variou de acordo com o recorte de análise feita. O jornal ‘Encontro – O jornal de Cambuquira’ foi publicado pela primeira vez em 20 de outubro de 1985, sendo Luiz Maia diretor responsável e, como redator chefe, Sylvio Britto. Atualmente o jornal é publicado mensalmente, com mil tiragens, distribuído gratuitamente em formato digital e subsidiado pelos anunciantes. O perfil de anunciantes é diversificado: farmácias, comércio do ramo alimentício, telefonias, provedor de internet, prestação de serviços diversos, entre outros.

A escolha do ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ como o primeiro *corpus* de pesquisa deve-se ao fato deste existir desde o início do período delimitado de análise deste estudo, cuja primeira edição data de 1985, conforme Figura 34. Além disso, outras leituras e o diário de campo indicaram que esse jornal seria um importante ponto de partida da análise.

O Editorial de lançamento do jornal ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ apresenta um texto cujo gênero é jornalístico e percebe-se o propósito comunicativo informativo e educativo:

Figura 34 - Primeira edição do Jornal Encontro – O Jornal de Cambuquira.



Fonte: Encontro – O Jornal de Cambuquira (1985, p. 1).

De acordo com o texto do editorial, percebe-se que ao ‘conversar’ com o leitor em primeira pessoa do plural, os responsáveis pelo discurso aproximam-se dos leitores do jornal:

Pretendíamos fazer um editorial de lançamento que exprimisse todo o amor que sentimos por Cambuquira, mas isso é impossível. Não somos poetas, intelectuais ou grandes redatores. Somos apenas sonhadores. Sonhadores de uma Cambuquira maior, com um jornal em que poetas, intelectuais e redatores exprimam melhor com nosso amor, na luta de concretizar os nossos sonhos comuns. (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, ANO I, Nº 0, 20/10/1985)

Ainda, pressupõe-se uma ação comunicativa no trecho:

Tínhamos muito para falar, mas é melhor que o político, o educador, o comerciante, o fazendeiro, a dona de casa e charreteiro falem por nós. Não nos cabe falar por eles, e sim abrir espaços para que se expressem, convocando-os para que nos ajudem a fazer um jornal comunitário de que todos se orgulhem; apartidário e de real utilidade, dependente apenas do compromisso maior, assumido originalmente por amor ao jornalismo e à Cambuquira. (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, ANO I, Nº 0, 20/10/1985)

Ainda no contexto da ação comunicativa, ao final da página, em letras destacadas está: “Este jornal é seu. Colabore...” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, ANO I, nº. 0, 20/10/1985). As reticências após a última palavra confirmam a natureza emocional dos autores e sugerem que deve haver uma continuidade da ação visto que fica explícita a proposta do jornal ser ‘escrito’ por todos:

Quanto ao nome do jornal, esperamos que sintetize a proposta de união de pessoas, ideais e sentimentos, realizada em um encontro prazeroso a se marcar, quinzenalmente, com a paixão dos que querem sempre estar juntos. Um encontro agradável, nas páginas do jornal de Cambuquira. (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, ANO I, Nº 0, 20/10/1985)

O próprio nome do jornal “Encontro” denota uma proposta de encontro de falas, de opiniões, aberta à população, de modo que reúne no próprio texto jornalístico o caráter intersubjetivo que pode expressar esferas públicas temáticas, emergindo neste contexto o tema da água mineral.

Como discutido no capítulo anterior, a água no texto do editorial também aparece como forte componente simbólico do município de Cambuquira ao ser, novamente, apresentada como elemento medicinal:

Nesse mesmo editorial de lançamento que pretendíamos fazer, tocaríamos em assuntos como Ecologia e no dever de sermos dignos da Natureza que nos cerca e privilegia com essas **águas que curam**, com o verde dessas matas e a pureza desse ar. (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, ANO I, Nº 0, 20/10/1985 – grifo nosso)

Convergindo com a proposta do primeiro editorial do ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’, em 11 de maio de 1986 é publicado texto de Ivan Frizotti. Com o título “Não custa nada saber”, cujo gênero reportagem o autor do texto apresenta discurso informativo e educativo sobre as propriedades fisioquímicas da água mineral. Ivan Frizotti contextualiza que a água mineral ‘nasceu’ há milhares de anos e era utilizada por gregos e romanos. Mais uma vez a água mineral aparece ligada a questão da saúde:

Nos dias de hoje, quando a maioria das bebidas são misturadas com suavizantes, antioxidantes, é bom saber que a **água mineral vem das mais profundas camadas da terra**. A água mineral é muito mais **leve e saudável, tem propriedades que atuam no organismo garantindo ao corpo componentes fundamentais para nossa saúde**. **Água mineral é saúde** para você e sua família.” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1986, p. 3 – grifo nosso).

Na mesma edição, na primeira página do jornal, foi publicado o texto do Pastor Presbiteriano Edwald Vallim. No texto intitulado “Royalties da água mineral, eis a questão”, o autor comenta que os estados produtores de petróleo no Brasil conseguiram aprovar lei em

Brasília em que a Petrobrás, a partir de então, deveria pagar a estes estados os royalties do ‘ouro negro’. E, a partir disso:

(...) o Estado de Minas Gerais, como principal produtor de minério do país, vai apresentar ao Congresso Nacional, como proposta do povo e do governo de Minas, um anteprojeto de emenda constitucional criando o Fundo Nacional de Exaustão Mineral, para assegurar a participação dos Estados e municípios na receita das empresas mineradoras. (...) O Fundo de Exaustão ou como é conhecido o projeto, Fundo Nacional de Exaustão Mineral, se constitui numa reivindicação histórica de Minas Gerais, como Estado minerador que é, mormente agora à luz do precedente que houve em relação ao petróleo e Estados produtores do mesmo. (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1986, p. 1)

A partir disso, Edwald Vallim sugere “que os que exploram” paguem os royalties da água mineral. Vallim justifica que as fontes de água mineral “(...) mesmo não exauridas, se constituem em **riquezas sem fim para os que a exploram, mas não riqueza para o povo sofrido das Estâncias Hidrominerais**” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1986, p. 1 - grifo nosso). No discurso de Vallim evidencia-se a água mineral como algo que pode gerar lucros a população, o argumento é que “[...] desde há muitas décadas o povo dessa região perdeu a sua **principal fonte de renda** e nada se colocou no lugar, daí o esvaziamento sócio-econômico destas áreas”. Vallim:

Por que não pensarmos em algo concreto, por que não acionarmos os homens de bem deste município, juntamente com todos os demais da chamada “Micro Região das Estâncias Hidrominerais” e irmos ao governador Hélio Garcia, ao Secretário de Minas e Energia, levando um projeto nosso ou idéias a serem inseridas no projeto, já encaminhado ao governador que, dentre em breve há de subir até Brasília, ao Congresso Nacional, para ser debatido dentre os muitos temas de nossa Constituinte? Fica aí a sugestão (...). (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1986, p. 1).

Com uma visão menos mercadológica e de consciência voltada à preservação ambiental, em 22 de junho de 1986, o redator-chefe do jornal ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’, Sylvio Britto, reproduziu no editorial a matéria “Desmatamento ameaça Fontes de Cambuquira” publicada em 11 de junho de 1986 pelo jornal ‘O Globo’. Também do gênero editorial com propósito divulgativo, educativo e informativo, Sylvio Britto apresenta a campanha do jornal ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ em prol da preservação da mata do Parque das Águas em Cambuquira:

Figura 35 - Editorial do Encontro – O Jornal de Cambuquira.



Fonte: Encontro – O Jornal de Cambuquira (1986, p. 1).

Na visão do autor do editorial fica evidente que o desmatamento da mata do Parque das Águas representa uma forte ameaça para as fontes de água mineral, pois sem a mata ciliar acarretará na secar das fontes. Isto porquê sem a mata ciliar há erosão e assoreamento, ela é responsável por filtrar a água da chuva, deixando a água mais limpa, entre outras funções. Além de buscar voz e respaldo na publicação no jornal 'O Globo', Sylvio Brito reafirma sua preocupação em relação a mata e as fontes do Parque das Águas e lança o "grito de alerta nacional contra mais essa ameaça ecológica" (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1986, p. 1).

Em outra edição do 'Encontro – O Jornal de Cambuquira', outro ponto problemático é publicado com a voz da leitora Quitéria. A mesma utiliza o espaço do jornal para expor um incidente de mal serviço prestado a um amigo veranista que havia se hospedado em um dos hotéis de Cambuquira. A reclamação inicial da leitora vem com o respaldo de que "[...] pega mal, um incidente horrível destes a uma estância hidromineral" (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1987, p.6). Quitéria pontua que "Cambuquira não vive ultimamente só de Turismo" (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1987, p. 6) e que, por isso, acredita que estivesse difícil para os proprietários de restaurantes e hotéis contratarem pessoal especializado. A leitora argumentou que esse tipo de situação não poderia acontecer, visto que, os muitos veranistas passeavam por São Lourenço, Caxambu e Lambari – que também são

estâncias hidrominerais, mas se hospedavam em Cambuquira por gostarem mais do município. Quitéria encerra a reclamação confirmando preocupação evidente em todo o texto: “Que haja uma compensação, não só água mineral e ar puro, mas educação e fineza no trato” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1987, p.6). Nesse discurso, para a leitora, a água mineral é vista como um produto turístico e um chamariz de Cambuquira.

Ainda que seja um texto em linguagem formal é de fácil entendimento, e relata, com precisão, uma situação conflitiva que poderia ser resolvida com a cooperação dos envolvidos – principalmente – com a atividade turística. Apesar da interação se dar por uma via de comunicação mediadora – o jornal – ainda assim o espaço de comunicação que a ‘consumidora’ do jornal encontrou para expor sua percepção para um número maior de pessoas da população evidencia que o texto da reclamação de Quitéria é direcionado a todos os cambuquirenses. Levando em consideração que:

A imagem, mensagem e marca do destino deve ser reconhecida, aprovada e disseminada pela comunidade como um todo. É a consolidação da cidade como produto turístico para os turistas com o aporte da comunidade local. Sem isto podemos dizer que o inverso da hospitalidade se manifestará: a inospitalidade. (MINISTÉRIO DO TURISMO, s.d, p.16)

O texto de Quitéria evidencia justamente sua percepção de que é necessário o aporte da comunidade local em ser hospitaleira com os veranistas para, conseqüentemente, consolidar o turismo no município outrora fomentado pelas fontes de água mineral, entre outros atrativos.

Escrito pelo médico Manoel Dias dos Santos Brandão e publicado no ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ em 23 de agosto de 1992, o gênero carta intitulado “Da origem e valor das águas gasosas naturais” inicia com o seguinte questionamento: “Por que a existência e qual o valor das águas minerais carbo-gasosas na nossa cidade?” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1992, p. 4). O propósito comunicativo da carta publicada possui caráter educativo e informativo, além de expor uma situação conflituosa em relação a gestão das fontes de água mineral. Desde sua criação em 1956 a Hidrominas era detentora do Parque das Águas e era a entidade responsável por realizar a gestão do parque e a manutenção das fontes de água mineral.

Em tempo, Manoel Dias dos Santos Brandão, ex-prefeito de Cambuquira, atuou como médico crenoterapeuta, destacou-se como um dos maiores historiadores da cidade, filho do também médico e ex-prefeito de Cambuquira, Thomé Brandão. Juntamente com o pai, Thomé Brandão, escreveram a obra outrora citada neste trabalho ‘Cambuquira Estância Hidromineral e Climática’, considerada uma das obras mais completas sobre o município de Cambuquira por apresentar, entre outras informações importantes, os valores medicinais da água mineral.

No texto “Da origem e valor das águas gasosas naturais”, Brandão explica que a água mineral gasosa é de origem profunda e vem a superfície via gás carbônico. O gás carbônico é um gás fóssil, ou seja, sua origem de formação é datada há milhões de anos. Explicada essa especificidade, e por Cambuquira possuir fontes com água gasosa, Brandão argumenta o valor dessa água mineral:

[...] tais **águas**, além de serem ainda **preciosos auxiliares da terapêutica, são maravilhosas por sua pureza, e sabor, atraindo turistas que lhes exaltam as virtudes e a raridade de tal fenômeno da natureza**. Lamentamos por isso a triste **indiferença** como são vistas e tratadas estas fontes, **verdadeiras dádivas divinas**, que deveriam ser abrigadas e homenageadas em artísticos edifícios, como outrora procurou-se fazer, e como ainda se respeita e se pratica em Caxambu. [...] **No Parque da cidade, suas cinco fontes estão em mau estado de conservação, necessitando urgentes revisões**. Além destas fontes citadas outras emergências existem que podem e devem ser captadas, com o objetivo de sua raridade. (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1992, p. 4 - grifo nosso).

Até os dias atuais, Manoel Dias dos Santos Brandão continua sendo uma importante figura para o município de Cambuquira em relação a água mineral. Em outros momentos, mesmo após falecido, o conhecimento técnico e as falas do crenoterapeuta que enaltecem a água mineral são resgatados para respaldar alguns argumentos, que passamos a tratar.

Com uma visão mais mercadológica, seguindo a linha do tempo de análise, em matéria publicada na Revista VIP Exame de 1997 intitulada “Matando a sede”, a água mineral gasosa do município de Cambuquira foi apontada como a segunda melhor água mineral do mundo – disponível no Brasil. A Revista VIP Exame reuniu 15 das mais conhecidas marcas de água mineral gasosa de diferentes países comercializadas no Brasil e, com um júri composto por equipe multidisciplinar, sem nenhum preciosismo técnico, realizou uma degustação às cegas. Como critério, o júri deveria pontuar entre 0 a 10 os itens: frescor, cristalinidade, neutralidade ao olfato, qualidade, persistência do gás, homogeneidade do gás e harmonia do gosto de cada água. A água mineral gasosa Cambuquira ficou atrás apenas da água mineral Ty Nant do País de Gales na Grã-Bretanha, que ficou com a pontuação 84,8. O júri adjetivou a água mineral da Fonte Roxo Rodrigues de Cambuquira como “brilhante, bolhas finas e elegantes, aroma levemente mentolado, bastante fresca” (Revista VIP Exame, 1997, p. 37).

Figura 36 - Garrafa da água mineral de Cambuquira.



Fonte: Revista VIP Exame (1997, p.37)

Em reportagem de junho de 1999 intitulada “Prefeitos cogitam novas ações contra água de bica mineralizada”, o jornal ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ apresenta matéria sobre a união dos prefeitos das estâncias hidrominerais dos municípios de Águas da Prata (estado de São Paulo), São Lourenço, Lambari e Cambuquira na solenidade da instalação da Associação Brasileira das Prefeituras de Estâncias Hidrominerais e Climáticas (ABREHIC) em prol de ações contra a permissão da comercialização de águas de bica mineralizadas (água comum adicionada de sais minerais). A matéria de gênero reportagem e propósito informativo foi assinada por Fraterno Vieira - IMK Relações Públicas.

Na foto divulgada junto à matéria estavam Waldemar Junqueira (prefeito de Águas da Prata), Clóvis Nogueira (prefeito de São Lourenço), Eugênio Rodrigues (prefeito de Lambari) e Rubens Barros Santos (prefeito de Cambuquira). Além desses, também estavam presentes outros políticos que eram deputados naquela época e demonstraram apoio a causa: os deputados estaduais paulistas Paulo Teixeira e Paulo Julião e a deputada federal Luiza Erundina.

Ao assumir a presidência da Associação Brasileira das Prefeituras de Estâncias Hidrominerais e Climáticas (ABREHIC), o prefeito de Águas da Prata, Waldemar Junqueira, afirmou que a megafusão entre Brahma e Antarctica era motivo de preocupação para o setor de águas minerais, já que ambas eram produtoras e distribuidoras de água comum adicionada de sais.

O motivo da preocupação e mobilização deveu-se ao fato do crescimento dessa categoria de água - água comum adicionada de sais - abalar a cultura e a indústria de águas minerais, pois segundo a reportagem, essas ainda eram as principais fontes de rendas das estâncias. Diante disso, Junqueira propôs uma ação conjunta dos prefeitos no sentido de questionar a liberação

da água mineralizada, demonstrando preocupação desse novo produto no mercado competir com a água mineral natural:

Quatro das maiores engarrafadoras do país, com concentração de mercado superior a 90%, já estão produzindo água comum adicionada de sais, o que poderá decretar **o fim das cerca de 200 empresas de águas minerais espalhadas pelo país e, por consequência, com as estâncias onde estão instaladas.** [...] É absurdo que o governo tenha autorizado a produção dessa nova categoria de produto, sem consulta pública, e num país que possui a maior reserva de água mineral do mundo. (JUNQUEIRA, 'ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA', 1999, p. 5)

Dessa forma, a deputada federal Luzia Erundina propôs-se a encaminhar requerimento à Câmara Federal para que fosse realizada uma audiência pública sobre as águas comuns adicionadas de sais, envolvendo no debate todas as comissões legislativas relacionadas com a questão. No entender da deputada, tanto o governo quanto a sociedade deveriam examinar criteriosamente os vários aspectos que envolveram a nova categoria de água no intuito de verificar se essa iniciativa não contrariava os interesses nacionais, no sentido mercadológico.

A proposta de Erundina foi apoiada pelo deputado federal Gilberto Kassab, presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, e pelos demais deputados estaduais presentes. Erundina propôs ainda uma campanha de esclarecimento público, para que o consumidor não fosse enganado pela nova categoria de água que, segundo Erundina, ao contrário das águas minerais, não traz nenhum benefício à saúde (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 1999).

Na mesma reportagem, Junqueira reafirmou que parte significativa da economia das estâncias está baseada na água mineral e que por isso é proibida a instalação de qualquer outro tipo de indústria nas estâncias hidrominerais. Sobre as águas minerais, Junqueira ainda argumentou que “esse é um patrimônio que o país tem de preservar. E se não combatermos já a indústria de água comum com sais, em breve estaremos assistindo **à falência das empresas e das estâncias**” (JUNQUEIRA, 'ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA', 1999, p. 5).

A solenidade de instalação da Associação Brasileira das Prefeituras de Estâncias Hidrominerais e Climáticas (ABREHIC) reuniu prefeitos, deputados federais e estaduais, autoridades ligadas ao turismo e ao meio ambiente, além de empresários do setor de águas minerais. Nesse momento foi empossada a primeira diretoria da entidade, presidida pelo prefeito de Águas da Prata, Waldemar Junqueira Neto, e integrada pelos prefeitos de Cambuquira, Rubens Barros Santos; Lambari, Eugênio Carneiro Rodrigues; Campos de Jordão; Ibirá; São Pedro; Caxambu; Poá; e São Lourenço. Em seu discurso de posse, Junqueira disse

que, além de lutar pela defesa das águas minerais em detrimento da água comum acrescida de sais, os prefeitos também pretendiam reconquistar os investimentos outrora destinados ao fomento das estâncias:

Somente com os escassos recursos municipais não temos condições de manter nossa estrutura turística e de preservar os recursos naturais. Como consequência, vemos reduzido continuamente o fluxo turístico nas estâncias, enquanto se deterioram as atividades de comércio e serviços voltados para esse fim. (JUNQUEIRA - 'ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA', 1999, p. 5)

Ainda no mesmo contexto sobre a questão da exploração das águas minerais, em reportagem do 'Encontro - O Jornal de Cambuquira' em outubro de 2000, Sylvio Britto introduz sobre o edital que seria publicado em poucos meses destinado a empresas que desejariam explorar as águas minerais de Cambuquira, Lambari e Caxambu. O redator chama atenção para o poder público estar em alerta, pois acredita que os interesses da população e da cidade estavam sendo deixados de lado com a licitação. Quanto a exploração dos recursos naturais, o redator alerta que as empresas instaladas no município de Cambuquira deveriam ter responsabilidade e obrigação de participar ativamente da atuação destas na cidade:

Quando **nossas águas começam a ser exploradas** pela Empresa União Industrial dos Estados do Brasil, já se denunciava o desinteresse desta com a cidade. Sucedendo a Empresa União, **foi a Empresa Lambari-Cambuquira-Caxambu levando nossas águas nestes áureos tempos a participar de exposições como em** Bruxelas, 1910 e Roma 1914. Por isso, esta próxima concessionária, deve assumir um compromisso maior com a cidade e com as águas, **divulgando as propriedades medicinais e também trazendo estampadas em seus rótulos mensagens e propagandas da cidade.** (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 2000, p. 5)

Um dos pontos que Sylvio Britto argumenta que deveriam estar bem esclarecidos no futuro edital era a questão da diferenciação entre água mineral natural e água mineralizada e a valorização da qualidade da água mineral e não apenas a quantidade. Além disso, com base no manifesto ao Termalismo realizado na Espanha em 1975, o redator argumentou que “os recursos Termais e Hidrominerais deverão ser considerados um serviço social da mais alta importância, seguindo as leis mais amplas da economia da natureza” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 2000, p.5).

Em meio a iminência do lançamento do edital para exploração das águas minerais de Cambuquira, pessoas da comunidade já envolvidas em prol da preservação e não exploração da água mineral, mobilizaram e se estruturaram em Organização Não Governamental para barrar pontos do edital que representavam uma exploração das águas de forma predatória. A ONG

Nova Cambuquira foi criada em 2001. A página da ONG Nova Cambuquira na rede social Blogger possui muitos relatos sobre as ações da ONG e é apresentada da seguinte maneira:

Esse blog se destina a informação e divulgação do trabalho realizado pela ONG Nova Cambuquira. A ONG luta por sua água mineral e contra a super exploração e desmineralização. Luta pela crenoterapia e proteção ambiental. Luta contra a ganância! Luta, principalmente, por uma Nova Cambuquira. Uma Cambuquira melhor, com futuro e esperança. (Blogger – ONG Nova Cambuquira⁶)

Uma das primeiras ações pós criação oficial da ONG Nova Cambuquira, como exposto na Figura 37, foi promover a “Caminhada pelas águas” em dezembro de 2001. O convite cujo gênero é panfleto, tem o propósito comunicativo de motivar a participação das pessoas na caminhada a favor da preservação da água mineral que aqui aparece como ‘patrimônio da cidade’. Esse panfleto foi distribuído pelo município e também publicado no ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’. O texto instiga os moradores a pensarem/entenderem que a água mineral de Cambuquira também é deles e que o destino das fontes e da cidade depende da participação desses cambuquirenses.

⁶ Disponível em: <<https://www.blogger.com/profile/06073877836472910944>>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

Figura 37 - Convite para “Caminhada pelas águas”



Fonte: Arquivo pessoal da ONG – Nova Cambuquira (2001)

Em outubro de 2001, o jornal ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ publicou matéria intitulada “Circuito das Águas é destaque do Jornal Estado de Minas”. A reportagem de cunho informativo apresentava duas matérias publicadas no Jornal Estado de Minas nos dias 28 e 29 de outubro de 2001 que abordavam a mobilização da opinião pública em relação aos danos causados pelo engarrafamento predatório praticado pela Perrier/Nestlé no município de São Lourenço. O motivo para reprodução das matérias representou um alerta sobre a futura licitação para o engarrafamento das águas de Cambuquira, Lambari, Caxambu e Araxá pela Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG).

Nas reportagens reproduzidas pelo ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’, são transcritas as opiniões do Curador do Meio Ambiente em São Lourenço, o Promotor Pedro Paulo Barreiras Aina, de vereadores locais, engenheiros, geólogos e entidades civis (ONGs), apontando a “Urbanização sem controle, desmatamento de áreas de preservação ambiental e **super exploração** de poços, aliados a uma completa falta de fiscalização” como as principais ameaças

às águas minerais sul-mineiras, destacando a visita de pesquisadores da Universidade de Hamburgo.

No início de novembro de 2001 foi publicado o processo de licitação para exploração das fontes de água mineral nos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari (Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais) e Araxá, no Alto Paranaíba. A licitação foi realizada pela Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG). O processo tornou-se uma briga judicial entre organizações não-governamentais, Poder Legislativo e, principalmente, comunidades dos municípios envolvidos nesse processo, pois estes suspeitando de irregularidades, exigiram que alguns pontos do edital se apresentassem de forma mais clara. A preocupação era evitar problemas em relação ao meio ambiente com o aumento da extração de água mineral como aconteceu em São Lourenço. Na época, o Ministério Público estava apurando a exploração das águas minerais em São Lourenço, pois suspeitavam que uma possível super exploração da água teria sido a causa de uma das fontes secar.

O edital foi lançado no dia 06 de novembro de 2001 no Diário Oficial do Estado e as propostas deveriam ser enviadas até o dia 26 de dezembro de 2001. O edital contemplava o arrendamento das áreas, infraestruturas e instalações dos parques das águas de Cambuquira, Fonte do Marimbeiro em Cambuquira, Lambari, incluindo o Cassino Lambari, também aos direitos minerários e respectivas áreas, infraestruturas e instalações de envasamento das fontes de Caxambu, Cambuquira, Fonte do Marimbeiro em Cambuquira, Araxá e Lambari. Após lançamento do edital, houve uma mobilização da sociedade civil, políticos e outras entidades que temiam pela exploração abusiva das fontes. No edital, a Comig previa dobrar a produção de água: passaria de 55 milhões de litros por ano para 100 milhões de litros por ano. Todo o grupo envolvido contra o edital temia que aumentar dessa forma a extração acarretaria a exaustão dos aquíferos, comprometendo o meio ambiente, o turismo e a vida das pessoas que vivem nos municípios envolvidos.

Por falta de um estudo ambiental que deveria ter sido aprovado pelo Conselho de Política Ambiental (Copam), ligado a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, os integrantes do Grupo Cidade Cidadã (GCC), com sede em Caxambu, entraram com representação junto ao Ministério Público local contra a licitação por consideram ilegal. Segundo Nádia Maria Correia Gonçalves, na época presidente do Grupo Cidade Cidadã:

A sociedade deve participar da discussão de uma licitação que poderá comprometer definitivamente as fontes, **o principal atrativo turístico** do Circuito das Águas. **Sem elas, nossas cidades acabarão, pois dependemos do turismo atraído pelas águas minerais.** Nós conseguimos que a Comig realizasse audiências públicas nos três municípios do sul do estado, pois eles

não podem fazer nada à revelia da população. (FOLHA DO MEIO AMBIENTE⁷, 2002).

Respalhando a fala de Nádia Gonçalves, o responsável pela instauração de processo civil público em 11 de novembro, Bergson Cardoso Guimarães do Ministério Público de Caxambu afirmou que:

Depois da leitura do edital, de vários estudos e entrevistas com pessoas envolvidas no processo, cheguei à conclusão de que o edital inicial da Comig dava espaço à **superexploração das fontes**, pois incentivava uma mudança na filosofia de exploração das águas, ao estipular a redução dos valores de royalties, à medida que se aumentasse a exploração. (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002).

Com ação movida pelo Grupo Cidade Cidadã foi obtida liminar de suspensão do processo licitatório até o dia 23 de novembro de 2001. Em seguida, a liminar foi derrubada pelo Tribunal de Justiça, em Belo Horizonte. O Ministério Público Estadual, por meio dos promotores de Cambuquira e Lambari, assinou um termo de ajustamento de conduta com a Comig que permitia a continuidade do processo. No entanto, os promotores de Caxambu e Araxá não assinaram o documento por discordarem de seu teor, como por exemplo, dar poder de fiscalização à sociedade quanto a qualquer risco de superexploração. Segundo Bergson Gonçalves, promotor de Caxambu na época, o poder de fiscalização caberia ao Estado e não à população. Além disso, para o promotor, o edital não era respaldado pelos estudos técnicos realizados em 1993 pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Sobre os pareceres técnicos da CPRM, o biólogo e ex-secretário de Meio Ambiente do município de Caxambu, Reynaldo Guedes Neto, acredita que estes foram ignorados, pois teriam sido feitos a pedido do então prefeito de Caxambu, Rossini Jayme de Almeida. Segundo Reynaldo Guedes Neto:

Os estudos permitiram calcular um balanço hídrico microregional com vazão média de 30 litros/segundo/km², contra apenas 17 litros em Caxambu. Estes números nos causaram preocupação depois de constarem no relatório do CPRM como possibilidade de superexploração pela Superáguas. (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002).

Contrário a opinião de Reynaldo Neto, o superintendente da CPRM em Minas Gerais na época, Oswaldo Castanheira, afirmou que:

Apesar de os estudos preliminares terem chegado a estes números, eles devem ser entendidos dentro da metodologia utilizada no trabalho e não de forma isolada. A pesquisa detectou períodos úmidos em Caxambu de janeiro a março e de setembro a dezembro, contra períodos mais secos de abril a agosto, o que

⁷ Disponível em: <<http://folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2002/02/agua.html>>

resultou numa média anual equilibrada. (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002).

Castanheira argumentou que a preocupação de Neto era irrelevante e que o estudo realizado no Sul de Minas Gerais, até aquele momento, apontava que não havia impacto ambiental significativo que pudesse comprometer as fontes de água mineral. Apesar disso, Oswaldo Castanheira ressaltou:

No entanto, salientamos riscos como ocupação desordenada do solo e contaminação industrial e rural e fizemos recomendações básicas como se evitar ocupações à montante das fontes e não se perfurar poços sem estudos técnicos adequados. (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002).

Por meio de uma representação civil pública da ONG Nova Cambuquira, o caso chegou ao Ministério Público Federal cuja decisão foi recomendar ao órgão federal responsável pela fiscalização sobre o controle ambiental, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, que não efetivasse o registro de contrato resultante da licitação, antes do licenciamento ambiental corretivo das atividades de envazamento de águas e exploração turística. E ressaltou que o licenciamento já havia sido realizado nos parques das quatro cidades sob licitação. Além disso, o procurador também recomendou que fosse feito licenciamento ambiental prévio das atividades pertinentes ao edital, com a aprovação anterior do devido Estudo de Impacto Ambiental (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002).

Depois de muita movimentação judicial e pressão da sociedade civil, apenas uma única empresa apresentou proposta para a exploração das fontes: Construtora Wantec. A empresa não atuava no setor de água mineral, exercia atividades relacionadas a auditoria contábil, edificações, terraplanagem, entre outras. A ausência da Superágua, que desde 1980 era a empresa responsável pela exploração das fontes e a única empresa que se candidatou a licitação não ser ligada ao setor de água mineral, levantou suspeitas em relação ao edital. Dessa forma, advogados, organizações não-governamentais, políticos e o Ministério Público começaram a fazer indagações e, pressionado, o presidente da Comig na época justificou que a exploração de água mineral não era um negócio tão lucrativo. Segundo pesquisa em campo, na época, muitos jornais publicaram matérias sobre as discussões, suspeitas e protestos em relação ao edital. Apesar de apenas uma empresa ter se candidatado ao edital, a RM Projetos, Wantec, Nestlé, Superáguas, Coca-Cola, Arcon Serviços e diversas outras empresas entraram com pedido de impugnação do edital. Todas essas empresas questionaram pontos do edital como a exigência para a empresa vencedora também explorar serviços de termas, fisioterápicos e crenoterápicos

dentro do Parque das Águas de Cambuquira, por exemplo, e que esses eram pontos distintos da exploração das fontes para envasamento.

Após tanta polêmica e diversos movimentos, o governador do Estado de Minas na época, Itamar Franco, optou pelo cancelamento do edital de licitação nota oficial divulgada pelo Palácio da Liberdade:

O governador do Estado determinou a revogação da licitação realizada pela Comig para selecionar a proposta mais vantajosa para o exercício do direito de exploração das fontes de água mineral do Circuito das Águas do Sul de Minas, 'por razões de interesse público, em face do comunicado do presidente da companhia, de que tinha sido frustrada a competitividade esperada, com o comparecimento de apenas um interessado no processo'. O governador do Estado determinou, na oportunidade, a realização de estudos para a imediata instauração de um novo processo licitatório 'no qual a pluralidade de propostas seja assegurada, nos termos da legislação vigente, incluída a ambiental' (PALÁCIO DA LIBERDADE, 2001⁸).

O cancelamento do edital foi comemorado pela ONG Nova Cambuquira como primeira vitória em prol da preservação das fontes de água mineral em Cambuquira. Em 29 de janeiro de 2002, na sede da Comig em Belo Horizonte foi realizada discussão sobre o novo edital. Estavam presentes nesta reunião representantes das organizações não governamentais do Sul de Minas, integrantes do Fórum das ONGs do Circuito das Águas - Focas⁹. Henrique Hargreaves, presidente da Comig na época, afirmou na reunião que o edital de licitação havia sido realizado de forma idônea, mas que teria sido cancelado por falta de competitividade no processo e que o esse assunto foi levado por ele ao governador Itamar Franco, que cancelou a licitação. Diante do cancelamento do edital, todas as ações que corriam na justiça contra a licitação foram anuladas.

Representantes das ONGs do Sul de Minas, durante a reunião, exigiram que fossem realizadas audiências públicas em Cambuquira, Caxambu e Lambari para que a partir dos debates e propostas advindas dessas audiências, em reunião na Comig no 8 de março de 2002, fosse realizado a definição da redação final do novo edital. Além disso, com o intuito de obter uma maior divulgação do turismo dos municípios, os representantes das ONGs estabeleceram a obrigatoriedade dos nomes das cidades sob exploração das fontes serem estampados como

⁸ Disponível em: <<https://www.almg.gov.br>>.

⁹ O FOCAS - Fórum de ONGs do Circuito das Águas do Sul de Minas, representa: Associação pela Preservação do Patrimônio Ambiental e Social (APPAS) - São Lourenço; Grupo Cidade Cidadã (GCC) - Caxambu; Instituto de Desenvolvimento Econômico e Ambiental (IDEAL) - Lambari; ONG Nova Baden - Lambari; ONG Nova Cambuquira - Cambuquira; Sociedade Amigos do Parque das Águas (AMPARA) - Caxambu.

marcas nas garrafas das águas vendidas no mercado, e também reivindicaram a inclusão da exigência ambiental prévia à licitação. Segundo Nádia Maria Correia Gonçalves, na época presidente do Grupo Cidade Cidadã de Caxambu: “Queremos que o envasamento seja feito dentro do limite da quantidade espontânea de água que sai da natureza para não comprometer as fontes” (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002).

Também estava presente na reunião, René Vilela, membro do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam), e denunciou à Comig que todas as empresas que exploravam industrialmente fontes de água mineral do Sul de Minas naquela época não possuíam estudos de impacto ambiental e, portanto, não poderiam ter autorização legal para funcionar. Diante da acusação, o presidente da Comig solicitou que o Instituto das Águas de Minas Gerais (IGAM), apurasse a denúncia.

René Vilela ainda afirmou que seria preciso uma classificação legal da água de “bem mineral” para “recurso hídrico” e que este seria um dos temas centrais do Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas, marcado para março de 2002, em Belo Horizonte. Sobre a Copam, Vilela ainda argumentou que:

A nossa intenção é a elaboração de um esboço de projeto de lei para ser encaminhado a Câmara Federal e, assim, tentar evitar que ocorra em muitos municípios o que presenciamos hoje em São Lourenço, quando uma empresa, como a Nestlé, se sente no direito de esgotar fontes de água mineral, essencial para a sobrevivência do município, simplesmente dentro de uma ótica empresarial. Se permanecer como está hoje, **classificada como bem mineral, a água poderá ser explorada até a exaustão da fonte**, dentro da lei; caso seja **definida como um recurso hídrico**, haverá limitações exploratórias, justamente pelo entendimento de que a água é um **bem social**, necessário à sobrevivência do homem. (FOLHA DO MEIO AMBIENTE, 2002 - grifo nosso).

Nos meses seguidos ao cancelamento do edital, observamos que houve muitas publicações com as discussões sobre o cancelamento com informações reproduzidas em diversos meios de comunicação, mas o assunto foi sendo esquecido aos poucos nos espaços de debate. Por fim, ainda com relação a este assunto - mais especificamente relacionado a Comig - no boletim eletrônico do jornal ‘Notícias Pró-Cidadania’ de 19 de setembro de 2003, o Deputado Estadual Laudelino Augusto, apresentou duas emendas ao Projeto de Lei 1004/2003, de autoria do governo do Estado que alterava a denominação e os objetivos sociais da Comig. O projeto criou a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (Codemig), que além da Comig, também absorveu a Companhia de Distritos Industriais (CDI), a Turminas e os ativos da extinta Codeurb.

As emendas previam que algumas atividades em nenhuma hipótese poderiam ter a responsabilidade transferida para terceiros sem estudo prévio e autorização legislativa. As atividades seriam relativas ao beneficiamento, industrialização, exploração e qualquer tipo de aproveitamento de substâncias minerais; pesquisa, exploração dos recursos hidrominerais; construção e administração de hotéis e fomento do turismo nas estâncias hidrominerais e turísticas; administração de bens dominicais do Patrimônio do Estado.

Além disso, o deputado Laudelino Augusto assinou requerimento solicitando apuração da gestão administrativa da Comig. O deputado explicou que era preciso esclarecer denúncias e suspeitas sobre os atos licitatórios, como o caso do edital cancelado no final de 2002 que previa a exploração das águas minerais de Cambuquira e outros municípios. Os deputados Laudelino Augusto, Biel Rocha e Rogério Correia, apresentaram três requerimentos conjuntos solicitando informações do Governo do Estado especificando os impactos sobre o patrimônio da Codemig.

Pelo ofício 054/2004, a Câmara de Vereadores de Cambuquira agradeceu ao deputado Laudelino Augusto por ter participado da 1ª Audiência Pública de Cambuquira que teve como tema a Concessão do Parque das Águas. O deputado participou representando a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e o agradecimento referia-se a forma atuante com que o deputado estava tratando as questões ambientais relacionadas, principalmente, aos mananciais de água mineral. Além disso, nessa audiência foi elaborada “uma carta de intenções do povo de Cambuquira” que o deputado deveria levá-la em audiência com o governador do Estado de Minas Gerais. A carta foi anexada no Ofício 061/2004 de 14 de maio de 2004. Segue trecho da carta assinada pelos membros da Câmara Municipal de Vereadores de Cambuquira em 2004:

[...] momento em que os munícipes presentes, reunidos em grupos, discutiram, democraticamente, as colocações feitas sobre os anseios do povo, com relação ao destino do Parque das Águas, do qual depende o futuro da cidade. Passamos pois, neste momento, Exmo. Sr. Governador, para as suas mãos, as **INTENÇÕES DO POVO DE CAMBUQUIRA**, sobre as atitudes que desejamos serem tomadas por V. Excia.:

- Restaurar o Parque das Águas da cidade.
- Restaurar o Parque das Águas do Marimbeiro.
- Criação de gestão colegiada paritária com a comunidade local.
- Resgate da Crenoterapia.
- Estimular estudos, pesquisas e a prática terapêutica em amplo aspecto, inclusive com práticas de medicina alternativas.
- Não desmineralização das águas minerais.
- Tombamento dos Parques do Marimbeiro e da cidade, e reconhecimento como unidades de conservação - monumento natural.
- Proteção das áreas de recarga.
- Valorização do CEFEM e sua aplicação nos Parques.

- Divulgação do produto: Água Mineral de Cambuquira e Cambuquira Estância Hidro-Mineral.
- Captação e recepção das águas com estrita observância das normas de hidrogeologia, com o devido monitoramento, respeitando a sustentabilidade do sistema.
- Resguardar o acesso do Cambuquirense aos Parques.
- Oferta de fonte na área externa dos Parques.
- Ligar os Parques ao Comitê da “Bacia Hidrográfica do Rio Verde”, para referendos, para aconselhamento, pareceres, através de seus representantes e Câmaras Técnicas.
- Aplicar recursos do FIDRO para programas que visem a recuperação das vazões de flúvios de águas superficiais e subterrâneas (águas minerais).
- Promover Cursos Técnicos na área de Águas Minerais.
- Apoiar profissionais formados em Curso Superior de Termalismo e Águas Minerais, da cidade (Curso pioneiro na América Latina).
- Construção de depósito coletor para aproveitamento da água que se perde.
- Apoio técnico e financeiro para implantação em todos os bairros de Cambuquira, estruturas completas de saneamento básico para o lixo, água potável e esgoto (ligações, emissários interceptores e tratamentos).

Assim sendo, Exmo. Sr. Governador, apresentamo-lhe as reivindicações da população de Cambuquira, presente à Audiência nesta cidade, para que sejam atendidas por V. Excia., numa atitude séria, justa, e coerente.

Em anexo, carta do Médico especialista em Crenoterapia, Dr. Manoel Dias dos Santos Brandão. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA, Ofício 061/2004, 14 de maio de 2004)

Não foram encontrados documentos sobre possível resposta da carta. A carta citada, do médico crenoterapeuta Manoel Dias dos Santos Brandão, está exposta no final deste capítulo. No rodapé dos dois ofícios citados estava os dizeres: “Vem de Cambuquira, Minas Gerais, a melhor água gasosa do Brasil, segunda do mundo” (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA, Ofícios 054/2004 e 061/2004).

No ‘Jornal das Estâncias’ de junho de 2005, foi publicada uma entrevista com o porta-voz do Fórum de ONG’s do Circuito das Águas (FOCAS), Reynaldo Guedes Neto (outrora citado). Reynaldo respondeu perguntas sobre as ações que o Focas desenvolveu no intuito de “transformar nossas águas minerais em ‘Patrimônio Hídrico’, uma vez que elas são consideradas, atualmente, ‘Recursos Minerais’” (JORNAL DAS ESTÂNCIAS, 2005, p. 3). Ao longo da entrevista a pergunta foi respondida, Neto elencou algumas ações que o Focas desenvolveu em prol das fontes de água mineral do circuito e cita como importantes figuras para o “marco regulatório” das águas minerais no Brasil: o deputado estadual Laudelino Augusto, os promotores de justiça Bergson Cardoso Guimarães e Pedro Paulo Barreiros Aina, das comarcas de Caxambu e São Lourenço, respectivamente. No final da entrevista, Neto deixou o seguinte recado aos prefeitos e vereadores das Estâncias Hidrominerais:

Que tenham responsabilidade na condução de suas missões públicas, na defesa dos interesses coletivos, procurando fundamentar suas decisões em critérios

técnicos, ouvindo sempre as comunidades através dos diversos conselhos setoriais, que devem ser paritários e deliberativos; devem, ainda, suar, sempre, o Princípio da Precaução, consagrado na Agenda 21: “in dúvida, pro natura”, isto é, na dúvida, no desconhecimento, que eles sempre se decidam em prol da natureza, que tão generosamente nos deu esta **riqueza única no mundo**, que são nossas **águas minerais**. (JORNAL DAS ESTÂNCIAS, 2005, p. 3 - grifo nosso)

Em 2005, a Codemig abriu um edital de licitação para novo arrendamento dos direitos hidrominerais, mas o edital foi questionado pelo Ministério Público e por organizações não governamentais dos municípios onde as fontes estão localizadas e terminou sendo alterado.

A Codemig abriu novo edital (Concorrência n. 04/05) para arrendamento dos direitos minerário, equipamentos e instalações de envasamento das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá. A minuta do contrato impôs novas obrigações à contratada. Aberto os envelopes no dia 16 de fevereiro, não houve habilitantes. (GUIMARÃES, 2009, p. 162-163).

Com as mudanças, que previam uma exploração em menor escala, nenhuma empresa se habilitou e os parques minerais acabaram sendo entregues à Copasa. Como discutido anteriormente, em 2001, outro edital já tinha sido barrado em circunstâncias próximas com atuação da sociedade civil organizada, ativistas e do Ministério Público.

Como o edital de 2005 não terminou com a contratação de uma empresa, em 2007 a exploração das águas passou para Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) por meio da subsidiária Copasa – Águas Minerais de Minas (GUIMARÃES, 2009). A Codemig é detentora da concessão das fontes das quatro estâncias hidrominerais: Araxá, Lambari, Caxambu e Cambuquira.

Em 2007, as concessões foram repassadas para a Copasa, que criou uma subsidiária, a “Águas Minerais de Minas”, para explorar essas águas minerais. Devido a isso, em janeiro de 2007 foi “Publicada no Diário Oficial Lei autorizativa de criação da Copasa – Águas Minerais de Minas, subsidiária da Copasa para exploração das águas minerais do Circuito das Águas” (GUIMARÃES, 2009, p. 163).

Em uma das páginas oficiais da ONG Nova Cambuquira na internet¹⁰ foi divulgada uma nota intitulada “ONGs e indústria divergem sobre águas minerais; Copasa relata ações”, de gênero *blog* e cunho informativo, o texto relata o debate sobre a gestão das águas minerais, no 6º Fórum das Águas em 22 de março de 2007. De acordo com a matéria, houve divergências e embates entre organizações não-governamentais do Sul de Minas e a Indústria de Águas

¹⁰ Disponível em: < <http://www.acquasul.com/desacordo.htm>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

Minerais, além de terem sido feitas críticas à Copasa. O deputado Fábio Avelar, então vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, coordenou o painel sobre águas minerais.

A Copasa, responsável em explorar economicamente os parques das águas, garantiu proteção ambiental para as fontes, parceria com a comunidade e comercialização da água engarrafada com o nome das cidades no rótulo. No entanto, a ONG Nova Cambuquira acredita que houve omissão das autoridades, com a venda de 30% das ações para o capital estrangeiro, o que levaria a Copasa para a privatização e, ainda, que o patrimônio das águas minerais esteja sendo entregue para o capital estrangeiro. Um dos argumentos que apareceu é o fato da ONG Nova Cambuquira defender que a água mineral é um recurso hídrico e não um mineral. Sobre esse assunto, a associação que reúne as indústrias afirmou que foi decidido na justiça e que, de acordo com a legislação vigente, a água mineral pode ser explorada como minério.

O superintendente do Departamento de Águas Minerais da Copasa, Eugênio Álvares de Lima e Silva anunciou investimentos no valor de R\$ 15 milhões, além de confirmar que a subsidiária da Copasa criada pela Lei 16.693, de janeiro de 2007, iria contratar antigos funcionários da empresa Superágua por seis meses a um ano para atuarem em Caxambu, Cambuquira, Araxá e Lambari.

Sobre a vazão espontânea das águas, Eugênio de Lima e Silva disse que a empresa iria respeitar essa vazão e explicou que esta é suficiente para a comunidade e os turistas. Segundo Silva, há um excedente de água que é desperdiçado e, segundo ele, deveria ser envazada e comercializada. Silva explicou que, inicialmente, a proposta é comercializar a água mineral nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, depois expandir para outras regiões brasileiras. Silva não descartou a possibilidade de exportar a água futuramente e argumentou que a superintendente da Copasa visa trabalhar em parceria com a comunidade, deseja promover conscientização ambiental, mobilização comunitária e apoiar os esforços para a recuperação do turismo e a proteção ambiental dos parques. Sobre as características terapêuticas citadas no painel, Silva afirmou que é preciso preservar essa característica mantendo as áreas de recarga dos mananciais.

Marília Noronha, co-fundadora e ex-presidente da ONG Nova Cambuquira, em relação a lei que criou a subsidiária da Copasa, fez as seguintes indagações:

De quem era a urgência de engarrafar a água, se a cidade necessita do turista *in loco* e não de exportar. Quem vai explorar as águas minerais? A Copasa ou, pós PPP (parceria público-privada), alguma multinacional predadora? (BANCO DE NOTÍCIAS DA ALMG, 2007, p. 2)

Representando várias ONGs presentes ao evento, Marília Noronha defendeu mais uma vez que água mineral é recurso hídrico - e não mineral - e, por isso, deve ser regulada nos

marcos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Na sua opinião, o DNPM e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) deveriam se integrar, estabelecendo regras comuns para o setor. Marília Noronha defendeu, ainda, um projeto de desenvolvimento sustentável para o Circuito das Águas, que tem a maior concentração de fontes de águas minerais gaseificadas do mundo. Esse projeto teria como bases, entre outras, a recuperação da “medicina das águas” e o fortalecimento do conceito de saúde. Para a ONG Nova Cambuquira, o engarrafamento da água mineral deve ser uma atividade secundária, pois não gera emprego nem renda, além de o envase provocar a perda do valor terapêutico da água.

Noronha, ao criticar a composição atual da Comissão Permanente de Crenologia, instituída pelo órgão, cobrou o posicionamento do DNPM. Segundo ela, a comissão continua centralizadora e empresarial, nas mãos do próprio DNPM e da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam). Essa comissão se propunha a elaborar e a implementar uma política de saúde pública baseada no uso terapêutico das águas. Marília Noronha informou que prefeitos do Sul de Minas já contestaram a comissão, em documento remetido ao DNPM.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam), Carlos Alberto Lancia, questionou os argumentos apresentados pela ONG Nova Cambuquira. Segundo ele as pessoas não consomem água mineral por causa de suas propriedades terapêuticas, mas porque tem poucas calorias, permite hidratação diária, elimina toxinas e purifica o corpo, entre outros fatores que listou. Sobre a Comissão Permanente de Crenologia, Lancia afirmou não ser contra a participação de qualquer segmento, mas ponderou que a associação tem acesso à pesquisa e à tecnologia e que não existia profissionais habilitados no tema.

Em resposta à defesa de que a água mineral é recurso hídrico, Lancia replicou que:

Doa a quem doer, a lei tem que ser cumprida. Se vocês acham que as águas minerais não são minerais, que entrem na Justiça. A Abinam adora a Justiça. Temos cara, endereço, estamos aqui. Quando quiserem debater, nos chamem.
(BANCO DE NOTÍCIAS DA ALMG, 2007, p. 2)

O inspetor da Câmara Técnica de Geologia e Engenharia de Minas da Inspetoria do Crea/MG do Circuito das Águas, Gabriel Tadeu Franqueira Junqueira, fez defesa sobre as propriedades terapêuticas como um fator que define o que é água mineral. Segundo ele, o Código de Águas determina que a água mineral é aquela que tem ação terapêutica. Ele também criticou o fato de águas engarrafadas serem classificadas como minerais. Sobre esse assunto, no ‘Jornal O Fontanário’ de agosto de 2007, em matéria relacionada a escassez de água, deixou em destaque os seguintes dizeres: “Água mineral é terapêutica e sua gestão deve ser compartilhada com o Ministério da Saúde” (JORNAL O FONTANÁRIO, 2007, p. 2)

Em outro momento, Marília Noronha publicou na página oficial da ONG Nova Cambuquira comunicado aos cambuquirenses sobre situação na Fonte do Marimbeiro:

A ONG Nova Cambuquira comunica aos cidadãos cambuquirenses, que preocupada com a situação da Fonte do Marimbeiro, tomou as seguintes atitudes que vieram a culminar na autorização de reforma total pela CODEMIG a mando do **DNPM de Brasília**: Denúncia ao DNPM em Brasília feita no dia 21/02/2008 ao diretor geral Dr. João César Pinheiro. Ofício enviado ao Promotor em 23/03/2008, que deu origem a instauração de inquérito Civil Público para apurar responsabilidade por ação ou omissão da Prefeitura e da CODEMIG. Tendo recebido resposta prontamente do DNPM de Brasília, o **Chefe do 3º Distrito** aqui esteve avaliando a Fonte do Marimbeiro. No dia 17/03/2008, esta entidade esteve no **7º Fórum de Águas em São Lourenço**, onde reafirmou publicamente o descaso com nosso Parque de Águas, por parte dos responsáveis. Dia 18/03/2008, numa visita surpresa, o DNPM de Brasília (Dr. João César), vem conferir as denúncias da ONG e diz que a situação é muito pior do que pensava. **Em teleconferência feita por Brasília**, em 18/03/2008, entre **ONG Nova Cambuquira, CODEMIG, Deputados e o Dr. João César** fica determinado que a CODEMIG terá que fazer com urgência reforma geral na Fonte do Marimbeiro e que não aceitarão uma mera maquiagem. Assim sendo, certos de estarmos sendo fiéis GUARDIÕES DE NOSSAS ÁGUAS é que a ONG Nova Cambuquira, vem a Público mostrar seu trabalho e dizer que da mesma forma que conseguiu a reforma do Marimbeiro, estará lutando também pela reforma do Parque das Águas, e sua preservação para que seja reativado o turismo em nossa cidade, adormecido pelo descaso de muitos. (NORONHA - ONG Nova Cambuquira, 2008)¹¹.

Este mesmo comunicado foi reproduzido no ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’. As denúncias da ONG Nova Cambuquira a favor da preservação e manutenção das fontes de água mineral foram reproduzidas em diferentes locais até que a ‘voz’ da ONG fosse ouvida. Muito das resoluções se deram a partir da interferência do Ministério Público do Meio Ambiente.

Do gênero reportagem, a matéria do jornal ‘O Tempo’ intitulada “Água de Cambuquira está de volta e concorrerá com Perrier” publicada em 20 de julho de 2011 (meio digital) informa aos leitores que, após dez anos fora do mercado, a água mineral de Cambuquira voltaria a ser comercializada, oficialmente, em agosto de 2011. Com propósito propagandístico e divulgativo, no mesmo texto, duas falas apresentadas que enfatizaram a importância comercial da exploração e venda da água mineral de Cambuquira:

Após dez anos fora do mercado, a água mineral de Cambuquira, Sul de Minas Gerais, voltará a ser oficialmente comercializada no mês que vem. O produto, que foi vendido pela Supergasbrás entre 1981 e 2001, retorna na categoria com o status de água mais pura do mundo, para concorrer com a famosa francesa Perrier, que custa R\$ 5,60 (a garrafa de 330 ml) nos supermercados gourmets de Belo Horizonte. Segundo um ranking usado como referência no mercado, Cambuquira só perdia em qualidade para a água Ty Nant, produzida

¹¹ Disponível em: <<http://www.acquasul.com/ong.htm>>.

no país de Gales, na Grã-Bretanha, mas ela deixou de ser envasada. Quem vende agora é a empresa Águas Minerais de Minas, subsidiária da Copasa que, além da marca Cambuquira, venceu a licitação para explorar as águas minerais de Caxambu (já no mercado), Lambari e Araxá. O envasamento da água mineral de Cambuquira começou há cerca de um mês. (O TEMPO, 2008, p. 3).

O superintendente-executivo das Águas Minerais de Minas, Eduardo Raso, afirmou na reportagem que a fábrica de Cambuquira é uma das mais modernas do país no setor de água mineral:

Já efetuamos algumas vendas para distribuidores de São Paulo e do Rio de Janeiro e já seremos a água do evento gastronômico Paladar, que acontece de 28 a 31 de julho na capital paulista. Demoramos um pouco para começar o envasamento porque fizemos grandes investimentos para adaptar a unidade às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que regula o setor. Ao todo são R\$ 7 milhões de investimentos, incluindo maquinário, reforma da planta e plano de mídia. (O TEMPO, 2011, p. 3)

O então prefeito do município na época, Evanderson Xavier, aprovou a reativação da fábrica de água mineral e argumentou que essa medida iria aquecer a economia da cidade, argumentando que “a água será vendida em todo o Brasil e vai divulgar o nome do município, atraindo turistas que vão movimentar hotéis e comércio” (JORNAL ‘O TEMPO’, 2011, p. 3).

Ainda sobre a parte econômica, já que se trata de um mineral, a exploração da água mineral também gera *royalties*, mas como a responsável pelos parques do Circuito das Águas é a Codemig, toda a arrecadação fica em poder da Codemig. Essa questão é um dos gargalos e no DRPE realizado em 2017, os participantes membros da ONG Nova Cambuquira argumentaram que o ideal é que o valor arrecadado fosse utilizado para manutenção das fontes de água mineral. Os participantes também afirmaram que para as obras a serem realizadas é necessário que a ONG entre com o respaldo do Ministério Público para obrigar, com mandato judicial, a Codemig cumprir com suas responsabilidades.

Na edição de 534, de 02 a 31 de outubro de 2012 do ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ a matéria “Água da Mantiqueira: Nasce o nosso novo Circuito Turístico”, do gênero reportagem, apresenta a nova marca do projeto desenvolvido em parceria com o Sebrae Minas:

Figura 38 - Marca do projeto “Águas da Mantiqueira de Minas”.



Fonte: Encontro - O Jornal de Cambuquira (2012, p. 1)

De cunho informativo, a matéria no jornal introduz o assunto da nova marca ao leitor:

Concluindo uma consultoria do SEBRAE com uma empresa internacional contratada para desenvolver uma nova marca para o nosso circuito turístico (o “Circuito das Águas” é uma marca que não poderia ser registrada), em breve será apresentada oficialmente a nova política turística para a nossa região. A nova marca (na foto em destaque) foi apresentada extra oficialmente ao “Comitê Gestor para o Desenvolvimento de Cambuquira” em reunião realizada no Sindicato Rural no dia 18 de Outubro pela equipe do SEBRAE, devendo o assunto voltar às nossas páginas nas próximas edições. O Circuito Turístico “Águas da Mantiqueira de Minas” reúne, além de Cambuquira, as cidades de Baependi, Carmo de Minas, Caxambu, São Lourenço e Lambari, tendo como símbolo uma gota contendo nosso céu azul e o relevo das montanhas que originariam nossas águas. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 534, 2012, p. 1)

O projeto do circuito turístico ‘Águas da Mantiqueira de Minas’ vai além da proposta do circuito turístico proposto pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Inicialmente é necessário esclarecer que a criação dos circuitos turísticos em Minas Gerais é fruto de política pública do Governo do Estado de Minas Gerais com o objetivo de descentralizar o poder e aumentar a participação popular. A justificativa para a criação dos circuitos turísticos centrou-se na necessidade de que políticas públicas colaborassem para a preservação dos patrimônios naturais e materiais e que favorecessem o desenvolvimento turístico local. (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS, 2016). Nessa perspectiva, Cambuquira faz parte do Circuito Turístico das Águas de Minas Gerais. Como apresentado na nota do jornal, o projeto do circuito turístico ‘Águas da Mantiqueira de Minas’ é um plano a parte e foi

desenvolvido com o objetivo de, por meio da atividade turística, ampliar a integração entre os municípios envolvidos de forma a fomentar a rede de negócios regional e manter a riqueza dentro da região com foco nas fontes de água mineral (CORREIO DO PAPAGAIO, 2015).

Na edição 535 de 01 a 30 de novembro de 2012, na primeira página do ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ está a notícia “ONG faz importante comunicado: ‘Nova Cambuquira’ dá notícia de sua adesão à proposta para criação de um Geoparque hidrológico junto à UNESCO”. As informações sobre a matéria foram recebidas por e-mail e, com o propósito informativo e divulgativo, outros assuntos sobre a ONG Nova Cambuquira também foram elencados:

[...] a presidente da “ONG Nova Cambuquira”, Marília Noronha, deu a seus associados e cambuquirenses importantes notícias para o futuro das Águas Minerais do Sul de Minas: o possível tombamento junto ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (a exemplo do que está ocorrendo com o Parque de Caxambu), e criação de um Geoparque hidrológico, englobando todo o Circuito das Águas, junto à UNESCO, por iniciativa do Engenheiro Carlos Fernando de Moura Delphim [...] A boa notícia de final de ano da ONG Nova Cambuquira também dá conta de uma filmagem realizada por uma equipe de uma TV alemã em nossa cidade, filmagem esta promovida pelo ambientalista Franklin Frederick, abordando o “movimento contra o envasamento de água e água como commodities”. Marília Noronha também comunicou que a ONG cambuquirense conseguiu “alguns projetos interessantes que serão desenvolvidos pela nova gestão da ONG, a partir de janeiro de 2013”, reservando-se o direito de divulgá-los somente após o fechamento do contrato. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 535, 2012, p. 1).

De acordo com a mesma edição do jornal, mas do gênero entrevista, Carlos Fernando de Moura Delphim, arquiteto e coordenador-geral de patrimônio natural do Iphan na época, explicou que a proposta de criar o Geoparque era para todo o Circuito das Águas. A entrevista foi realizada por Esther Lucio Bittencourt no site ‘Café História’¹² e reproduzida no ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’. O foco principal da entrevista foi que fosse contada a história do Tombamento do Parque das Águas de Caxambu, mas como a proposta é o Geoparque para todo o circuito, quando perguntado sobre a amplitude e significado de um Geoparque para a região do Circuito das Águas, Delphim explicou que:

A amplitude será conferir um reconhecimento mundial. A declaração de Geoparque pela UNESCO é uma forma de reconhecimento do valor planetário da geologia de um lugar. Pode-se objetar que não é um sítio geológico mas hidrológico. Todavia todas as qualidades da água estão associadas à geologia da região. [...] Com a criação espera-se que o turismo seja muito maior já que pessoas que nunca iriam aí para fazer estação de águas passariam a ir para efetuar estudos e conhecimentos mais científicos de geologia e hidrologia. Um geoparque contempla prioritariamente a geodiversidade, a educação sobre

¹² Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com>>

temas geológicos e a sustentabilidade dos lugares onde se situa. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 535, 2012, p. 3).

Desde então, o plano de Geoparque passou a aparecer nos planos de ação da ONG Nova Cambuquira e foi ratificado durante a realização do DRPE em janeiro de 2017 quando, em momentos diferentes, os participantes - mesmo aqueles que não eram membros da ONG - reafirmaram a importância da criação do Geoparque.

Na edição 537 de 22 de dezembro de 2012 a 30 de janeiro de 2013 do ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ coloca em evidência a matéria “Águas Minerais de Minas são destaque na imprensa internacional e estadual”:

As “Águas Minerais de Minas”, subsidiária da estatal COPASA, responsável pelo engarrafamento da nossa água mineral, ganhou as páginas internacionais da Internet e dos jornais mineiros no início de 2013. No site sobre economia e negócios “bnamericas.com”, especializado em negócios e investimentos, o destaque é o aporte de mais de mais de um bilhão de reais por parte do Governo de Minas na empresa estatal, cabendo às “Águas Minerais de Minas” a quantia de 880 milhões de reais. Agora a “AMM” está preparando a comercialização das águas de Cambuquira, Caxambu, Lambari e Araxá em todo o país, mas de olho no mercado internacional, como demonstra a segunda notícia, está vinculada inicialmente na imprensa mineira, dando conta da participação das águas “Cambuquira” e “Caxambu” no “Madrid Fusion 2013”, apresentadas como “Águas de Mesa” aos 100 melhores chefs espanhóis presentes, além de representantes de todos os continentes. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 537, 2012-2013, p. 3)

O gênero reportagem de cunho informativo ilustrou as reportagens citadas no texto na Figura 39:

Figura 39 - Reportagens que deram destaque as Águas Minerais de Minas.



Fonte: Encontro - O Jornal de Cambuquira (Edição 537, 2012-2013, p. 3)

Na mesma edição, de gênero informativo, o 'Encontro - O Jornal de Cambuquira' publicou sobre a nova diretoria da ONG Nova Cambuquira. A notícia enfatiza que, em relação ao novo grupo da direção da ONG está "[...] um novo grupo de cidadãos conscientes e de jovens lideranças assumindo os cargos; todos amparados pela atuação eminentemente ambientalista e cívica de seus antecessores" (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 537, 2012, p. 2). Ainda sem formação oficial como organização não governamental:

No final da década de 90, a “Nova Cambuquira” se destacou regionalmente com as ações promovidas em conjunto das outras ONGs do Sul de Minas, e que impediram a realização de uma Licitação para engarrafamento das águas minerais sob a guarda da CODEMIG, Licitação esta danosa para nossos fontanários e que, em 2004, levou o então governador Aécio Neves a criar uma subsidiária para a COPASA, a “Águas Minerais de Minas”, hoje responsável pelo engarrafamento de nossas águas. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 537, 2012, p. 2)

Na edição 550 de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014 do ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’, o texto de gênero carta intitulada “A “briga” pelas águas do parque...” de Maurício Bertolossi Moreira retrata uma reclamação em tom de denúncia de irregularidades em relação a coleta de água no Parque das Águas:

[...] Lamentavelmente observei turistas, saindo de mãos vazias, levados pelo desânimo ao se depararem com filas em quase todas as fontes. Muito embora o povo da cidade, em sua maioria, dê a preferência ao turista para encher um copinho d’água, isso não basta. Muitos são os turistas que desejariam levar ao menos 1 litro da tão **maravilhosa água**, mas ficam sem graça diante das filas nas fontes. As fontes de todas as gasosas (1,2 e 3), a fonte do barracão e a Magnesiana estão invariavelmente com filas, repletas de garrafas, desorganizadas. Observo que na maioria das vezes são pessoas de cidades vizinhas, que, talvez, não sejam comprometidas com o turismo local, nem com a economia de Cambuquira. Pessoas vêm de Varginha, Três Corações e outras cidades, encher garrafas PET, a 0,25 centavos o litro e as revendem em suas cidades por 1,00 real. Trata-se de um “mercado paralelo” das Águas de Minas, que supre a falta de emprego que se vê... **Alguns cambuquirenses também usam da mesma estratégia pra fazer seu caixinha extra e conseguem vender água pega de graça na madrugada, por 0,75 centavos. São verdadeiros “profissionais” da água Cambuquira.** (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 550, 2013-2014, p. 6)

Maurício Bertolossi Moreira defende a água mineral do Parque das Águas em Cambuquira como bem comum, mas que deveria ser melhor gerida para evitar o que chama de “mercado paralelo das Águas de Minas”:

Eu me pergunto: o poder público não sabe de nada disso? Será que é inviável se organizar essa situação? A água é de todos, mas tem que ser principalmente do povo de Cambuquira! Sondei com funcionários do Parque que me disseram que o cambuquirense mesmo, por questões financeiras, não consegue comprar mais que 20 litros ao mês. Então, quem está levando essa água toda são nossos vizinhos? [...] Finalmente, vigiar a quantidade de garrafas que as pessoas levam pra encher. [...] acho que o Poder Público não pode fechar os olhos a tudo isso. A não ser que queira pagar o preço de ver o turista ainda mais longe de Cambuquira. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 550, 2013-2014, p. 6)

Maurício Bertolossi Moreira se auto intitula como “antigo turista” do município de Cambuquira, então podemos considerar que o texto enviado e publicado no ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ é uma reclamação legítima de um visitante do município e percebe os

problemas relacionados à água mineral do parque. No segundo dia de realização do DRPE, na técnica Caminhada Transversal, o grupo de pesquisadores que acompanhou a caminhada no Parque das Águas relataram que ouviram o mesmo problema: coleta e venda irregular da água mineral até os dias atuais (DRPE, 2017).

Na edição 553 do ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ de 2014, em reportagem intitulada “Ação Civil é esperança ambiental das águas minerais ameaçadas: fontes do Parque de Cambuquira são alvo da proteção do Ministério Público de Minas Gerais” é reproduzido um resumo da Ação Civil apresentada à justiça. A Ação Civil foi instaurada pelo Ministério Público Estadual e reuniu um conjunto de ações a serem executadas pelos responsáveis em preservar e guardar os bens naturais - fontes, mata, etc. - abrigados no Parque das Águas de Cambuquira. A mesma notícia foi publicada na página oficial do *facebook* da ONG Nova Cambuquira:

Pedidos para COPASA e CODEMIG:

- Análises de determinação mensal da descarga de propriedades físicas e físico-químicas das águas minerais, bem como análises químicas periódicas;
- Análise completa, no mínimo, a cada três anos, para verificação da composição das águas, mediante solicitação ao DNPM, a fim de que seja feito estudo in loco do LAMIN/CPRM, em TODAS as captações; - Aferição semestral da potabilidade das águas, mediante análises. Pedidos para CODEMIG, COPASA e MUNICÍPIO DE CAMBUQUIRA:
- Monitoramento trimestral da VAZÃO DAS FONTES, com registro em planilha de valores, por período de no mínimo 02 anos, para fins de RECAPTAÇÃO, se tal medida se mostrar ambientalmente apropriada;
- Apresentem, em 60 dias, projeto de saneamento da área a montante das captações do Parque, para viabilizar instalação de redes coletoras, com exame da VIABILIDADE LOCACIONAL pela SUPRAM;
- Apresentem, em 60 dias, projeto de recuperação das águas e margens do Córrego da Lavra, vez que gravemente afetado;
- Em 1 ano, apresentem plano de educação ambiental, com cronograma de atividades e ações integradas, como parte integrante do licenciamento ambiental do empreendimento de extração de águas minerais.

Pedidos para COPASA:- Apresente, em 60 dias, protocolo de instauração de Processo de Licenciamento Ambiental junto à SUPRAM;

- Apresente Licença Prévia do processo de licenciamento, EIA/RIMA e Planta Planialtimétrica, com delimitação das áreas de recarga, bem como do fluxo subterrâneo de águas do lençol e aquífero, a fim de ser analisado eventual impacto negativo da atividade de exploração das águas minerais;
- Implante, em 60 dias, sistema de monitoramento qualitativo e quantitativo das fontes, com análises SEMANAIS.

Pedidos para o Município:

- Apresente, em 90 dias, plano de atuação e gestão de serviços sanitários, com cronograma de execução, nos bairros situados no entorno do Parque, de acordo com os limites da área de proteção ambiental, impedindo o lançamento sanitário in natura no Córrego da Lavra, o qual vem sendo importante fonte de contaminação;
- Apresente, em 01 ano, plano de atuação e gestão para criação de zonas de PROTEÇÃO AMBIENTAL, de forma a preservar as águas e as áreas de proteção permanente, mormente as matas ciliares do Córrego da Lavra e suas nascentes;

- Adote todas as medidas necessárias, em 90 dias, para NÃO PERMITIR O TRÁFEGO DE CAMINHÕES PESADOS, impedindo-se, ainda, O TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS NO ENTORNO DO PARQUE DAS ÁGUAS;
 - Fiscalização permanente na Figueira, de forma a impedir a perfuração ilegal de poços tubulares ou artesianos, sem prejuízo de identificação dos já existentes, PARA FINS DE LACRAÇÃO, mediante comprovação nos autos;
 - Abstenha-se de autorizar novas edificações no bairro da Figueira, a qualquer título;
 - Abstenha-se de autorizar novas intervenções no bairro da Figueira.
- Medidas Técnicas e Ambientais
- Para a COPASA:
- Planta planialtimétrica, com medidas corretivas.
- Para o MUNICÍPIO:
- Inventário atualizado da rede coletora de esgoto dos bairros Figueira, Lavra, Bela Vista, Regina Coeli e Centro, efetivando medidas corretivas quanto ao nitrato das fontes;
 - Levantamento de residências em zona rural, com a forma de destinação de seus efluentes e resíduos domésticos, mediante descarte no ambiente e oferecendo orientação e apoio técnico quanto às fossas sépticas;
 - ATUALIZE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMBUQUIRA, COM DEBATE PÚBLICO E TÉCNICO ACERTA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO BAIRRO DA FIGUEIRA;
 - Fiscalização permanente na Figueira, impedindo construções clandestinas.
- Para a CODEMIG e MUNICÍPIO:
- Se demonstrada inviabilidade jurídica e ambiental da Figueira, adotar todas as medidas necessárias para reparação dos danos ambientais ocasionados, revertendo-se o quadro de contaminação;
 - CERCAMENTO DO ENTORNO DA MATA, sem prejuízo de outras medidas de preservação que se fizerem necessárias. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 553, 2014, p. 1).

Ao término do resumo sobre a Ação Civil, a presidente da ONG Nova Cambuquira, Ana Paula Lemes de Souza, aproveitou para “agradecer imensamente e publicamente ao Ministério Público, nas pessoas do Sr. Cristiano Rocha Gazal e Sr. Bergson Cardoso Guimarães, que têm sido verdadeiros anjos da guarda quanto às lutas da ONG NOVA CAMBUQUIRA” (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 553, 2014, p. 1) e ressalta que o agradecimento foi em nome de todos os cambuquirenses.

Ainda na Edição 553 de abril de 2014 do ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’, de gênero reportagem e cunho informativo, noticia sobre o “1º Fórum Nossa Água”, ocasião em que o município recebeu o selo de “Blue Community”.

Figura 40 - Matéria sobre 1º Fórum Nossa Água e Blue Community.

Ambientalista canadense vem ao “1º Fórum Nossa Água” e inaugura “Blue Community” em Cambuquira

Cambuquira será a primeira “Blue Community” da América do Sul, se unindo ao movimento mundial que postula o acesso à água como um bem humano universal, com qualidade e fácil acesso. A nomeação é uma criação do *Council of Canadians*, movimento social canadense criado na década de 80 por, entre outros, **MAUDE BARLOW**, ativista e escritora de fama global por sua luta em prol de causas sociais no seu país e, agora, internacionais. A “diplomação” acontece no próximo dia



7 de junho, sábado, durante o 1º Fórum Nossa Água, quando esta e outras questões serão apresentadas e debatidas. Os palestrantes serão, além de Maude Barlow, o Promotor de Justiça Dr. **Bergson Cardoso Guimarães**, o coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Estado de Minas Gerais Dr. **Marcos Paulo de Souza Miranda** e a historiadora **Paula Novais**.

Para inscrição e maiores informações, acesse o site: <http://nossaagua.tk/>

Fonte: Encontro - O Jornal de Cambuquira (Edição 553, 2014, p. 1)

Apesar de informar os leitores sobre o selo e quem são as pessoas presentes no evento, o texto não traz muitas informações sobre o que de fato significa o selo para a comunidade. Além disso, a reportagem não convida a participação da população para o evento:

Cambuquira será a primeira “Blue Community” da América do Sul, se unindo ao movimento mundial que postula o acesso à água como um bem humano universal, com qualidade e fácil acesso. A nomeação é uma criação do *Council of Canadians*, movimento social canadense criado na década de 80 por, entre outros, **MAUDE BARLOW**, ativista e escritora de fama global por sua luta em prol de causas sociais no seu país e, agora, internacionais. A “diplomação” acontece no próximo dia 7 de junho, sábado, durante o 1º Fórum Nossa Água, quando esta e outras questões serão apresentadas e debatidas. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 553, 2014, p. 1).

Durante a realização do DRPE (2017), no primeiro dia o pesquisador que estava conduzindo a técnica indagou aos participantes o que significava o selo de Comunidade Azul e quais eram os princípios que deveriam ser seguidos pela comunidade com esse selo. Percebemos que poucos participantes memorizaram os princípios, mas que compreendiam a importância do selo para o município e entendiam, em suma, o que significavam os princípios.

A Figura 41 é o certificado de reconhecimento de Cambuquira como ‘Comunidade Azul’ e está assinado pela Presidente Nacional do Conselho Canadense da Comunidade Azul, Maude Barlow.

Figura 41 - Certificado Comunidade Azul.



Fonte: <<http://docsnovacambuquira.000webhostapp.com/index.php/sobre/cidade-azul>>.

Como é possível perceber, após a criação da ONG Nova Cambuquira muitos dos discursos - gêneros primários - sobre a água como bem comum e a não exploração dessa água mineral por grandes empresas foram se repetindo e sendo legitimados por gêneros secundários, como decisões homologadas pelo Ministério Público e o selo de Comunidade Azul, por exemplo. Pelos argumentos referentes ao título de Comunidade Azul, ainda durante a realização do DRPE, foi possível observar que ter o selo significava, para a ONG Nova Cambuquira, mais um respaldo para proteger as fontes de água mineral da exploração das grandes empresas.

Utilizando o título de 'Cidade Azul', o Projeto Mover se apresenta à comunidade de Cambuquira. Sobre o projeto, o 'Encontro - O Jornal de Cambuquira', em sua edição 558 de outubro a novembro de 2014, o jornal apresentou reportagem com propósito informativo e divulgativo de acordo com a Figura 42.

Figura 42 - Projeto Mover Cambuquira, Cidade Azul se apresenta à comunidade.

Projeto Mover - Cambuquira, Cidade Azul se apresenta à comunidade



Com o objetivo de ampliar e disseminar as noções advindas do título de “Cambuquira - A Cidade Azul”, a primeira da América Latina, nasceu no dia 4 de outubro o “PROJETO MOVER”, objetivando facilitar o diálogo entre as frentes que atuam na cidade, gerar comunicação, buscar soluções em conjunto, a partir da união do talento de empreendedores e de artistas locais, agregando pessoas, ideias e movimentos. Após o lançamento, a partir do dia 30 de outubro, teve início o momento de a equipe, liderada por ESCADAS PRODUÇÕES, ASSOCIAÇÃO PRÓ-TURISMO,



Projeto Mover

CAFÉ SANTA QUITÉRIA, POUSADA REALIZA e ANTIQUÁRIO PASSADO PRESENTE, começar a realizar visitas aos diversos setores da comunidade; do Comércio e Associações de Bairros à Câmara de Vereadores (com Alexandre e Pâmella nas fotos acima), dentro de um plano de ações e de divulgação, informação e conscientização já formatado.

Para o leitor obter maiores informações e saber como participar, acesse ao site <http://www.projeto mover.com.br/> e <http://on.fb.me/1tVaMGr>, no Facebook. - Vamos MOVER!!!



No lançamento do “MOVER”, parceiros empreendedores deram depoimentos e exemplos das ações a seguir.

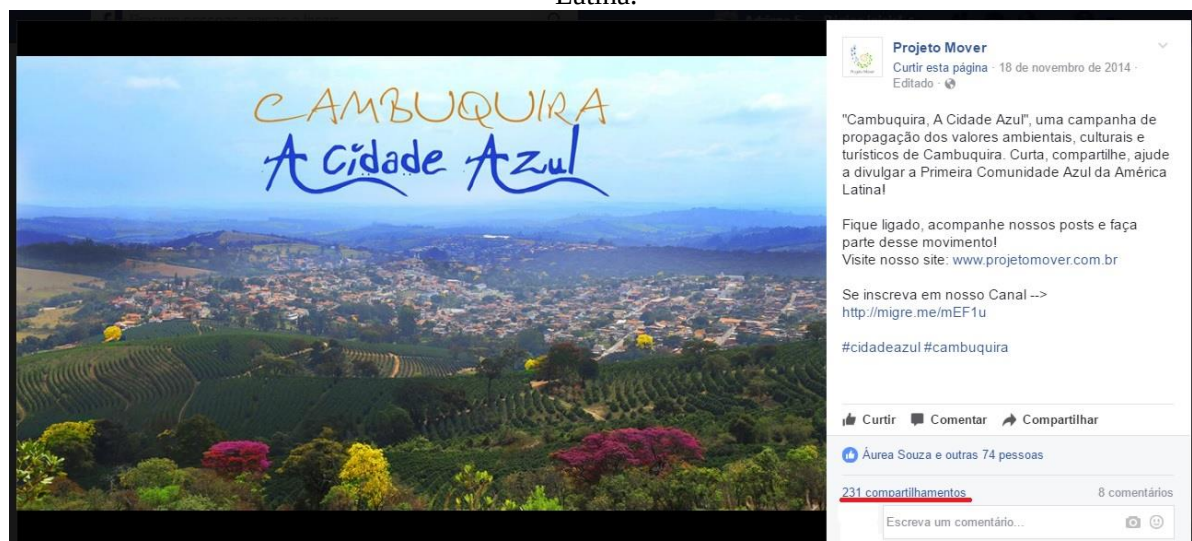
FOTOS: www.projeto mover.com.br

Fonte: Encontro - O Jornal de Cambuquira (Edição 558, 2014, p. 2)

Como apresentado no recorte da reportagem, o Projeto Mover tem o objetivo de ampliar e disseminar as ações advindas do título de “Cambuquira - A Cidade Azul”, para “[...] facilitar o diálogo entre as frentes que atuam na cidade, gerar comunicação, buscar soluções em conjunto, a partir da união do talento de empreendedores e de artistas locais, agregando pessoas, ideias e movimentos.” (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 558, 2014, p. 2).

A seguir, na página oficial do Projeto Mover na rede social *Facebook* mais uma vez, em uma de suas postagens, divulga o município de Cambuquira como “A Cidade Azul”:

Figura 43 - Divulgação do título de Cambuquira como primeira Comunidade Azul da América Latina.



Fonte: Página oficial do Projeto Mover no facebook (2014).

Na primeira página da Edição 564 do ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ de 2015 encontra-se a reportagem “Governo anuncia o fim da ‘Águas Minerais de Minas’”. A matéria diz respeito a extinção da ‘Águas Minerais de Minas Gerais - AMMG’ em nota divulgada pela COPASA:

FATO RELEVANTE: A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, em atendimento à Instrução CVM n.º 358/02, na qualidade de controladora e interveniente no Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários, Equipamentos, Instalações de Envasamento das Águas Minerais de Caxambu, Lambari, Cambuquira e Araxá, situadas nos respectivos municípios de Minas Gerais, firmado entre sua subsidiária integral COPASA Águas Minerais de Minas – AGMM e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, vem a público informar a seus acionistas e ao mercado em geral que, por mútuo acordo, está formalizando o distrato do compromisso com aquela arrendadora, a partir de 01 de junho de 2015, com o processamento das indenizações na forma e modo previstas no contrato. Comunica também que, a partir daquela data, a AGMM será contratada pela CODEMIG, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, para operação, manutenção e vendas das águas minerais, mediante a formalização dos procedimentos para tanto necessário e demais condições a serem ajustadas também de comum acordo. Belo Horizonte, 14 de maio de 2015. Edson Machado Monteiro - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 2015, p. 1)

O redator critica a nota divulgada pela Copasa, pois argumenta que não teve nenhum tipo de consulta pública às populações e autoridades das cidades em que ocorre o envase e acredita que, diante do fato, “**A garrafinha que ilustra nossa matéria pode virar peça de museu, mesmo depois de tanto investimento**” (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 2015, p. 1).

Figura 44 - Garrafinha de água da Fonte Roxo Rodrigues.



Fonte: Encontro - O Jornal de Cambuquira.

Ainda sobre o assunto, em maio de 2015 o Jornal Estado de Minas publica a seguinte nota: “Copasa sem água mineral: Empresa de saneamento desfaz contrato de exploração das marcas Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari. Justificativa é que o negócio dava prejuízo de até R\$ 8 milhões por ano” (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015, p. 1)

No dia 14 de maio de 2015, a Copasa anunciou o fim do contrato com a Codemig. No entanto, no dia 1º de junho de 2015, as duas empresas fecharam um contrato tampão para a continuidade do envase até que outra empresa assuma a exploração das águas (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015). Conforme já apresentado, a Águas Minerais de Minas (subsidiária da Copasa) tinha concessão para explorar as fontes de água mineral de Cambuquira desde 2007.

Diante disso, foi realizada uma audiência em 09/06/2015 pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) com o intuito de que as estatais que geriam a água no município informassem a situação atual da mesma. Entretanto, nenhum representante da Copasa ou Codemig participou da audiência e a ausência de representantes destas instituições motivou a apresentação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) para que elas encaminhassem à comissão informações sobre as circunstâncias do fim do contrato (JORNAL ARAXÁ¹³, 2015).

¹³ Disponível em: <<http://jornalaraxa.com.br/noticia/pagina/id/2453>>.

Autor do requerimento que motivou a audiência, o deputado Dalmo Ribeiro Silva questionou o porquê da Codemig ter realizado um contrato tampão com a Copasa pelo prazo de um ano, considerando que o fim do contrato de concessão entre as empresas tinha sido anunciado poucos dias antes. Na busca de esclarecimentos sobre a questão, o parlamentar apresentou um requerimento para que as empresas enviassem à comissão as cópias dos contratos firmados para exploração das águas minerais, bem como os termos do fim do contrato e também do contrato tampão (JORNAL ARAXÁ, 2015).

A Copasa justificou inviabilidade econômica na gestão das quatro estâncias hidrominerais e que acredita ser uma alternativa viável a realização de licitação da exploração das águas como aconteceu em São Lourenço. Esse posicionamento é um dos motivos que preocupam a ONG Nova Cambuquira, pois a luta desta organização é justamente para proteger a água mineral de ser explorada nos moldes que ocorreu no município de São Lourenço, isto é, por uma multinacional.

No Editorial do ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’, Edição 572 de fevereiro a março de 2016, é anunciado que o Governo Estadual desmantelou a ‘Águas Minerais de Minas’ e que empresa sem experiência no setor de água mineral assumiria o engarrafamento até a privatização planejada ainda para 2016:

O Governo do Estado de Minas Gerais, em continuidade ao anunciado em maio de 2015, acaba de demitir os 52 funcionários (concursados) da subsidiária da Estatal COPASA, a ÁGUAS MINERAIS DE MINAS – AMM, trabalhadores nos engarrafamentos nas cidades de Cambuquira, Caxambu, Lambari e Araxá. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 572, 2016, p. 1)

O redator do jornal, Sylvio Britto, argumenta que diante da situação, nem a Prefeitura Municipal de Cambuquira ou a Câmara dos Vereadores se manifestaram. Na oportunidade, o redator afirma que as ONGs do Sul de Minas, com o respaldo e parceria do Ministério Público abrem espaço para o caminho da legalidade e legitimidade. Diante disso, reafirma que as ONGs são essenciais para a engrenagem e aperfeiçoamento das instituições e da democratização da “máquina pública”:

Existe um convívio atemporal entre o “Lado da Luz” e o “Lado das Trevas” nessa questão, como um imenso iceberg com uma parte sua visível e outra parte oculta, submersa. De um lado há quem entenda que águas minerais são medicinais (elas têm essa qualidade, entre outras), devendo ser garantido o amplo acesso público a cada fonte, além da sua perenidade e qualidade, cabendo ao Poder Público o papel de instrumento de defesa efetiva desse “**Bem Público**”; bem de valor incalculável para as futuras gerações. Do outro lado estão os que acreditam que nossas águas minerais devem ser tratadas **como minério**, quando é permitida sua exploração à exaustão, como ocorre

com um veio de ouro ou qualquer outro minério valioso. Para estes, não tem relevância o futuro esgotamento daquele bem natural, contanto que tenha gerado riqueza, empregos, impostos e desenvolvimento social, mesmo que temporariamente... (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 572, 2016, p. 1)

Na mesma Edição, Sylvio Britto publica “Nota pública de esclarecimento e de repúdio” enviada pela presidente da ONG Nova Cambuquira, Ana Paula Lemes de Souza. Na nota está um protesto em relação a uma entrevista do então prefeito Evanderson Xavier à rádio Transmineral FM e um encarte produzido pela equipe de comunicação da Prefeitura Municipal de Cambuquira em que constava a informação que a reforma do Parque do Marimbeiro foi fruto da administração que se encerra em 2016. A nota pública esclarece que a reforma do Parque das Águas do Marimbeiro foi fruto de uma Ação Judicial baseada em denúncia feita pela ONG Nova Cambuquira e que o Ministério Público pediu a condenação da Codemig e apresenta o histórico sobre essa demanda conflituosa iniciada em 2008 (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 572, 2016):

- Em dezoito de junho de dois mil e quatorze, a ONG obteve respostas referentes a antigas denúncias quanto à ação interposta pelo Ministério Público contra a CODEMIG no tocante às obras de conservação do Parque do Marimbeiro.
- Em setembro de 2013, o juiz proferiu decisão na qual concluiu que a CODEMIG não comprovou nos autos a implantação do projeto existente entre ela e a Rural Minas, julgando assim descumprido o acordo celebrado às fls. 356/357, ou seja, concluiu que a CODEMIG não promoveu as obras necessárias para a conservação da Fonte do Marimbeiro.
- A CODEMIG interpôs agravo de instrumento contra a referida decisão, porém o agravo foi recebido apenas no efeito devolutivo e não no suspensivo, em 04 de outubro de 2013. Com isso a CODEMIG deveria cumprir o acordo, posto que a decisão não estava suspensa, o que não foi feito.
- O Ministério Público, em 19 de fevereiro de 2014, requereu que a Executada fosse intimada para o pagamento da multa, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), devidamente corrigida, mediante comprovação nos autos, sem prejuízo de todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de fazer, conforme art. 461, §5º, c/c os arts. 633 e 634, do Código de Processo Civil, mediante depósito em conta judicial remunerada, até ulterior deliberação do juízo, uma vez que o agravo ainda estava pendente de julgamento.
- Em 24 de abril de 2014 o Ministério Público foi intimado para dizer como iria proceder à execução da sentença, sob a modalidade pretendida e indicar a empresa que pudesse realizar as obras. O parquet manifestou que, sendo a executada (CODEMIG) Empresa de Economia Mista da Administração Indireta do Governo do Estado de Minas Gerais, a execução da obrigação de fazer por terceiros deveria ser viabilizada por meio da concorrência pública.
- Na oportunidade, o Ministério Público juntou aos autos o andamento do agravo de instrumento, no qual o Tribunal de Minas Gerais NÃO PROVEU o

pedido da CODEMIG e manteve a decisão com a referida multa. Por último, o processo foi concluído em 12 de junho de 2014 e o juiz proferiu um despacho dizendo que “a multa passou a ser definitiva, haja vista o não provimento do agravo”. Determinou a intimação da CODEMIG para o depósito do valor da multa, no prazo de 15 dias, e quanto às obras, o prazo para viabilizar a concorrência, observado que não fez o que lhe competia. O referido despacho foi publicado em 18/06/2014 e o prazo final para a CODEMIG cumprir a determinação venceu em 07/07/2014. Em janeiro deste ano, começaram as obras de reforma da fonte e dos banheiros do Parque do Marimbeiro, graças à ação impulsionada pela ONG Nova Cambuquira, que pediu representação do Ministério Público contra a CODEMIG para que houvesse a Reforma. Dito isto, cobramos uma postura honesta da Administração Municipal na correta divulgação dos fatos, assumindo apenas o que lhe é devido, ao invés de tomar os méritos das “conquistas” realizadas na cidade e deixar o restolho, todos os “problemas” a cargo dessa sociedade civil organizada, que sempre agiu colocando em prioridade os interesses dos cambuquirenses e preservando o que temos de mais precioso na cidade, a nossa água mineral, custe o que custar. Está na hora de fazer uma política limpa, com hombridade e, principalmente, respeitando as pessoas que trabalham incansavelmente por esta cidade, com amor, de forma gratuita e despretensiosa. Att., Ana Paula Lemes de Souza (Presidente), juntamente com toda a equipe atual e pretérita da ONG Nova Cambuquira. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, EDIÇÃO 572, 2016, p. 2).

Mais uma vez, a ONG Nova Cambuquira assumiu a responsabilidade de cobrar dos órgãos responsáveis pela gestão do Parque das Águas e das fontes de água mineral que assumissem a responsabilidade diante de situações conflituosas. E novamente precisou do respaldo do Ministério Público para alcançar resultados satisfatórios.

Para finalizar as discussões analisadas ao longo dos últimos 30 anos, optamos em ilustrar com uma carta sobre a recaptação das fontes do Parque das Águas de Cambuquira. Do gênero carta e/ou relato histórico, com o propósito informativo, escrito por Manoel Dias dos Santos Brandão (já falecido) em 1976, o texto intitulado “A quem interessar possa” é reproduzido no ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ todos os anos, até que seja feita a recaptação das fontes:

[...] Faz pois, mais de 50 anos que já reclamava as revisões protetoras das nossas fontes. Esclareço, para melhor compreensão do assunto, que as águas das fontes do Parque de Cambuquira, em virtude de sua variada composição e proximidade, foi necessário adotar em suas captações sistema ou processo de poço (a céu aberto). Feito o poço, suficiente amplo para nele se trabalhar, chega-se à rocha (no Parque varia de 3 a 5 metros de profundidade) que é trabalhada para se remover toda a parte decomposta, afim de deixar bem limpa a fratura da rocha original, de onde brota a água. Neste local é então feita uma pequena, mas suficiente, resistente caixa-coletora, para impedir qualquer contato com a água do Lençol Freático. Daí, até a superfície, onde se encontra o equilíbrio hidrostático, a água é conduzida num tubo de material inatacável (ex.: tubo de quartzo). Nas nossas fontes foram utilizadas matérias da época (ex.: manilhas de barro-vidrado) que se deterioraram, possivelmente, pelo tempo já passado. O fato é que, aparentemente, perderam o gás e alteraram, possivelmente, a composição, seja por defeito nas manilhas ou nas caixas-

coletoras. Na Fonte Roxo Rodrigues (Barracão) este defeito evidenciou-se pouco tempo após a sua captação. Era rica de gás, como a gasosa. O engenheiro Américo Werneck, concessionário das águas de Cambuquira e Lambari, ia preferi-la para engarrafamento industrial quando, tentando elevar o nível de colheita da água, danificou, supõem-se, à base de captação (caixa-coletora). A água sumiu, reaparecendo mais tarde sem o gás primitivo. Este é um exemplo para um programa futuro de receptação desta e demais fontes do Parque de Cambuquira. Deve-se adotar o mesmo processo de “céu aberto”, mas com materiais recomendáveis. Não acredito que o Lençol Freático contamine as águas, a não ser em grande escala demográfica sem rede de esgoto. As águas minerais, especialmente as gasosas que tem origem profunda, quando bem captadas não sofrem influência direta do Lençol Freático. Podem ser captadas, até mesmo, dentro de um lago, como há na Europa e aqui mesmo em São Lourenço, nas margens de um lago artificial feito propositalmente para evitar escapamento de gás no terreno. O lago funciona como um tampão. Em Lambari são ruas e casas no entorno de sua abundante fonte. Não quero com isto dizer que não se deva tomar providências de higiene entorno das fontes, como remoção dos moradores numa área que há um século foi reservada para proteção e desenvolvimento da prática hidromineral e que deveria já estar reflorestada. Acima de tudo está a restauração das Fontes, nossa inestimável ecologia, que devemos entregar sadia a nossos descendentes, que recebemos de DEUS de mão beijada! DR. MANOEL DIAS DOS SANTOS BRANDÃO – CAMBUQUIRA, 1976. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 2016, p. 1)

Após publicação da carta, na nota da redação, o redator Sylvio Britto acrescenta que, em 1960, Manoel Brandão deixou de ministrar injeções de água mineral da fonte magnesiana por considerá-la com a integridade alterada. Ele recomendava a utilização da água mineral da fonte Sulfurosa do balneário para tratamento termal de doentes com hipertensão, artrite e artrose, e que, as águas da fonte do Marimbeiro, eram as melhores do mundo para tratar tais doenças. Manoel Brandão objetivava, além da recaptação das fontes do Parque das Águas em Cambuquira, ver construído um Balneário Termal no Parque das Águas do Marimbeiro.

Após nota da redação, com o intuito de atualizar as informações técnicas escritas na carta de Manoel Brandão, alguns pontos são esclarecidos pelo redator do jornal:

- O poço era aberto sem que houvesse segurança de se encontrar a fratura da rocha com precisão e necessário bombeamento constante da água. Atualmente, com o uso de “sonar ou scanner” a precisão é total.
- A caixa-coletora era confeccionada de concreto anteriormente e era fixada precariamente. Atualmente existem “cimentos instantâneos”, como os usados em poços de petróleo no mar e a caixa-coletora pode ser em aço inox ou acrílico de grande resistência.
- O equilíbrio hidrostático é um conceito da mecânica dos fluidos significando um balanço entre o campo gravitacional e o gradiente de pressão.
- Os tubos e junções atualmente possuem grande tecnologia e variedade de material que pode ser empregado. (ENCONTRO - O JORNAL DE CAMBUQUIRA, 2016, p. 1)

A última vez em que a carta foi reproduzida foi na edição de junho de 2016 no ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’. Então, de 1976 a 2016 - 40 anos - no mínimo, a carta foi reproduzida 31 vezes com um discurso de natureza técnica. Os apontamentos da carta de Manoel Brandão sobre a recaptação das fontes da água mineral em Cambuquira apareceram nos discursos dos participantes do DRPE. Na técnica do DRPE Caminhada Transversal no Parque das Águas, além da equipe de pesquisadores estavam presentes dois membros da ONG Nova Cambuquira, o gerente do Balneário do Parque e um historiador cambuquirense, que afirmou que a população tem dificuldade de acesso às fontes de água e ao parque, principalmente a população idosa. O gerente do balneário complementou que é “uma obra do terceiro milênio que não se preocupa com ergonomia nem acessibilidade”. Todos comentaram que não há preocupação por parte da Codemig em relação a manutenção e investimento no parque. Além disso, comentaram que existe sempre alguma pressão judicial movida pela ONG Nova Cambuquira para que a Codemig tome providências em relação a captação e manutenção das fontes de água (DRPE, 2017).

Na Fonte Sulfurosa, o gerente do balneário afirmou que a fonte teve sua vazão interrompida por três anos e explicou que o mecanismo de funcionamento da mesma consiste em colocar uma baia de captação para sair na bica e, ainda, precisa de ter no mínimo oito metros de profundidade. O historiador afirmou que a partir dos anos de 1970 foi feita uma revisão paisagística e que antes “isso aqui era um brejo e houve um corte de drenagem”. Relatou ainda a respeito da tradição da crenoterapia, que antigamente era feito o tratamento de doenças pela água mineral do parque. Perguntamos como as pessoas sabem sobre as propriedades terapêuticas da água, eles que informaram sobre os médicos que trabalhavam utilizando a crenoterapia e que esse conhecimento foi passado ao longo dos anos das pessoas mais velhas para as mais jovens (DRPE, 2017).

Como abordado ao longo deste capítulo, dos textos analisados e das estruturas argumentativas que tiveram foco neste trabalho, de acordo com a proposta da ADC, apareceram os gêneros: carta, reportagem, panfleto, ata, entrevista, editorial, relato histórico, palestra, relatório científico e redes sociais. Em sua maioria, gêneros primários pertencentes mobilizados no mundo vivido e que resultaram, em momentos específicos, em gêneros secundários - como o exemplo do Selo de Comunidade Azul - dentro do mundo do sistema. Voltando ao quadro base utilizado para análise das estruturas argumentativas em torno da água mineral de Cambuquira, é possível afirmar que o propósito comunicativo dos gêneros em questão foi, em sua maioria, informativo e divulgativo.

Durante os anos de 1988 a 1991 e 1993 a 1996, não foi encontrado material que pudesse ser utilizado como *corpus* de análise. No material disponível não encontramos gêneros discursivos que elucidassem questões relacionadas a gestão da água mineral em Cambuquira. Além de ter sido um período em que foi encontrado menos material de um modo geral, outra hipótese sobre a falta de discussão entre os anos de 1988 a 1991 e 1993 a 1996 é que pode ter ocorrido um momento consensual e, por isso, as discussões estiveram “adormecidas”.

Na próxima seção, com o intuito de abordar com maior clareza os objetivos específicos deste trabalho, é apresentado de forma sistemática os discursos analisados neste capítulo, bem como a análise das esferas públicas que se formaram em torno da gestão da água mineral, em Cambuquira, nos últimos 30 anos.

4.3 Gestão Social e Esfera Pública em torno das Águas Minerais de Cambuquira

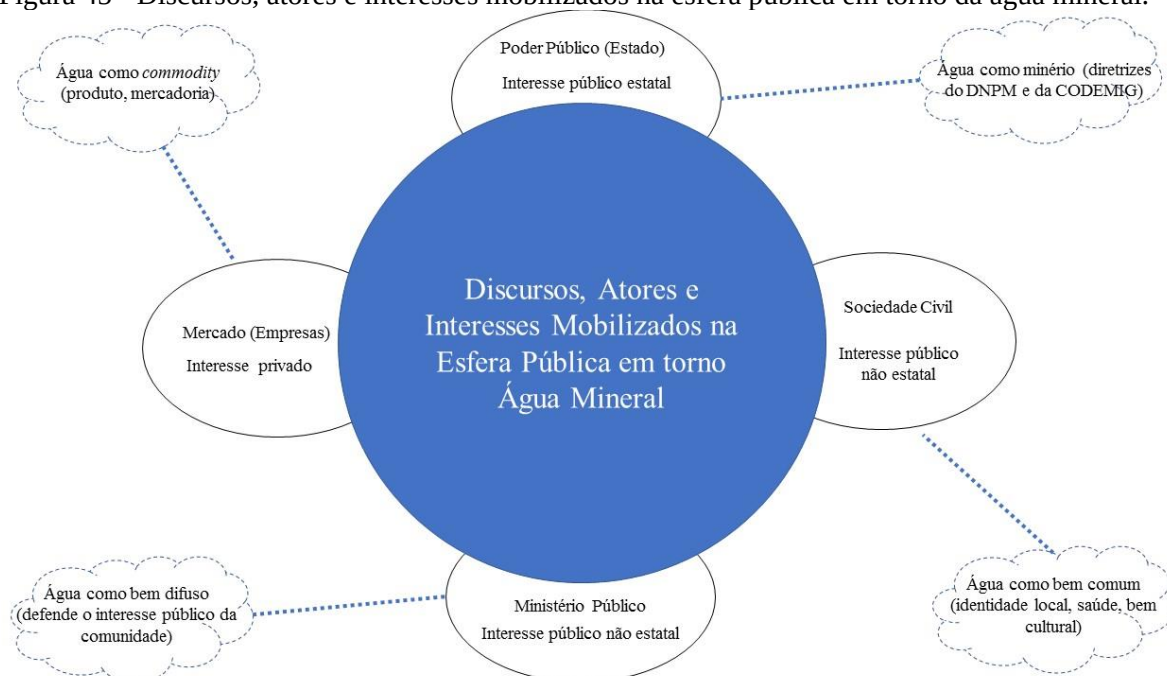
A proposta do capítulo anterior foi de caráter descritivo. Buscamos apresentar os gêneros discursos, os interesses, os atores, dialogismos, memórias e diferentes discursos em uma perspectiva histórica em relação a gestão da água mineral no município de Cambuquira. Nesta seção optamos em sistematizar as informações das duas seções anteriores, bem como relacioná-las com o debate teórico deste trabalho, apresentando a relação dos discursos com a gestão social e a formação das esferas públicas.

Cabe mencionar que na opção pelo discurso defendemos também a noção de Fairclough (2001, p. 91) de que:

[...] o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Essas noções nos possibilitaram a compreensão dos argumentos, discursos e interesses formados em torno da água mineral em Cambuquira. Na Figura 45 sistematizamos os principais discursos, atores e interesses mobilizados na esfera pública em torno da água mineral no município de Cambuquira.

Figura 45 - Discursos, atores e interesses mobilizados na esfera pública em torno da água mineral.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 45, evidenciamos que a água mineral na perspectiva do interesse público estatal atende o interesse privado, pois se a água mineral, pelas diretrizes do DNPM e da

CODEMIG é reconhecida como minério, automaticamente, a água mineral pode ser comercializada como mercadoria, *commodity* (interesse privado). Em contrapartida, o interesse público não estatal representado pelo Ministério Público defende e respalda a sociedade civil organizada (interesse público não estatal), o que vai ao encontro da perspectiva de ação da gestão social na construção do bem comum.

Do ponto de vista da gestão social, para compreensão dos discursos, foi essencial mapear os atores sociais e qual interesse esses gestores sociais estavam representando. Isto porque, a gestão social “segue no sentido da possibilidade da construção da sociedade pelos seus membros e a realidade é forjada na interação entre os atores, pois eles são capazes de interpretar esta realidade e agir sobre ela” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 134). Dessa forma, os discursos analisados refletem a significação, o agir e a interpretação da realidade pelos (re)produtores dos discursos.

No Quadro 12 sistematizamos os atores identificados (individuais e coletivos), os principais argumentos/justificações em relação a água mineral de Cambuquira e em qual gênero discursivo identificamos esse discurso. Discursos esses que vão ao encontro com as categorias teóricas da gestão social outrora discutidas:

Quadro 12 - Discursos, atores e gêneros.

Discursos	Atores	Gênero
“Águas que curam”; “Água mineral com propriedade medicinal”;	Encontro – O Jornal de Cambuquira	Editorial; Reportagem; Entrevista; Carta.
Água como “preciosos auxiliares da terapêutica, são maravilhosas por pureza, e sabor [...] verdadeiras dádivas divinas.”	Manoel Dias dos Santos Brandão	Relatório Técnico; Carta.
“Brilhante, bolhas finas e elegantes, aroma levemente mentolado, bastante fresca”	Júri de degustação da Revista VIP Exame	Reportagem.
“As águas minerais são tradição da Crenoterapia” “Água mineral é saúde” “Royalties da água mineral” “Riquezas sem fim para os que exploram a água” “Principal fonte de renda” “Água como produto turístico”	Sociedade civil não organizada - Cambuquirenses.	Carta; Reportagem; Entrevista.
“Patrimônio da cidade” Água como bem comum, direito de todos. “Nossas ricas águas minerais” “Dependemos do turismo atraído pelas águas minerais”	ONG Nova Cambuquira; FOCAS.	Carta; Atas; Panfletos; Vídeos;
“Água terapêutica”	Jornal ‘O Fontanário’	Reportagens; Entrevistas.

“Riqueza única no mundo”	Representante do Poder Legislativo de Minas Gerais.	Carta; Ofícios; Atas.
Água como bem comum e bem difuso.	Promotores do Ministério Público.	Ação Judicial; Reportagem.

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale ressaltar alguns gestores sociais que foram destaque, por mobilizarem discursos em torno da água mineral em Cambuquira:

- Manoel Dias dos Santos Brandão: atuou como médico crenoterapeuta e prefeito de Cambuquira;
- Uma das fundadoras da ONG Nova Cambuquira - é sobrinha do médico crenoterapeuta Manoel Dias dos Santos Brandão;
- Presidente da ONG Nova Cambuquira no período de 2012 a 2016;
- Outros membros da ONG Nova Cambuquira;
- Jornalista e redator do jornal ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’;
- Ativista do grupo Cidadania e Movimento pelas Águas;
- Promotores do Ministério Público.

A partir de 2001, um dos atores coletivos que mais ficaram em evidência nas discussões foi a ONG Nova Cambuquira. No ano de 2005, foi conferido a ONG Nova Cambuquira o título de Utilidade Pública Municipal e Estadual, alavancando mais ainda seu trabalho no município de Cambuquira. Atualmente, a ONG atua com a diretoria executiva completa e possui mais de 20 membros que atuam em diferentes áreas de formação profissional.

Observamos que, desde a fundação da ONG Nova Cambuquira, muitos assuntos discutidos e registrados nas Atas e redes sociais oficiais da ONG são publicados no ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ e vice-versa. Isso demonstra que este jornal é um veículo de comunicação entre a ONG e a sociedade de Cambuquira. Além disso, os assuntos relacionados a gestão da água mineral foram publicados na primeira página do jornal em todas as edições utilizadas para análise. Durante a realização do DRPE, um dos pontos que foi observado pelos pesquisadores e consenso entre os participantes, foi a não efetiva comunicação entre a ONG Nova Cambuquira e a sociedade de Cambuquira. Dessa forma, ainda que o ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ seja a tecnologia comunicacional mais utilizada pela ONG, percebemos que este não abrange toda a sociedade local.

Em contrapartida, retomando a frase do editorial de lançamento do ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’: “Este jornal é seu. Colabore...” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, ANO I, nº. 0, 20/10/1985), ao longo dos 30 anos de análise percebemos que o jornal, ao reproduzir cartas, reportagens, comunicados, entrevistas, entre outros gêneros, ratificou o seu propósito de existência: que todos colaborassem com as informações publicadas no jornal. Após esta afirmação e indo ao encontro com a base teórica deste trabalho, compreendemos que a proposta do jornal se aproximou, mesmo com as limitações destacadas, do elemento fundamental da noção de esfera pública habermasiana no sentido de que “[...] A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões”. (HABERMAS, 2003, p. 92).

Nessa perspectiva, a “imprensa se torna instrumento clássico da formação da opinião pública. O jornal torna a esfera pública politicamente ativa devido ao debate proporcionado pelos conteúdos tornados públicos” (NASCIMENTO, 2016, p.11).

Pode-se observar pelos discursos sistematizados ao longo da história de 30 anos sobre o tema da água mineral em Cambuquira que se formou um movimento em torno deste tema que caracteriza, conceitualmente, uma esfera pública temática. Os valores-fatos atribuídos à água mineral foram reproduzidos de geração para geração na sociedade local por meio do jornal e da ONG Nova Cambuquira, fundamentados em diferentes argumentos e relações emocionais e tradicionais com a água, de forma dialógica, em um contexto de formação da opinião pública, que alcançou um entendimento sobre diferentes representações da água mineral como saúde, bem comum, produto turístico, bem cultural, dentre outras.

Portanto, o conjunto dessas características forma uma ação gerencial dialógica em torno da água mineral voltada para o interesse público não estatal e para a construção do bem comum. Em outros termos, uma gestão social da água mineral em Cambuquira. Nesse contexto, a gestão social da água mineral ganha relevância ao ser elucidada para o próprio público envolvido no sentido da transformação social por meio da ação comunicativa, contribui para a formação de uma agenda propositiva de ação e para a formação de uma consciência crítica ainda mais ampla em torno deste tema.

Para ilustrar e sistematizar a ideia da formação da esfera pública discutida nesta seção, a Figura 46 representa uma analogia entre o ciclo natural da água e a perspectiva das esferas que se formaram em torno da água mineral do município de Cambuquira.

Figura 46 - Analogia entre ciclo da água e formação das esferas públicas.



Fonte: Elaborado pela autora.

A formação da esfera pública, no ciclo da água, é como a formação das nuvens (condensação). À medida que o vento sopra para uma área temática vão agregando mais nuvens, mudando o clima, podendo se condensar e se precipitar na forma de chuva. A chuva representa a pressão das opiniões públicas, enquanto ação comunicativa, que interferem nas decisões do sistema. É nesse sentido que se pode observar ao longo da história da esfera pública da água mineral em Cambuquira em vários momentos, especialmente, ao barrar os processos de privatização da água acionados pelo “sistema”. Conforme movimentos em torno dos editais de 2001 e 2006, já destacados na seção anterior.

Numa perspectiva habermasiana, as nuvens representam o mundo-da-vida, em que predomina a razão comunicativa. Em nossa análise, percebemos que, em Cambuquira, o mundo da vida é constituído por discursos e diálogos que enfatizam a cultura do município em torno das fontes de água mineral, argumentos que exaltam a água mineral como “maior riqueza do município”, “chamariz para um turismo sustentável”, “patrimônio hídrico do município”, “dádiva divina”, “fonte de saúde e longevidade”, “bem comum”, entre outros, que são as opiniões públicas que circulam entre as esferas e que vão interferir no sistema, representado pela burocracia e pelo dinheiro, pelos órgãos de governo, pela prefeitura, governo estadual e federal, e pelas corporações mercantis. No sistema, onde predomina a razão instrumental, está a legislação da água mineral ser explorada como minério, os editais cujo foco são as grandes empresas, enfim, os discursos em que a água mineral é reconhecida por alguns como mercadoria. Após a formação de muitas nuvens simbolizando as diferentes esferas que se formaram, os pingos da chuva - que são os discursos que circulam - interferem no sistema, barrando os editais e articulando ações para que a água mineral não seja legalmente tratada como minério. Diante dessa dualidade, o Ministério Público, na nossa análise, representando o interesse público não estatal, apareceu como um verdadeiro gestor social, principalmente nos momentos em que as justificações e argumentos entraram em disputa: no edital de 2001 e depois em 2006, existiram duas posições centrais e antagônicas, de um lado o interesse público estatal e privado e do outro o interesse público não estatal.

Além do exemplo do edital, é válido destacar um outro processo de institucionalização em que discussões do mundo da vida impactou e modificou o sistema: Selo de Comunidade Azul. O selo foi um processo de institucionalização, ou seja, de um reconhecimento público internacional, em que as discussões em diferentes esferas culminou na formação de uma esfera pública em torno da água mineral como bem comum e que, entre outros argumentos, deveria ser resguardada com o Selo de Comunidade Azul. Este é um processo de constituição da esfera

pública e a sua capacidade de influenciar e transformar o próprio “sistema”, em forma de normas e leis.

Como vimos em decorrência da diversidade de elementos das esferas públicas – falas, cenas, notícias, textos, etc. (HABERMAS, 2008) – as esferas públicas, por serem ‘enraizadas’, são formadas por diferentes gêneros. Percebemos com isso, na Figura 46, a presença tanto de gêneros primários quanto secundários nas esferas públicas que se formaram em torno da gestão da água mineral. Nesse contexto, ainda sobre gêneros primários e secundários:

Para Bakhtin (1997, p. 281) “durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea”. Dessa forma, em termos de formação das esferas públicas essa colocação desperta para a importância das discussões cotidianas, da linguagem ordinária de homens e mulheres que buscam se entender sobre algo no mundo, bem como buscam influenciar uns aos outros, inseridos em contextos sócio-históricos e permeados por ideologias (faz-se importante considerar os efeitos dessa na constituição de esferas públicas). Nesse sentido, pensando no escopo deliberacionista, Jane Mansbridge (1999) destaca a importância da conversa cotidiana (*everyday talk*) para a formação de sistemas deliberativos – isto é, a relevância dos gêneros primários, dimensão não considerada pelos modelos elitistas de democracia. (SOUZA et al., 2016, p. 9)

Assim como na ação comunicativa proposta por Habermas, os discursos na formação da esfera pública são legítimos e correspondem a uma verdade que pode ser modificada. Os discursos da sociedade civil de Cambuquira foram construídos a partir da formação do município (primeiro capítulo dos resultados), produzidos ao longo do seu desenvolvimento e reproduzidos ao longo dos 30 anos de análise. O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador - DRPE, realizado em janeiro de 2017 no município de Cambuquira com foco na ONG Nova Cambuquira ratificou os discursos produzidos e reproduzidos nos últimos 30 anos. Assim como o ciclo da água, o ciclo da formação das esferas públicas permanece dinâmico.

Como pode ser observado na Figura 46, a partir das justificações/argumentos não se formou uma única esfera tendo apenas um único argumento como legítimo. Os diversos argumentos - a partir de cada interesse mostram a pluralidade de elementos relacionados a água mineral em Cambuquira, Minas Gerais. Ao longo da análise dos 30 anos, foi possível perceber que os argumentos que se formaram em relação a gestão da água, dependendo do interesse e do momento, influenciaram várias decisões relacionadas a água mineral. O quadro a seguir ilustra os diferentes interesses, com os respectivos atores desses interesses, seus argumentos e a fonte institucional de legitimidade:

Quadro 13 - Interesses, atores, argumentos e elemento de legitimidade.

Interesse	Atores Identificados	Argumentos	Elemento de legitimidade
Mercado (Empresas) Interesse Privado	ABREHIC; Empresa Lambari-Cambuquira-Caxambu; Construtora Wantec; Superágua; Nestlé; Coca-Cola; Arcon Serviços.	Água como commodity; Água com produto turístico; Água como mercadoria.	Lucro; Desenvolvimento; Código de Mineração;
Poder Público (Estado) Interesse público estatal	Hidrominas; Comig; Codeáguas; Codemig.	Água como minério (diretrizes do DNPM e da CODEMIG).	Código de Mineração; Legislação.
Sociedade civil Interesse público não estatal	ONG Nova Cambuquira; FOCAS.	Água como bem comum. Água como saúde. Água como turismo. Água como bem cultural.	Cultura local; Tradições; Mundo da vida.
Interesse Público não estatal	Ministério Público.	Água como bem difuso.	Constituição Federal.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas considerações finais, apresenta-se uma síntese dos elementos constantes em todo o texto e procura-se responder às questões colocadas na introdução deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se aqui apresentar uma sistematização dos resultados encontrados a partir da problemática de pesquisa e objetivos, bem como expor como os objetivos foram alcançados e o problema de pesquisa respondido. Além disso, procura-se expor as principais contribuições e limitações desta pesquisa e, também, propor uma agenda para pesquisas futuras.

Com caráter descritivo e respaldado na proposta teórico-metodológica da ADC, foram apresentados os discursos dos diferentes atores sociais, bem como seus interesses, no intuito de alcançar o primeiro objetivo específico: identificar os atores sociais e conflitos mobilizados em torno da água mineral em Cambuquira. O segundo objetivo específico “identificar e analisar os interesses de entidades articuladas em volta da gestão da água mineral em Cambuquira” foi desenvolvido na pré-análise das informações e exposto nas duas primeiras seções sobre a Gestão da Água Mineral em Cambuquira. Por fim, o terceiro objetivo específico proposto “analisar as esferas públicas que se formaram em torno da gestão da água mineral, em Cambuquira, nos últimos 30 anos, por meio da intersubjetividade entre atores sociais que representam os interesses e ações gerenciais do Estado, da sociedade civil e do mercado” foi desenvolvido na terceira seção do capítulo sobre Gestão da Água Mineral em Cambuquira.

Considera-se que, o passo-a-passo dos objetivos específicos respondeu a problemática de pesquisa e possibilitou o alcance do objetivo geral da pesquisa, que foi o de “identificar e analisar a estrutura argumentativa e os discursos em torno dos diferentes interesses públicos, estatais e não estatais, e privados que buscam legitimidade para sustentar ou influenciar as decisões relacionadas à gestão da água mineral no município de Cambuquira, Minas Gerais”.

O problema de pesquisa que norteou este trabalho foi “como se formou a estrutura argumentativa em torno dos diferentes interesses públicos, estatal e não estatal, e privados que buscam legitimidade para sustentar ou influenciar as decisões em relação à gestão da água no município de Cambuquira, Minas Gerais? Quais são os discursos mobilizados nas esferas públicas sobre a água mineral?”. A ONG Nova Cambuquira, expõe em seus argumentos que a formação e desenvolvimento do município de Cambuquira ocorreu a partir das fontes de água mineral, que os ‘anos gloriosos’ do desenvolvimento do município estão relacionados ao turismo não exploratório, contrapõe e responde os argumentos do interesse estatal, não estatal e privados por meio de relatórios técnicos e decisões judiciais. Dessa forma, a ONG Nova Cambuquira mobilizou, nas esferas públicas, os discursos da água mineral como: chamariz para um turismo sustentável, patrimônio hídrico do município, dádiva divina, patrimônio da cidade, fonte de saúde e longevidade e, principalmente, bem comum. No que tange a concepção da gestão social a estrutura argumentativa da sociedade civil organizada, representada pela ONG

Nova Cambuquira foi o autor central para mobilizar a sociedade a favor do entendimento da água mineral como um **bem comum**.

Os discursos do mundo-da-vida observados durante a coleta de informações e do DRPE foram essenciais para compreensão da legitimação do que representa o sistema dentro do contexto dos conflitos relacionados a gestão da água mineral no município de Cambuquira. Dessa forma, a observação participante foi essencial para construção deste trabalho, visto que os pesquisadores não são oriundos do município de Cambuquira.

O levantamento histórico da formação do município de Cambuquira, a identificação do simbolismo, significados e ideologias em torno da água mineral foram importantes para as análises empreendidas. Com base na coleta e análise das informações, e na utilização da triangulação das informações, foram encontrados diferentes discursos em torno da água mineral em Cambuquira como: saúde, bem comum, minério/mercadoria, patrimônio natural e produto turístico. Estes são discursos, pois, não são apenas “palavras”, mas sentidos e representações construídas em torno da água mineral que, em menor e maior grau, estiveram presentes ao longo dos últimos 30 anos. Observa-se também que o discurso do bem comum emerge, especialmente, por meio da ONG Nova Cambuquira e se institucionaliza com o selo de Cidade Azul.

O discurso da água mineral como saúde, que remete a prática da crenoterapia é muito forte no município e se apresenta em termos das considerações feitas por Fairclough (2003) como discurso contra-hegemônico, já que, no campo da saúde, o discurso/prática hegemônico é o da medição de fármacos – mesmo que visões alternativas ganhem novamente força nas últimas décadas. Lembrando que a crenoterapia, institucionalmente, saiu do campo-saber da medicina na década de 1950.

Em geral, observa-se que os discursos são, nos termos de Bakhtin (1997), dialógicos entre si de forma mais cooperativa como nos casos de saúde, bem comum e patrimônio natural. E, que em diversos eventos como os editais de 2001 e 2006 se opuseram de forma conflitiva ao discurso/prática da água mineral como minério/mercadoria. Observa-se também um outro discurso que permeia a cidade e a própria significação da água mineral: o discurso do ‘passado melhor’: as atividades que aconteciam no município em relação a água mineral e outros atrativos turísticos eram ‘melhores’ no passado, estão decadentes no presente e ‘podem’ piorar no futuro. Bakhtin (1997; 2003) nos lembra que a memória discursiva é construída e ela constrói também nossas relações presentes. No município, como observa-se desde a década de 1990, há uma ideia de que antes a população valorizava mais e cuidava mais das águas minerais, esse discurso foi reproduzido em diferentes momentos na realização do DRPE, em janeiro de 2017, bem como encontrado em um jornal de 1922 – portanto, a representação de ‘passado melhor’

tanto em relação ao desenvolvimento (conforme debatido no seminário do professor Andreas, “Transformação local para o desenvolvimento sustentável”) na sua relação com a valorização das águas minerais é uma prática discursiva que é usada para argumentos em prol da “volta do turismo”, “valorização das águas” e “conscientização acerca das águas”.

É importante ressaltar que as interpretações realizadas neste trabalho são fruto, também da reflexividade dos pesquisadores (STEIN, 2003) e, por isso, não é intenção provar precisão nas análises realizadas, e sim respaldar as análises usando diferentes fontes de pesquisa para ratificar os discursos dos atores em seu contexto.

Acreditamos que uma importante contribuição deste trabalho foi atender a agenda de pesquisa de Paiva et al. (2016), Souza et al. (2016), Garcia (2016), Garcia et al. (2017), entre outros, por explorar um contexto empírico na perspectiva teórica da gestão social e da esfera pública habermasiana, além da abordagem teórico-metodológica da ADC.

Tendo em vista que se optou pelo período de análise histórica de 30 anos, pode ser que esse recorte tenha limitado o entendimento de eventos específicos que surgiram nesse período, mas que não eram o foco principal do objeto de pesquisa deste trabalho. Apesar disso, é importante ressaltar que esta pesquisa é parte de um dos projetos do Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS), e espera-se que os dados coletados sejam utilizados para outros trabalhos.

Uma possível limitação da pesquisa foi a insuficiência de *corpus* de análise em alguns anos, principalmente nos anos iniciais da pesquisa. Por exemplo, durante os anos de 1988 a 1991, não foi encontrado material que pudesse ser utilizado como *corpus* de análise, mas esse ‘silêncio’ encontra seu significado nas análises. No material disponível nesse período não encontramos gêneros discursivos que elucidassem questões relacionadas a gestão da água mineral em Cambuquira. Como hipótese em relação ao período 1988 a 1991, é que, esse ‘silêncio’ pode ter ocorrido pelo contexto nacional das eleições presidenciais pós Constituição Federal, que iniciou o período democrático no Brasil. Dessa forma, como hipótese, esse momento pode ter ocupado os espaços de interlocução entre a população do município.

Diante da reflexão na discussão teórica e teórico-metodológica deste trabalho e dos resultados encontrados, considera-se que muitos outros trabalhos podem ser desenvolvidos, a propor:

- Trabalhos empíricos em outros municípios do circuito das águas minerais relacionados a gestão social da água mineral poderiam enriquecer o campo de pesquisa e proporcionar um maior entendimento sobre os conflitos referente a essas águas;

- Debates baseados na perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso crítica e esfera pública para compreensão da formação das esferas públicas no contexto social onde os discursos circulam;
- Partindo dos resultados encontrados neste trabalho, trabalhar a água mineral como um bem comum dentro de uma legislação conflituosa, comparando-se com os resultados dos trabalhos de Elinor Ostrom;
- Estudos sobre crenoterapia e sobre as propriedades terapêuticas da água mineral, visto que não foram encontrados trabalhos atualizados sobre o uso da água mineral das fontes do município de Cambuquira e da região do Circuito das Águas do Sul de Minas nos tratamentos de saúde. Na perspectiva discursiva, compreender como se reestabelece na crenoterapia na “ordem do discurso” médica;
- Trabalhos que proponham compreender a valoração ambiental da água mineral em si, e das estâncias hidrominerais para os moradores locais;
- Trabalhos que abordem a questão da água mineral como bem cultural.
- Explorar as interrelações e tensões entre mundo-da-vida e sistema que refletem nas práticas de gestão e governança das águas minerais.
- Como utilizamos apenas o significado acional para análise dos discursos, outro trabalho que utilize o mesmo conjunto de informações pode ser realizado analisando os significados representacional e identitário.
- Por fim, estender a problemática deste trabalho, cujo foco foi o município de Cambuquira, para todas as outras cidades pertencentes ao Circuito das Águas do Sul de Minas onde exista fontes de águas minerais.

REFERÊNCIAS

AIMERS, J.; WALKER, P. Resisting Hybridity in Community-Based Third Sector Organisations in Aotearoa New Zealand. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, n. 6, p. 2666-2684, 2016.

ALCÂNTARA, V. C. **Mundo-da-vida e sistema: o locus da gestão social sob a abordagem habermasiana**. 2015. 421 p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

ALCÂNTARA, V. C.; CABRAL, E. H. S.; MUZY, P. T.; PEREIRA, J. R. Fatos, valores e o mundo-da-vida: argumentos epistemológicos para a avaliação no âmbito da gestão social. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), 2017.

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organizações & Sociedade**, 2017. No prelo.

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F.; PRADO, J. W.; VIEIRA, K. C. Mundo-da-vida e Sistema: refletindo sobre o locus da gestão social e suas tensões. In: **XVIII SemeAd - Seminários em Administração**, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, R. Água Mineral, um bem explorado até a exaustão. **Folha do Meio Ambiente**, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<http://folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2002/02/agua.html>>. Acesso em: 28 de nov. de 2016.

ALVESSON M.; KÄRREMAN D. Varieties of discourse: On the study of organizations through discourse analysis. **Human Relations**, v. 53, p. 1125-1149, 2000.

ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade: uma introdução à obra de Jürgen Habermas**. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011.

ANGÉLICO, F.; TEIXEIRA, M. A. C. Acesso à Informação e Ação Comunicativa: novo trunfo para a Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 7-27, 2012.

ARAÚJO, E. T. **(In) consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, E. T. **Gestão social**. In: BOULLOSA, R. F. Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. Esfera pública, esfera social e gestão social: aproximações epistemológicas e ontológicas. In: 9ª CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA A AMERICA LATINA Y CARIBE, 2013, Chile. **Anais...** Santiago: ISTR, 2013.

ARIADNE, Q. Água de Cambuquira está de volta e concorrerá com Perrier. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 2008, p. 3.

AVRITZER, L. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

AVRITZER, L; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, 2004.

AVRITZER, L. **Modernity and Democracy in Brazil**: an Interpretation of the Brazilian Path of Modernization. 1993. Tese de Doutorado. New School for Social Research, Nova York.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476 p.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.

BLOTTA, V. S. L. Esfera Pública Política e Mídia: elementos para uma teoria intersubjetiva dos direitos humanos. In: COSTA, M. N. (Org.). **Democracia, Mass Media e Esfera Pública**. Democracy, Mass Media and the Public Sphere. 1. ed. Vila Nova de Famalicão: Húmus, v. 1, p. 249-260, 2012.

BOLZAN, J. **Habermas**: razão e racionalização. Ijuí:Ed. da Unijuí, 2005.

BOULLOSA, R.; SCHOMMER, P.C. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? In: XXXII ENANPAD – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, III 2009, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). **Anais...** Petrolina e Juazeiro BA: RGS, 2009.

BRANDÃO, M. D. S. A quem interessar possa. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 572, 2016, p. 2. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRANDÃO, M. D. S. Da origem e valor das águas gasosas naturais. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 1992, p. 4. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRANDÃO, T.; BRANDÃO, M. D. S. **Cambuquira**: Estância Hidro-Mineral e Climática. Rio de Janeiro: 1958.

BRANDÃO, T. **Cambuquira Estância Hidro Mineral**. Trabalho apresentado ao II Congresso Nacional de Hidro – Climatismo. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”: São Paulo, 1940.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.841 de 8 de agosto de 1945. **Código de Águas Minerais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7841.htm>. Acesso em: 18 de jan. de 2016.

BRITTO, S. Ação Civil é esperança ambiental das águas minerais ameaçadas: fontes do Parque de Cambuquira são alvo da proteção do Ministério Público de Minas Gerais. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 553, 2014, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Água da Mantiqueira: Nasce o nosso novo Circuito Turístico. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 534, 2012, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Águas Minerais de Minas são destaque na imprensa internacional e estadual. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 537, 2012-2013, p. 2-3. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Ambientalista canadense vem ao “1º Fórum Nossa Água” e inaugura “Blue Community” em Cambuquira. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 553, 2014, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Circuito das Águas é destaque do Jornal Estado de Minas. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 2001, p. 1-3. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Desmatamento ameaça Fontes de Cambuquira. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 1986, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Edição Histórica do Encontro. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 1985, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Entrevista com Carlos Fernando de Moura Delphim. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 535, 2012, p. 3. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Governo anuncia o fim da ‘Águas Minerais de Minas. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 564, 2015, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Governo Estadual desmonta a “Águas Minerais de Minas”. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 572, 2016, p. 2. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Nota pública de esclarecimento e de repúdio. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 572, 2016, p. 2. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. ONG faz importante comunicado: ‘Nova Cambuquira’ dá notícia de sua adesão à proposta para criação de um Geoparque hidrológico junto à UNESCO”. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 535, 2012, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Prefeitos cogitam novas ações contra água de bica mineralizada. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 1999, p. 5. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Projeto Mover - Cambuquira, Cidade Azul se apresenta à comunidade. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 558, 2014, p. 2. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRITTO, S. Sobre a exploração das águas minerais. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 2000, p. 5. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

BRUSCHWEILER, S.; HOGGEL, U.; KLAY, A. **Forest and water: Managing interrelations**. Series E: Development and Environment Reports No 19 Berne: Geographica Bernensia and CDE (Centre for Development and Environment), 2004.

CABRAL, E. H. de. S. **Terceiro Setor: Gestão e Controle Social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 1. 259p.

CABRAL, E. H. S. Uma abordagem normativa para a gestão social no espaço público. In: PEREIRA, et al. **Gestão social e gestão pública: interfaces e delimitações**. Lavras: Ed. UFLA, p. 47-58, 2011a.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1915-1941, 2011b.

CABRAL, E. H. S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 21-34, 2008.

CABRAL, E. H. S. Espaço público e controle para a gestão social no Terceiro Setor. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 86, p. 30-55, 2006.

CABRAL, E. H. S. Gestão social no Terceiro Setor e suas dualidades. In: VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, CES – Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004a.

CABRAL, E. H. S. Avaliação e controle da gestão das organizações do Terceiro Setor. In: **Anais...** III Congresso de Pesquisa e Extensão da Universidade São Francisco, São Paulo, 2002b.

CABRAL, E. H. S. **Estudo exploratório do processo de gestão em organizações do Terceiro Setor**. In: II Seminário sobre gestão organizacional no Terceiro Setor. Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2000a.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA, Ofício 061/2004, 14 de maio de 2004.

CANÇADO, A. C.; VILLELA, L. E.; SAUSEN, J. O. Gestão social e gestão estratégica: reflexões sobre as diferenças e aproximações de conceitos. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 10, n. 3, p. 69, 2016.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 2. ed. Curitiba: CRV, 2015.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; SAUSEN, J. O.; VILLELA, L. E. TENÓRIO, F. G. (org). **Gestão social e gestão estratégica**: experiências em desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, 2013.

CANÇADO, A. C.; TENORIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 313 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CARNEIRO, E. J.; ASSIS, M. F. C. Conflitos ambientais em Minas Gerais: exploração da água na microrregião de São Lourenço. **Estudios Sociales**, v. 21, n. 41, 2013.

CAVALCANTI, M.; NOGUEIRA, A. **Gestão social, estratégias e parcerias**: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor. São Paulo: Saraiva, 2006.

CODEMIG. Disponível em: <www.codemig.com.br>. Acesso em: 04 de jun. de 2016.

COELHO, F. S. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO F. G.; PEREIRA, J. R. **Gestão social**: epistemologia de um paradigma, 2. ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

COSTA, M. C; GUARIDO FILHO, E. R; GONÇALVES, S. A. Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos: análise do caso brasileiro. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, 2013.

COSTA, P. A. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 1, p. 153-173, 2011.

COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n.35, p.112-24, 1997.

COSTA, S. Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 38, p. 38-52, 1994.

CUNLIFFE, A. L. Orientations to Social Constructionism: Relationally-Responsive Social Constructionism and its Implications for Knowledge and Learning. **Management Learning** v. 39, n. 2, p. 123–39, 2008.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **Qualitative research**. Thousand Oaks, 2000.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/assuntos/ao-publico/paginas/explorar-agua-mineral-veja-como-e-facil>>. Acesso em: 10 de mar. de 2016.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-14, 1999.

DOWNEY, J.; STEPHENS, M.; FLAHERTY, J. The 'sluice-gate' public sphere and the the national DNA database in the UK. **Media, Culture and Society**, v. 34, n. 4, p. 440-457, 2012.

DUTRA, D. J. V.; COUTO, D. R. T. Esfera Pública: contribuições para uma atualização do diagnóstico. **Problemata - Revista Internacional de Filosofia**, v. 3, n. 2, p. 177-199, 2012.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. 'Peripheral vision: discourse analysis in organization studies: the case for critical realism. **Organization Studies**, v. 26, p. 915-39, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis**. London: Longman, 1995.

FARIA, J. H. de. Análise de Discurso em Estudos Organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 2, p. 51-71, 2015.

FERREIRA, A. **Cambuquira: À minha pátria, no centenário da sua independência 1822-1922**. São Paulo: 1922.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 113-119, 2012.

FISCHER, T. M D. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. M D. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, p.12- 32, 2002.

FISCHER, T. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento socioterritorial. **Organizações e Sociedade**, v. 11, p. 13-41, 2004.

FISCHER, T.; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A.; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v, 40, n. 5, p. 789-808, 2006.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora ARTMED, 2009.

FLORES, R. K. O discurso como estratégia de luta contra a mercantilização da água. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 1, 2009.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Dos Antagonismos na Apropriação Capitalista da Água à sua Concepção como Bem Comum. **Organização & Sociedade**, v. 22, n. 73, p. 237-250, 2015.

FLYNN, J. System and lifeworld in Habermas' theory of democracy. **Philosophy and Social Criticism**, v. 40, n. 2, p. 205-214, 2014.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária. p. 26-37, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social: um conceito em construção. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992, p. 109-142.

FRASER, N. Transnationalizing the public sphere. **Theory, Culture & Society**, n. 24, p. 7-30, 2007.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003.

FREITAG, B. Sistema e "Mundo Vivido" em Habermas. **Geempa**, n. 1, p. 61-73, 1993.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. In: VI ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2014.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, p. 278, 2016.

FRIZOTTI, I. Não custa nada saber. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 1986, p. 3. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

GARCIA, A. S. **Esferas públicas como uma categoria fundante da gestão social**. 273p. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, 2016.

GARCIA, A. S.; PEREIRA, J. R.; ALCANTARA, V. C.; TEIXEIRA CRUZ, E. S. Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. **Cadernos EBAPE.BR**, 2017. No prelo.

GARCIA, A. S.; TEIXEIRA CRUZ, E. S.; CARVALHO, J. S.; PEREIRA, J. R. Confiança, Valores e Atitudes em relação à democracia: Uma análise com estudantes universitários. **Espacios** (Caracas), v. 37, p. 1, 2016.

GESICKI, A. L. D; SINDICO, F. Gestão das águas minerais no Brasil: panorama legal atual e perspectivas futuras. **Revista do Instituto Geológico**, v. 34, n. 2, p. 69-88, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONDIM, S.; FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. Formação em Gestão Social: um olhar crítico sobre a experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Salvador: ANPAD, p. 1-16, 2006.

GUERRA, J. F. C. **A produção de conhecimento sobre Gestão Social**: um estudo da relação entre academia e praticantes. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GUERRA, J.; TEODÓSIO, A. S. S. Dialogismo e Reflexidade: uma análise da contribuição dos centros e programas de estudos de gestão social no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, Edição Especial, p. 45-62, 2015.

GUIMARÃES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais**. Editora Mandamentos, Belo Horizonte, 231 p., 2009.

HABERMAS, J. **A nova obscuridade**. São Paulo: Unesp, 2015.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social, São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista, São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 2012b.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, Ano XI, n. 21, p. 9-21, 2008.

HABERMAS, J. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jurgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: DIREITO e democracia: entre a facticidade e a validade. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1, 1997a.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, 1997b.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HONNETH, A. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?**. London: Verso, 2003.

HONNETH, A. **The critique of power**: reflective stages in a critical social theory. Cambridge: MIT Press, 1993.

HOSKING, D. M. Telling tales of relations: Appreciating relational constructionism. **Organization Studies**, v. 32, n. 1, p. 47–65, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 9 de março de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Planejada e orientada por FERREIRA, J. P. Volume XXIV, Passa Quatro, p. 293-300. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IIZUKA, E. S.; JUNQUEIRA, L. A. P. Produção acadêmica em gestão social: visita aos anais dos Enapegs de 2007 a 2012. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 71-85, 2013.

JORNAL ARAXÁ. Disponível em: <www.jornalaraxa.com.br>. Acesso em: 20 de jul. de 2016.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/05/19/interna_politica,648942/copasa-sem-agua-mineral.shtml>. Acesso em: 20 de jul. de 2016.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

JUSTEN, C. E. O Angelus Novus emoldurado à gestão social - reflexões acerca da construção de políticas públicas emancipadoras. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, p. 135-157, 2016.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Para além da dupla consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 237-251, 2014.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.

KEINERT, T. M. M. **Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

LAVILLE, J. L. Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 78, p.369-377, 2016.

LAVALLE, A. G. **Jurgen Habermas e a virtualização da publicidade**. Margem, São Paulo, v. 16, p. 65-82, 2002.

LAVALLE, A. G. **Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro**. 2001. 397 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LAVALLE, A. G. **Humildade do Universal: Habermas no espelho de Rawls**. Lua Nova, n. 40/41, São Paulo. p. 146-218, 1997.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE-DA-SILVA, A. R. **As práticas sociais e o “fazer estratégia”**: Um estudo dos comerciantes de hortifrutícolas no mercado da Vila Rubim. Tese (Doutorado em Administração) CEPEAD/FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

LOBATO, C. B.; MAFRA, F. L. N.; FONTOURA, Y. A Nestlé e o lado sombrio da exploração de água mineral no Brasil: um olhar decolonial. In: III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, **Anais...** SBEO: Vitória, 2015.

LOSEKANN, C. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, n. 4, p. 37-57, 2009.

LUBENOW, J. A. O que há de político na Teoria da Ação Comunicativa? Sobre o déficit de institucionalização em Jürgen Habermas. **Revista Philósophos**, v. 18, p. 157-190, 2013.

LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação**, v. 35, p. 189-220, 2012.

LUBENOW, J. A. As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jürgen Habermas. **Veritas**, v. 55, n. 1, p. 121-134, 2010a.

LUBENOW, J. A. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 51, n. 121, p. 227-258, 2010b.

LUBENOW, J. A. **A categoria de Esfera Pública em Jürgen Habermas**. 257 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LUBENOW, J. A. A reorientação da categoria esfera pública na Teoria do Agir Comunicativo. **Ideação** (UEFS), Feira de Santana, v. 14, p. 37-59, 2004.

MAAR, W. L. Esfera Pública como Conceito Dialético: Ilusão e Realidade. **Problemata**, v. 3, n. 2, p. 200-217, 2012

MACEDO, A. S.; ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. A Incorporação das Dimensões Sociais e Ambientais no Novo Marco Regulatório da Mineração sob a Ótica da Gestão Social. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, p. 151-171, 2015.

MAIA, R. C. M.; FERNANDES, A. B. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 157-171, 2002.

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Textos & Contextos**, n. 4, p. 1-18, 2005.

MARQUES, Â. C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 23-38, 2008.

MELLO, A. Copasa sem água mineral: Empresa de saneamento desfaz contrato de exploração das marcas Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2015, p. 1.

MELO, R. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 11-39, 2015.

MENDONÇA, R. F. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 49-64, 2013.

MENDONÇA, P. M. E.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão Social: notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs. **Revista de Administração Pública**, v. 46, 2012.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento e (qual?) deliberação. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 206-227, 2011.

MENDONÇA, R. F. Movimentos Sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua Nova**, São Paulo, n. 72, p. 115-142, 2007.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011a.

MENON, I. O. **Gestão Social como campo do saber no Brasil**: uma análise de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENON, I.; COELHO, F. S. Gestão Social como Campo do Saber no Brasil: uma análise de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). In: VII Encontro Nacional de Administração Pública e Governo (EnAPG), 2016, São Paulo. **Anais...** do VII EnAPG, 2016.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAS GERAIS. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG). Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/>>. Acesso em: 02 mar. de 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/>>. Acesso em: 01 de jun. de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Clipping - Maio, 2015. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/clipping-de-noticias/>>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

MISOCZKY, M.C; FLORES, R.K; BOHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organização & Sociedade**, v. 15, n. 45, 2008.

MJØSET, L. The contextualist approach to social science methodology. **The Sage handbook of case-based methods**, p. 39-68, 2009.

MOREIRA, M. B. A “briga” pelas águas do parque... **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, Edição 550, 2013-2014, p. 6. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

MTUR. **Marketing de Destinos Turísticos**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marketing_Destinos_Turisticos.pdf>. Acesso em: 21 novembro de 2016.

NETO, R. G. Entrevista exclusiva com o porta-voz do Focas - Fórum de ONG's do Circuito das Águas. **Jornal das Estâncias**, Cambuquira, 2005, p. 3.

NINIS, A. B.; DRUMMOND, J. A. Áreas (des)protegidas do Brasil: As estâncias hidrominerais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n.1, p. 149-166, jan/jun 2008.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NORONHA, M. Água mineral é terapêutica e sua gestão deve ser compartilhada com o Ministério da Saúde. **Jornal O Fontanário**, Cambuquira, 2007, p. 2.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, 4, p. 613-626, 2010.

PAES DE PAULA, A. P. **Repensando os Estudos Organizacionais**: por uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

PAES DE PAULA, A. P. Tréplica: Comparação Possível. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 51-52, 2005b.

PAES DE PAULA, A. P. Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PÁGINA OFICIAL CIRCUITO DAS ÁGUAS. Disponível em: <www.circuitodasaguas.org>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

PAIVA, A. L.; ALCÂNTARA, V. C.; GARCIA, A. S.; TEIXEIRA CRUZ, E. S. Teorias da prática e gestão social: uma contribuição inicial em busca de perspectivas epistemometodológicas. In: XL Encontro da ANPAD, 2016. **Anais...** Costa do Sauípe: ANPAD, 2016.

PEREIRA, J. R.; RIGATTO, S.H. Gestão Social de Políticas Públicas no Contexto das Relações entre Estado e Sociedade Moderna. In: PEREIRA, J. R. (Org.). **Gestão Social de Políticas Públicas**. Lavras: Editora UFLA, v.1, p. 17-34, 2011.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2012.

PEREIRA, J. R. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 3, n. 2, p.3-11, 2001.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratória. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, p. 221-236, 2014.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. Gestão Social sob a lente estruturacionista. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 18-49, 2013.

PERLATTO, F. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia Política**, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015.

PERLATTO, F. As mudanças estruturais das universidades públicas brasileiras: uma proposta dialética de interpretação. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 3, n. 1, p.12-27, 2013.

PERLATTO, F. Habermas, a esfera pública e o Brasil. **Revista Estudos Políticos**, n. 4, p. 78-94, 2012.

PERSOON, E.; MORETTO NETO, L. Implicações da apropriação da noção habermasiana de esfera pública na gestão social à luz das refrações da burocracia. XXXIX ENCONTRO DA ANPAD, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2015.

PIMENTEL PEQUENO, M. A. **Entre biocentrismo e antropocentrismo**: uma ecologia democrática para o enfrentamento da questão ambiental. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PIMENTEL, T. D. O Espaço em Situações de Gestão: entre a gestão estratégica e a gestão social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 141-150, 2014.

PINHO, J. A. G. Gestão Social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades Reais na Sociedade Brasileira. In: RIGO, A. S. et al. **Gestão social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agendas**. Recife: UNIVASF, 2010. (Coleção ENAPEGS, v. 3).

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Aporias em torno do conceito de Gestão Social: dilemas teóricos e políticos. **REGE - Revista de Gestão**, v. 22, n. 2, p. 155-172, 2015b.

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Gestão social: uma análise crítica de experiências brasileiras. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 257-279, 2015a.

PORTUGAL JÚNIOR, P. dos S.; REYDON, B. P.; PORTUGAL, N. dos S. As águas minerais no Brasil: uma análise do mercado da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. **Ambiente & Água – An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, v. 10, n. 2, p. 413-430, 2015.

PORTUGAL JUNIOR, P. S. **A controvérsia sobre as águas**: uma proposta de integração institucional e políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

QUEIROZ, J. T. M. **O campo das águas envasadas**: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade da águas e percepções. Tese de Doutorado (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

QUITÉRIA. Alerta aos Hoteleiros Cambuquirenses. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 1987, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

REESE-SCHÄFER, W. **Compreender Habermas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

REPA, L. S. Direito e teoria da ação comunicativa. In: TERRA, R.; NOBRE, M. (Org.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, 2008. p.55-72.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. Inequality and representation: Critical discourse analysis of news coverage about homelessness. In: C. M. Pascale (ed.). **Social inequality & the politics of representation**: a global landscape, p. 21-34. Washington: Sage, 2013.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

REVISTA VIP EXAME. **Matando a sede**. São Paulo, 1997, p. 36-37.

RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, 1999.

SALES, C. S. **Água como bem público: A análise exploratória sob a luz da sociologia pragmática**. Monografia (Graduação em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017.

SALES, J. R. **A gripe espanhola nas estâncias hidrominerais de Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço - MG**. Varginha: 2013, 182p.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

SILVA, F. C. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 35, p. 117-138, 2001.

SILVA, J. J. da. **Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997, 195p.

SKELCHER, C.; SMITH, S. R. **Hybridity and institutional logics: framing a comparative study of UK and US nonprofits**. In: Public Management Research Conference, 2013, Madison, WI, United States, p. 20-22, 2013.

SPINK, P. K. **Avaliação Democrática: propostas e práticas**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2001.

SUSEN, S. Critical notes on Habermas's theory of the public sphere. **Sociological Analysis**, v. 5, n. 1, p. 37-62, 2011.

SOUZA, R. B.; ALCANTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; GARCIA, A. S.; TEIXEIRA CRUZ, E.S. Perspectiva Epistemo-Metodológica para o Estudo das Esferas Públicas no Brasil: Contribuições a partir dos Gêneros Discursivos. **Anais... IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD - EnEO**, Belo Horizonte, 2016.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. de F; MARTINS-SILVA, P. O. Análise arqueológica das estratégias utilizadas por homossexuais no trabalho bancário. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, p. 12-59, 2016.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. A análise do discurso em estudos organizacionais. In: SOUZA, E. M. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: Ed. UFES, 2014.

SOUZA, J. Habermas e o Brasil: alguns malentendidos. In: WAIZBORT, L. (Org.). **A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

SOUZA, J. J. F. de. **De Goethe a Habermas: auto formação e esfera pública**. Lua Nova, n. 43, 1998.

TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S.; LAVINAS, L. V. Gestão social, extensão e Teologia da Libertação: uma análise a partir de um projeto junto a comunidades. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 224-235, 2014.

TENÓRIO, F. G. Tem razão a gestão social? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 3.; 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-17, 2013.

TENÓRIO, F. G.; BRULON, V.; ZARCONI, L. Por uma superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local: uma análise do turismo em comunidades à luz da gestão social. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 62, p. 100-122, 2013.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Org.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, p. 23-36, 2012.

TENÓRIO, F. G. et al. Da redução sociológica à aplicação de critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos em arranjos institucionais na esfera pública. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Anais...** Florianópolis: Anpad, 2010.

TENÓRIO, F. G. Inovando com democracia, ainda uma utopia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, p. 149-162, 2009.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; PORTO, E. C.; VIANA, B. F. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2008, Curitiba. **Anais . . .** Curitiba: ANPAD, 2008.

TENÓRIO, F. G. (Re) Visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENORIO, F. G. **Tem razão a administração?** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 5-9, 1990.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANDENBERGHE, F. **A sociologia como uma filosofia prática e moral (e vice e versa)**. **Sociologias**. Porto Alegre: Ano 17, n. 39, 2015, p. 60-109.

VILHENA, S. F. de. **Um dedo de prosa sobre Cambuquira**. 2007.

VILHENA, S. F. de. **Casos, Causos e Acasos de Cambuquira**. 2010.

VOIROL, O. A esfera pública e as lutas por reconhecimento: de Habermas a Honneth. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 11, p. 33-56, 2008.

WERNECK, A. **Judith**. Lisboa: 1912.

WHITE, S. K.; FARR, E. R. “No-Saying” in Habermas. **Political Theory**, v. 40, n. 1, p. 32-57, 2012.

WODAK, R. 2003. De qué trata el análisis crítico del discurso (ADC). Resumen de su história, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: R. Wodak & M. Meyer (orgs.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

YIN, R. Estudo de Caso. **Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2005.

ZIMMERMANN, S. A. Espaço público e democracia no Brasil - limites a partir da esfera de Habermas. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.